



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

Linaia de Vargas Palacio

***Brasil Feminino: disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na  
imprensa entre 1932 e 1937***

Florianópolis

2020

Linaia de Vargas Palacio

*Brasil Feminino*: disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa  
entre 1932 e 1937

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Palacio, Linaia de Vargas  
Brasil Feminino : disputas discursivas, alianças  
políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e  
1937 / Linaia de Vargas Palacio ; orientadora, Janine  
Gomes da Silva, 2020.  
175 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. I. Silva, Janine Gomes da. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

Linaia de Vargas Palacio

***Brasil Feminino: disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937***

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Maria Pedro

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

---

Prof. Dr. Fábio Augusto Morales Soares

Coordenador do PPGH/CFH/UFSC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva (orientadora)

Florianópolis

2020

*Em memória de meus avós, que há muito já se foram, mas que, penso eu, merecem os nomes registrados em documento importante. A José Batista Palacio e Jorgina da Silva Palacio, em nome da neta que dominou as letras.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao CNPq pelo financiamento dessa pesquisa. Os recursos possibilitados foram essenciais para a manutenção da vida durante a execução desse mestrado.

Agradeço também à UFSC e ao Departamento de Pós-Graduação em História, professores, servidores e terceirizados pela estrutura ofertada. O acesso à universidade pública e de qualidade tem mudado a minha vida e de tantas outras pessoas. Que a democratização e autonomia dessas instituições só aumentem.

À orientação da professora Janine Gomes da Silva, por ter aceitado e acompanhado esse trabalho durante todo o tempo necessário para sua conclusão.

Ao professor Benito Schmidt e à professora Joana Pedro por aceitarem fazer parte dessa trajetória desde a qualificação e pela leitura generosa em tempos difíceis.

Ao LEGH, que também conta com a participação da professora Cristina Scheibe Wolff e da amiga, recém chegada, professora Soraia Carolina de Mello. Pelos encontros, eventos e leituras propiciados. Por reunir tantas pessoas de luta.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP pela disponibilidade, mesmo sem que eu pudesse me deslocar até Campinas.

Ao Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS), que desde o início me inspirou a pesquisa.

Ao auxílio de Camila Petró, colega que me colocou em contato com a ALFRS. E à Teniza Spinelli, que me abriu as portas da Academia Literária com muita gentileza.

Embora o processo de escrita seja solitário, um mestrado não é possível sem muita partilha. Então, agradeço aos colegas da pós-graduação. A começar por Juno, não porque concordamos em tudo, embora concordemos. Mas pelo amparo, pelas trocas, pela companhia amável nesse período. Obrigada.

À Luana, por estar sempre presente e disponível, por cuidar de mim nesse processo. Espero honrar esse carinho.

A Paul, pelo encontro elétrico, pelas fricções e afetos, pelas leituras e confiança.

À Ivette, pelo conforto de seu lindo sotaque socialista e por tudo que trocamos, por ter se tornado minha inspiração.

Às demais pessoas que ajudaram a formar o Grupo de Estudos Críticos de Branquitude, Camila, Adaiza, Claudia, Renata, Luiz Augusto, Yarlenis, Jair e Adelina. E ao auxílio da professora Lia Schucman. Do lugar que construímos juntas emergiram as maiores instigações para essa pesquisa.

Também agradeço o afeto e espaço compartilhado com Laura Oeste, Cris, Everson e Alisson.

E não poderia deixar de agradecer ao suporte emocional oferecido pela minha enorme família. Agradeço ao meu pai, Jose Carlos da Silva Palacio, por sempre me fazer sentir que tem orgulho de mim. E à Cris, sua companheira, pelas boas risadas que damos juntas.

Agradeço a minha mãe, Eva Rejane Coelho de Vargas, que é sempre tão amorosa. Mãe, sem a tua ajuda não seria possível finalizar esse trabalho. E agradeço também ao Silésio, pela generosidade de sempre.

Ao Maurício, meu primo e irmão, por tudo que trocamos esses anos todos. Pelas mensagens frequentes e por ser alguém com quem sempre posso contar. E agradeço ainda aos avós Eni e Antônio. À Laurení, que é também minha mãe. À Eliana, à Andrine, à Eren, ao Jorge, ao Wesley, ao Layon, ao Gabriel e à Dhyovana. É importante para mim mencionar todos vocês.

Resta ainda a família que formamos por escolha. À Laura e à Marina agradeço pela amizade que só posso chamar de imensurável. O que construímos juntas é melhor e mais acolhedor do que achei que fosse possível.

Ao Aluísio, pelo espaço e cafés divididos em nossas pesquisas enquanto ainda era possível circular pela cidade.

Ao Pedro von Mengden pela companhia e todo auxílio com sua habilidade e experiência em genealogia.

À Nathalia Cadore pelas leituras sugeridas, inspiração e suporte de sempre.

Agradeço também a companhia, presença e risadas partilhadas com os vizinhos, cada vez mais vizinhos, Tássia e Herbert.

Ao Samuel, pelo amor que resiste a uma pesquisa desse porte, a conjunturas inimagináveis, ao confinamento juntos. E por tanto mais, obrigada.

Por fim, ao espaço cultural Casa Vermelha, por ter propiciado que eu crescesse artisticamente, mesmo em meio ao caos.

## RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a revista mensal *Brasil Feminino*, que circulou no Brasil entre os anos de 1932 e 1937, com sede no Rio de Janeiro e que foi dirigida pela escritora Iveta Ribeiro. A magazine se apresentava como a primeira da América do Sul escrita e produzida por mulheres, e promulgava o que denominou de “feminismo racional”. Em seu editorial, misturava assuntos que julgava concernentes ao cotidiano “feminino”, tais como lar, maternidade e moda, junto à divulgação do trabalho elaborado por mulheres, principalmente relacionado às artes, assim como defendia a ampliação de seus direitos civis. A partir do ano de 1937, no entanto, a revista sofre uma intensa mudança ideológica ao receber patrocínio da Ação Integralista Brasileira (AIB). Movimento autoritário, de extrema direita, que a transforma em revista panfletária. Assim, através da análise de discurso, essa pesquisa explora elementos que emergem na escrita de mulheres nas duas fases diferentes. São explorados, sobretudo, questões como feminismo e direitos civis das mulheres, branquitude, militância política conservadora e ideal de feminilidade em suas permanências e rupturas sob a perspectiva de uma história global.

**Palavras chave:** Revista *Brasil Feminino*; Imprensa de mulheres; Feminismos; Branquitude crítica; Integralismo.

## ABSTRACT

This is a study about the monthly magazine *Brasil Feminino*, which circulated in Brazil between 1932 and 1937, with its headquarter in Rio de Janeiro and that was managed by the writer Iveta Ribeiro. The magazine claimed to be the first in South America to be written and produced by women and proclaimed what could be defined as a “rational feminism”. In the editorial of the magazine many subjects considered “feminine” were discussed, such as motherhood, housekeeping and fashion. But they also divulged works led by women, especially related to the arts, and defended their civil rights. Since 1937, however, the magazine suffered a strong ideological change due to the Ação Integralista Brasileira (AIB) sponsorship. An extreme right authoritarian movement that transforms it in a political propaganda periodical. Therefore, using the method of discourse analysis, the objective of this research is to investigate elements that emerge in the writing of women in both different stages. The elements are, especially, feminism, civil rights, whiteness, conservative political activism and ideals of femininity in its ruptures and permanences under a global history perspective.

**Keywords:** Brasil Feminino magazine; Women press; Feminism; Critical whiteness; Integralismo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bertha Lutz em reunião pela FBPF (BF, Ed. 11, s/p).....	26
Figura 2 – Mulheres na comissão do “ante-projecto” da constituição brasileira (BF, Ed. 8, s/p.).....	36
Figura 3 – Colagem das capas das edições 1, 2, 4, 5, 6, 11, 12 e 22 de BF.....	40
Figura 4 – Colagem com variedade de páginas de BF que ilustra os estilos gráficos da revista.....	47
Figura 5 – Fotografia da turma do Curso de Cozinha para Empregadas (BF, Ed. 3, p. 14).....	66
Figura 6 – Fotografia de Princesa Isabel (BF, Ed. 4, p. 5).....	71
Figura 7 – Representação imagética de mulher negra (BF, Ed. 4, p.33).....	73
Figura 8 – Iveta Ribeiro (BF, Ed.1, p. 3).....	84
Figura 9 – Iveta Ribeiro e redação de BF junto a Irene de Freitas (BF, Ed. 38, p.28).....	86
Figura 10 – Esmeralda Ribeiro Quaresma e sua filha Sylviny ( <i>A Noite Ilustrada</i> , 20/06/1934).....	90
Figura 11 – Sylviny, a neta de Iveta Ribeiro (BF, Ed. 9, p. 39).....	90
Figura 12 – Instruções para decoração da casa com símbolo integralista (BF, Ed. 36, p. 44).....	100
Figura 13 – Uniforme das “blusas verdes” (BF, Ed. 36, p. 38).....	103
Figura 14 – Saudação “Anauê” no 1º Congresso Feminino Integralista (BF, Ed. 37, p. 29).....	112
Figura 15 – Colagem elaborada com as páginas 34 e 37 da Ed. 36 de BF.....	114
Figura 16 – Capas integralistas das Edições 35, 36 e 38 de BF.....	119
Figura 17 – Ilustração de Plínio Salgado (BF, Ed. 35, p. 36).....	125

Figura 18 – Colagem das páginas 32 e 48 da Ed. 35 de BF sobre participação de mulheres negras nas fileiras da AIB.....146

## LISTA DE SIGLAS

A.L.F.R.S – Associação Literária Feminina do Rio Grande do Sul

A.B.C. – Associação Brasileira de Cultura

A.I.B. – Ação Integralista Brasileira

A.N.L. – Aliança Nacional Libertadora

A.N.M. – Aliança Nacional de Mulheres

B.F. – Brasil Feminino

F.B.P.F – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

F.N.B. – Frente Negra Brasileira

N.A.W.S.A. – National American Woman's Suffrage Association (Estados Unidos da América)

P.C.B. – Partido Comunista do Brasil

S.E.P. – Sociedade de Estudos Políticos

S.N.A.F.P. – Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Pliniana/ dos Plinianos (AIB)

S.N.F. – Secretaria Nacional de Finanças (da AIB)

S.N.I. – Secretaria Nacional de Imprensa (da AIB)

S.N.P. – Secretaria Nacional de Propaganda (da AIB)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I - À TODAS AS ALMAS FEMININAS DE MINHA TERRA: marcos identitários de mulheres no projeto editorial de <i>Brasil Feminino</i> .....	25
1.1 Bertha Lutz abre passagem .....	26
1.2 Getúlio Vargas no poder .....	34
1.3 Surge <i>Brasil Feminino</i> .....	39
1.4 O feminismo racional .....	47
1.5 Mas que mulher? .....	60
CAPÍTULO II - APRESENTANDO IVETA RIBEIRO E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: imprensa e participação das mulheres .....	80
2.1 Iveta Ribeiro.....	80
2.2 O surgimento da Ação Integralista Brasileira.....	92
2.3 AIB e as mulheres.....	102
2.4 Integralismo, imprensa e <i>Brasil Feminino</i> .....	108
CAPÍTULO III – BRADAR O ANAUÊ PELA MANUTENÇÃO DA REVISTA: <i>Brasil Feminino</i> vira imprensa doutrinária.....	116
3.1 O retorno.....	116
3.2 O conteúdo integralista.....	126
3.3 Ação Social.....	131
3.4 A literatura doutrinária.....	136
3.5 O que se pode concluir, então, sobre o exemplo da mulher integralista?.....	142
3.6 Integralismo e as questões raciais: racismo e assimilacionismo.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	161
FONTES .....	167
BIBLIOGRAFIA .....	167

## INTRODUÇÃO

No ano de 2013, enquanto eu sondava pelos arquivos e escolas de Porto Alegre atrás de fontes para meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, me deparei com uma estagiária que se interessou pelo fato de eu estar buscando uma abordagem feminista de pesquisa. Naquele momento, eu ainda não havia definido meu tema, mas já tinha certeza dos caminhos teóricos que ia tomar. Enquanto ela me explicava como funcionava o Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, me revelou que uma fonte mantida naquele lugar a deixava intrigada. Falava de uma revista integralista, voltada para as mulheres, que ficava na sessão sobre Ação Integralista Brasileira (AIB) da instituição. Naquela tarde ela levou a revista até mim. Lembro de folhear ligeiramente aquelas páginas, impressionada com a organização daquilo que se mostrava como um grande instrumento ideológico. O arquivo possuía dois volumes dela. Tratava-se de uma revista grande, bem estruturada e que nitidamente pedia por uma análise de mais fôlego, infelizmente não podia ser explorada em apenas um semestre. Então devolvi os exemplares e segui com minha trajetória. Meu TCC foi sobre um tema totalmente diferente<sup>1</sup>, mas nunca esqueci daquela tarde, nem do título da revista: *Brasil Feminino*.

Então, até o ano de 2017, quando precisei elaborar um projeto de pesquisa pra tentar uma vaga na seleção mestrado, mantive a lembrança de uma fonte estritamente relacionada com o movimento integralista, guardada nos arquivos da PUCRS, cheia de potencialidade pra se pensar a relação entre feminilidade e conservadorismo. E voltei a ela. Eis que, em meio a uma pesquisa mais detalhada dos exemplares disponíveis, me surpreendi com a descoberta de que a história de *Brasil Feminino* era muito mais complexa do que aparentava. No site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional foi possível encontrar nada menos que 15 diferentes exemplares da revista, desde sua fundação, em 1932, até um período mais avançado de suas publicações, no ano de 1935. O mais surpreendente, no entanto, é que nesses anos iniciais a revista não possui diálogo com movimentos conservadores. Pelo contrário, manifesta reiteradamente sua luta pela emancipação e progresso das mulheres, destacando em inúmeras matérias a defesa do feminismo. Minha maneira de pensar o objeto de pesquisa sofreu, portanto, uma transformação grandiosa ao longo da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Intitulado *Construindo masculinidades: uma análise de elementos curriculares do Instituto Parobé sob a perspectiva de gênero (1906-1930)*, foi minha primeira pesquisa com abordagem de gênero, em que busquei aliar meu interesse por educação e história da educação e teoria feminista.

*Brasil Feminino* surgiu, no início da década de 1930 no Rio de Janeiro, com publicações mensais, propondo um conteúdo voltado para mulheres e reivindicando o posto de pioneira na América do Sul a ser totalmente produzida por mulheres. Seu conteúdo difundia um “feminismo racional”, que se caracterizava pela manutenção estratégica de seus papéis dentro da estrutura familiar heteronormativa e branca do Brasil, enquanto reclamava pelos direitos civis e por mais reconhecimento na vida pública. Sua virada ideológica ocorre, então, no ano de 1937. Virgínia Mancilha levanta a hipótese de que a Ação Integralista Brasileira teria saldado as dívidas da revista depois da filiação de sua editora no partido (MANCILHA, 2011, s/p.), pois há relatos publicados no *Monitor Integralista*<sup>2</sup> mencionando ajuda financeira. A partir desse recomeço, as publicações passam por uma mudança significativa que transforma *Brasil Feminino* num instrumento de militância partidária. É bastante provável que a história da revista se encerre, portanto, no momento em que a AIB entra para a ilegalidade, ainda no ano de 1937, pois não foram encontradas menções a publicações depois desse acontecimento.

Assim, para explorar o conteúdo da revista, dividi essa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, as leitoras serão apresentadas ao contexto de surgimento da revista e suas propostas editoriais na primeira fase de circulação, entendida aqui como um momento pré-integralista e muito influenciado pelo ideal de modernidade. Esse contexto será marcado pela trajetória de vida de Bertha Lutz, expoente entre as feministas da época e contribuinte frequente na primeira fase da revista. A partir dessa contextualização, será iniciada uma análise das 15 edições encontradas com o foco voltado para questões que considero centrais na formação da identidade das mulheres que compõem seu corpo editorial. Primeiro, sobre o feminismo ou “feminismo racional” propugnado pela revista desde seu plano de ação, atentando para os recursos discursivos de como ele é proposto. Depois, uma análise de como são abordadas as questões de raça e classe a partir das publicações da revista. Nesse ponto, a branquitude será entendida enquanto um marcador racial que só se expressa de forma indireta e relacional, mas emerge abundante na fonte. Essas abordagens visam resgatar e analisar os discursos veiculados na revista *Brasil Feminino*, especialmente no que concerne às questões de gênero, ideal de feminilidade, feminismo e raça, considerando as intersecções relevantes na formação da identidade desse grupo de autoras.

---

<sup>2</sup> Segundo Rodrigo Oliveira, tratava-se de um jornal surgido em 1933, no Rio de Janeiro, e foi o primeiro a ter circulação nacional, funcionando como uma espécie de “diário oficial”, definindo a estrutura interna da AIB (OLIVEIRA, 2009).

No segundo capítulo, será elaborada uma biografia de Iveta Ribeiro, diretora da revista. Para tanto, serão reunidas as informações encontradas a seu respeito na pasta referente à cadeira de número 34 da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS), as demais biografias elaboradas sobre ela e também seus escritos próprios para as diferentes fases da revista. Considero a figura de Iveta central para que se compreenda tanto a fundação da revista, quanto sua conversão ideológica. Idealizadora e responsável editorial do projeto, foi uma mulher de muitas aptidões. Foi jornalista, escritora, poetisa, artista plástica, filantropa e radialista, uma personagem altamente ativa dos círculos culturais do Brasil e que escreveu diversas colunas para todas as edições de *Brasil Feminino*. O patrocínio da AIB, a partir de 1937, está intimamente ligado com sua filiação ao partido, embora nem a biografia publicada em *Escritoras Brasileiras do Século XIX*<sup>3</sup>, nem as pequenas biografias disponíveis em sua pasta na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, mencionem o episódio.

Ainda no segundo capítulo, depois de apresentar a personagem central da revista, será apresentada a AIB. Movimento conservador da extrema direita, a AIB mobilizou uma organização política que chamou de integralista para fundar um partido fascista brasileiro. Suas proposições de organização foram muitas, mas, para essa pesquisa, serão abordados dois aspectos que considero principais para análise da fonte. Primeiro, sua perspectiva acerca da imprensa e como divulgava a ideologia através da mesma. Depois, sua perspectiva acerca das mulheres e como entendia o que podemos chamar de “missão feminina”. Sendo *Brasil Feminino* uma revista para as mulheres, o segundo capítulo servirá como uma introdução a essa impactante mudança propiciada por patrocínio partidário.

No terceiro capítulo, serão exploradas mais profundamente as duas edições encontradas no Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS. Além delas, outros dois números foram localizados no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, totalizando quatro exemplares. Considero o redirecionamento ideológico da revista um acontecimento relevante no que tange à história das mulheres no Brasil porque, teoricamente, o integralismo representaria uma total desconexão com os objetivos feministas difundidos na primeira fase de *Brasil Feminino*. O integralismo se constituiu como uma doutrina altamente autoritária e pautada no reforço de hierarquias sociais. No entanto, há um movimento de afastamento dos núcleos feministas e aproximação com essa orientação política conservadora que parece, em

---

<sup>3</sup> VASCONCELLOS, Eliane e FLORES, Hilda A. H. Iveta Ribeiro. In: MUZART, Zahidé L. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*: Antologia. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. Vol. 3.

<sup>4</sup> Iveta ocupou a Cadeira número 34 da instituição.

determinado momento, se adequar mais aos objetivos de *Brasil Feminino*. Busco, no terceiro capítulo desta dissertação, investigar de que maneira se expressam essas motivações, quais as rupturas e permanências nos discursos publicados nas duas diferentes fases da revista. Como o conteúdo da revista adere à militância ideológica.

Nesse momento, quatro são os enfoques principais explorados na fonte. Militância através do voto, mobilização e ação social, literatura autoral, que será denominada como doutrinária, e, por fim, de que maneira emerge a questão racial no texto dessas mulheres integralistas.

\*\*\*

Considero importante, a partir desse ponto, me posicionar sobre a escrita e marcadores teóricos que guiarão essa análise. Pois esse trabalho parte de uma proposta de escrita feminista. Mas os feminismos são entendidos por mim como movimentos plurais, desde o surgimento até os dias atuais e permeados por disputas. Cada vertente ou linha teórica vai atentar para perspectivas e pautas que considera prioritárias. Assim ocorreu no início do século XVIII, na Europa, e assim ocorreu no Brasil, desde o século XIX, quando o conceito ganha espaço em nossa mídia. Para pensar sobre o contexto em que se inserem as autoras de *Brasil Feminino*, é oportuno considerar que elas reivindicam um conceito que se referencia a partir das feministas do norte global. Não à toa, naquele momento são registrados diversos contatos com mulheres e instituições feministas e da luta pelo sufrágio na Europa e Estados Unidos da América.

Então, os acontecimentos concernentes ao desfecho do editorial dessa revista em específico, por óbvio, não representam “o discurso feminista” e sua trajetória. Mostram, no entanto, como podem ser complexos os desdobramentos acerca das escolhas políticas de uma parcela de mulheres. Mulheres essas, que, depois de disputarem para si a luta feminista, acabaram por se aproximar de ideais autoritários de organização da vida. Embora nem todas tenham migrado ideologicamente. Em verdade, a parcela de autoras que permanece contribuindo para *Brasil Feminino* em sua fase militante e partidária diminui e se modifica intensamente. Comprovando, portanto, o quão dinâmicas são essas disputas em torno de conceitos e agências políticas. Assim como são contemporaneamente.

No livro *A cidadã paradoxal* (2002), Joan Scott dá bons direcionamentos para raciocínios nesse caminho quando aponta que, mesmo as primeiras feministas francesas, no

século XVIII, não trilharam para o feminismo uma história coesa, uniforme. Assim, me interessa pensar na definição que a historiadora elaborou para dar forma a esse conjunto de reivindicações dos direitos das mulheres. Para Scott, os feminismos são pensados como processos discursivos que produzem temas políticos que possibilitam a ação (2002, p. 45).

Mas eu estou tratando de um contexto latino-americano, mais especificamente brasileiro. Assim, é necessário também pontuar que as reflexões de María Luisa Femenías foram essenciais na elaboração dessa pesquisa. No texto *Esbozo de un feminismo latiamericano* (2007), Femenías faz uma importante diferenciação dos referenciais teóricos que embasam nossas experiências enquanto mulheres latino-americanas e os que embasam o feminismo em países hegemônicos. A autora também teoriza sobre os reflexos disso na teoria feminista latino-americana, contribuindo para que pensemos referenciais teóricos a partir de experiências locais. Todo o exemplo que o texto de Scott nos mostra é de mulheres que usaram a revolução e as constituições francesas para apelar às contradições em torno do conceito de cidadania de seu território. O mesmo é observado na trajetória das sufragistas inglesas.

Em território latino-americano, Femenías bem nos alerta para o fato de que os conceitos de igualdade e universalidade até estiveram presentes na elaboração de nossas constituições, mas não serviam como referenciais nos mesmos moldes dos países hegemônicos porque não estamos falando apenas de territórios subalternos às potências (antes colonizadoras), mas de uma impossibilidade de estabelecer critérios jurídicos e sociais de igualdade dentro do próprio território. Assim, mesmo que ideais como igualdade e universalidade estejam presentes nas nossas constituições, sempre encontraram dificuldades materiais e subjetivas de execução. Femenías atenta para o fato de que essa foi uma realidade também para mulheres em países hegemônicos, mas nos lembra de nossas especificidades. Em território subalterno, há mais situações dinâmicas de desigualdade, assim como situações de exclusão não formal que se acentuam sob sujeitas com marcações étnico-raciais, por exemplo. Logo, nossos marcos igualitários não serviriam para reivindicação de direitos da mesma maneira e essa diferença é essencial para que se pense na história do Brasil.

Dito isso, a discussão sobre diferentes definições da categoria mulheres pode necessitar de mais embasamento nesse trabalho. Para orientar essa análise, me utilizo das considerações de Judith Butler, quando propõe que essa categoria não se pautem em premissas universalistas de experiência ligadas à feminilidade, maternidade, sexualidade, ou outros,

porque isso resultaria numa definição normativa e excludente (BUTLER, 1990, p. 34). Como alternativa mediante a premissa de que a noção de mulheres não possui um conteúdo fixo, a autora salienta as proposições de políticas de assembleia que propõe “um conjunto de encontros dialógicos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente” (BUTLER, 1990, p. 35). Obviamente essas discussões não aparecerão explicitamente nas fontes que analiso, porque a maneira como essas mulheres se comunicam não trata de um acordo explícito para uma coalizão. Pelo contrário, há um reforço da determinação que compreende a mulher enquanto naturalmente diferenciada pela sua condição biológica e socialmente diferenciada pelo cumprimento de papéis advindos dessa condição. Ocorre que essa circunstância “natural” possui seus marcadores históricos e de contexto. Tanto mulheres quanto feministas não foram categorias fixas no passado. Analisar a revista *Brasil Feminino* também implica em perceber diferentes perspectivas e proposições para essas experiências e identidades que estão em disputa constante. Afinal, me interessa investigar que feminismo é esse pautado em *Brasil Feminino* e contribuir para a expansão da análise da história dos feminismos no Brasil, expondo também os paradoxos concernentes a essa página da história das mulheres.

Partindo da ideia de interseccionalidade elaborada por Kimberlé Crenshaw (2002), pretendo expandir a análise pensando quais são as mulheres que essas fontes apontam. Em que grupos e contextos se inserem. Com quem se comunicam. Para então pensar que contrapontos esse feminismo representa. A quem o discurso dessas mulheres desagrade e se opõe. Mais uma vez, essas informações não apenas importam, mas modificam completamente o entendimento da narrativa historiográfica, dão sentido a trajetórias apagadas, ajudam a compor sujeitas históricas complexas enquanto agentes de relevância equivalente àqueles considerados – já não tanto – os sujeitos universais.

A desestruturação da ilusão de neutralidade tem se configurado como uma força legitimamente revolucionária para a forma como viemos existindo e contando nossas histórias. E buscando, também, desnaturalizar o ideal de “mulher”, utilizarei a categoria de branquitude para pensar nas mulheres brancas autoras dessa revista enquanto sujeitas racializadas. A branquitude será entendida aqui no mesmo sentido que vem usando Lia Schucman (2014), em que a experiência de identidade branca, enquanto raça, ganha sentido de pertencimento como uma essência herdada/ potencial que confere poderes e privilégios e aptidões intrínsecas, mas que não costuma ser examinada. Assim, essa pesquisa não parte de

uma perspectiva que entende a raça enquanto uma marcação biológica, mas a partir de lugares sociais, históricos e políticos que serão levados em conta.

Encaminhando as últimas observações, preciso mostrar que há alguns trabalhos que já utilizaram *Brasil Feminino* como fonte e pode-se afirmar que todos propuseram analisar a revista sob uma perspectiva de gênero. Dentre eles, destaco três. Primeiro, *Por um feminismo bem comportado: educação, maternidade e trabalho nas páginas da revista Brasil Feminino (1932-1934)*, de Alessandra da Silva Ramos (2016). Como indicado pelo título, se propõe a pensar nas publicações da magazine durante um período anterior à influência do integralismo. Esse texto foi que me fez atentar para quem eram as mulheres que escreviam para *Brasil Feminino*, mas o principal foco da autora estava no caráter moralizador, por vezes higienista, de algumas colunistas, estabelecendo muitas cartilhas de comportamento. Ao comentar sobre as vontades emancipatórias das colunistas analisadas, Alessandra acaba concluindo que suas reivindicações, por nunca assumirem aspectos radicais, acabavam até mesmo reforçando antigos papéis conservadores.

O segundo trabalho a ser comentado chama-se *A imprensa feminina da Ação Integralista Brasileira: algumas funções políticas e sociais das Blusas-Verdes representadas na revista Brasil Feminino*. Nos escritos de Lilian Tavares de Bairros Ferreira são analisados, mais enfaticamente, documentos que foram publicados nas edições integralistas da revista com o propósito de estabelecer recomendações comportamentais e de conduta para as militantes. A autora salienta o papel político importante conquistado pelas blusas-verdes dentro do partido, comparando a relevância da atuação de mulheres com a dos homens.

Por fim, o trabalho que estabelece importantes premissas para a pesquisa aqui proposta chama-se *Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação feminina no movimento do Sigma (1932-1937)*, de Virgínia Maria Netto Mancilha (2011). A autora indica ter interesse nos textos integralistas da revista e acaba explorando apenas esse período das fontes. Virgínia faz uma ampla exposição sobre todas as sessões com maior teor doutrinário – artigos, contos, etc – e também salienta o caráter anticomunista assumido a partir de então. Ao explanar sobre a questão do trabalho, mostra como o integralismo investia força para arregimenta-lo em prol de funções que reforçassem valores como obediência, indicando um número limitado de vocações possíveis às mulheres, sempre o encarando como ameaça quando não fosse associado à doutrina. Conclui que a busca por um “sadio feminismo” acabou resultando num estereótipo de mulher integralista,

usado pela doutrina, e que a inserção das mulheres no mundo do trabalho que ocorreu por meio do integralismo foi um fenômeno favorecido pela conjuntura, não só por suas iniciativas pessoais.

Para embasar os estudos sobre imprensa integralista foram também essenciais os trabalhos de Lilian Tavares de Bairros, já mencionada, mas que possui também pesquisas mais amplas, Renata Duarte Simões e Rodolfo Fiorucci. As pesquisas dessas pessoas, investigando os demais periódicos de maior importância da AIB, me propiciaram fazer comparações, estabelecer paralelos e pensar de maneira mais ampla a fonte, já que minha pesquisa abrange mais do que o envolvimento da revista com o movimento integralista. O recorte temporal dessa pesquisa fica, portanto, atrelado ao tempo de duração das publicações de *Brasil Feminino*, indo do ano de 1932, quando foi inaugurada, até 1937, momento em que a AIB entra para a ilegalidade, encerrando as atividades políticas da agremiação.

\*\*\*

Finalmente, o método escolhido para analisar a revista e a autoria de mulheres dentro desse veículo foi a análise de discurso. Entendo o discurso na mesma direção que apontou Michel Foucault (1996), não apenas enquanto palavra pronunciada ou escrita, mas enquanto forma manifesta de desejo e, simultaneamente, objeto de desejo. Os acontecimentos discursivos são entendidos, aqui, a partir da imprensa, como práticas que influenciam o imaginário social e por ele são influenciadas.

Para auxiliar na compreensão dessa abordagem, me valho dos apontamentos de Céli Pinto, quando explora a ideia de que é necessário ler analiticamente o discurso político que se apresenta em diferentes esferas da vida. A autora entende a mídia enquanto um espaço de construção de discurso. Assim, ao analisar os discursos veiculados nas páginas de *Brasil Feminino*, me oriento para pensar o que a autora aponta como uma “teoria dos sentidos, das significações” (PINTO, 2005, p. 80). Abordagens que visam romper com a análise que atenta apenas para a escrita, ou do conteúdo do escrito. Ao trabalhar com a ideia de disputas discursivas, parto da premissa de que esses discursos veiculados na revista dizem respeito ao reforço de certos ideais de identidade ligados ao que é ser mulher e ser feminista que não são fixos, mas, justamente, estão sendo reivindicados dentro do contexto em que estas autoras estão inseridas. Entendo que existe um sentido político nas afirmações dessas autoras, que buscam fixar ideais próprias dentro de um cenário em disputa. Isso, que nomeio de disputa,

Céli vai descrever como “tentativas de discurso de fixar sentidos” dentro da formação discursiva (PINTO, 2005, p. 94).

O corpo discursivo, compreendido como objeto de análise, também não está apenas restrito ao que é veiculado na fonte, mas a todos os discursos que possam dar sentido a essa pesquisa, dentro e fora da revista. O material de análise que dará suporte aos raciocínios que desenvolvo nessa dissertação está visivelmente referenciado ao longo do texto. Assim como está sendo demarcado na introdução desse trabalho, respeitando as indicações da autora na construção da análise de discurso, em que “o corpo discursivo deve ter uma unidade que possibilite estudá-lo como um fenômeno específico e conter nessa unidade a pluralidade de discursos que possibilite dar conta de hipótese de trabalho” (PINTO, 2005, p. 95).

Para Rosa Maria Fishcer, Foucault mostra como relações históricas vivem nos discursos. A autora também auxilia a pensar como os discursos estão implicados em práticas sociais e suas descontinuidades históricas. Para tanto, mostra como nossas práticas estão historicamente mergulhadas em relações de poder, “produzidas discursivamente e ao mesmo tempo produtoras de discursos e de saberes” (FISCHER, 2001, p. 201). Assim, compreendo que a formação das ideias e dos conceitos elaborados em *Brasil Feminino* não parte da consciência ou da intenção proposital das autoras, mas aparecem imbricados em seus discursos. Logo, tanto o momento em que o editorial se afirma como “feminista racional”, quanto o momento em que se afirma como integralista, dizem respeito a processos discursivos que afetam temas políticos e repercutem em práticas, assim como são afetados por elas. Em diferentes momentos e com diferentes intensões, os textos da revista estarão guiando e disputando, através do reforço de enunciados, comportamentos, ideais de feminilidade, significados sobre o “ser mulher” que fazem sentido para o grupo social que participa da revista. Entendo, portanto, que o sentido do discurso é provisório e abstrato, sempre em disputa e construído historicamente.

Penso que essa pesquisa pode prover contribuições acerca da história da imprensa de mulheres em diferentes campos políticos de atuação. Assim como promover raciocínios interessantes para o exercício crítico de se compreender a história do Brasil como a história da branquitude, um marcador racial de tradição invisível, mas permeado de privilégios materiais e simbólicos. Essa dissertação serviu como um processo de aprofundamento de minhas habilidades enquanto historiadora do Brasil. Assim, espero que repercuta em modestas

provocações sobre como podemos vasculhar as marcas discursivas de opressões, mas também de privilégios das fontes históricas.

## CAPÍTULO I

“À TODAS AS ALMAS FEMININAS DE MINHA TERRA”: marcos identitários de  
mulheres no projeto editorial de *Brasil Feminino*

Pela mulher  
Zingara  
[...]  
*Esse archaismo que corre  
De viver sempre em casa, ha de acabar;  
Pois se ha tanta mulher que nasce e morre  
Sem ter um quarto, quanto mais um lar!  
Não tenham medo, o voto é livre,  
E Deus nos livre  
Que assim não fosse. Ele é simples como agua,  
Em minha terra  
Ate defuntos votam! Vejam só  
Que negocio da China! E eu sei de muita gente,  
Tão pobre como Job,  
Que ainda acha pouco e se desfaz em magua.  
Não tenham medo: assim como o homem erra  
A mulher póde errar. E ás vezes ella acerta  
Elle ruge esbraveja... e... finalmente  
Fica de boca aberta!...*  
[...]  
*12-12-1932 (Das "Castanholas"). ZINGARA (BRASIL FEMININO, Ed. 09)*

O trecho da poesia humorística publicada sob o pseudônimo de *Zingara* foi escolhido para iniciar o capítulo em que pretendo apresentar a revista *Brasil Feminino*, objeto da análise a que se propõe esta dissertação. Além de servir como uma introdução bem humorada, fornece uma pequena amostra de características do periódico. Embora *Zingara* seja um pseudônimo, a revista se define por fornecer a autoria de seus textos, para os quais a proposta era de que fossem escritos exclusivamente por mulheres. Propiciava, assim, um espaço para publicação de assuntos de interesses diversos, desde a disputa por direitos políticos e civis, até aqueles mais ligados ao cotidiano, como moda e beleza. Para iniciar essa narrativa, então, foi escolhida a história de uma figura que aparecia com frequência entre as páginas da revista, Bertha Lutz.

## 1.1. Bertha Lutz abre passagem



Figura 1 Bertha Lutz em reunião pela FBPF se apresentando e avaliando possível candidatura. *Brasil Feminino*, Ed. 11, s/p.

Se a disciplina histórica ganha corpo a partir de um contexto, de um processo (THOMPSON, 2001, p. 243), é comum que nos deparemos com uma tradição que recorre aos grandes acontecimentos políticos e fontes oficiais para delinear a conjuntura em que o objeto de pesquisa se encontra. No caso dessa pesquisa não será diferente. Os acontecimentos políticos e sociais mais relevantes estarão presentes na contextualização do período, mas, mais do que isso, decidi por fazer da trajetória de Bertha Lutz o caminho introdutório que dará o tom dos acontecimentos da época.

Essa escolha se deveu, principalmente, ao fato de que Bertha participou de muitas edições da revista, direta ou indiretamente, incluindo a de inauguração em 1932. Além disso, é provável que sua trajetória seja a mais estudada e seu nome o mais citado quando se trata das personalidades envolvidas na conquista do sufrágio ou na luta pelos direitos políticos das mulheres no nosso país no século XX, o que ajuda a situar qualquer estudiosa do assunto. Longe de ter sido apenas uma personalidade importante na política brasileira, militou em diversos outros campos e também é uma mulher branca da elite carioca que frequentava os mesmos círculos das colunistas da revista estudada nessa dissertação. A trajetória política de

Bertha Lutz, portanto, ajuda a compreender as condições de emergência para uma revista como *Brasil Feminino*, então é daí que partimos.

Bertha nasceu em 1894 no Rio de Janeiro. Para concluir o curso secundário e superior, foi à França estudar. Sua primeira formação foi em botânica, ciências naturais, zoologia, embriologia, química e biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, a Sorbonne, no ano de 1918. As biografias sobre Bertha com as quais tive contato apontaram que foi na Europa que ela se aproximou dos movimentos feministas. Logo que retornou ao Brasil, formada, começou a trabalhar no Instituto Osvaldo Cruz para, em seguida, prestar concurso para secretária do Museu Nacional. Ao ingressar no funcionalismo público, ficou marcada como a segunda mulher a realizar tal feito (SOIHET, 2013, p. 57).

Dentre outras obstruções implicadas na questão da cidadania no Brasil, Tereza Marques nos lembra que o argumento utilizado para impedir mulheres de assumirem cargos públicos, frequentemente, era o de que só o poderia fazer um cidadão brasileiro. Ocorre que um cidadão precisaria estar de acordo com o cumprimento de seus direitos e deveres. Assim, aquelas que não votavam poderiam ser consideradas inaptas para o exercício dessas funções. Essa foi uma ameaça tanto para Bertha, quanto para Maria José de Castro Rebelo Mendes, primeira a realizar o feito de se tornar servidora pública (MARQUES, 2016, p. 31, 32). Há de se considerar que ambas viviam em um momento hostil para a especialização profissional de mulheres no país. As profissões consideradas “femininas”, ou que eram socialmente aceitas entre mulheres, eram frequentemente entendidas como extensões do casamento e da maternidade e, por isso, toleradas. Ser professora, cursar o magistério ou formar-se enfermeira são exemplos de ocupações que também preservavam as habilidades relacionadas com o cuidado do lar (LOURO, 2011, p. 462). Para se ter uma ideia do quadro da educação no Brasil, na década de 1920 cerca de 77,4% das mulheres eram analfabetas, em relação a 68,7% dos homens. O direito de mulheres ingressarem no ensino superior foi conquistado apenas em 1879 e a primeira mulher branca a conseguir um diploma em terras brasileiras, Rita Lobato, o fez em 1887, apenas 31 anos antes de Bertha (ROSEMBERG, 2012, p. 334, 337). Em termos gerais, mesmo as mulheres que conseguiam superar uma alarmante conjuntura de desigualdade e segregação, para adquirirem uma especialização profissional, acabavam enfrentando extrema dificuldade para justificar seus interesses. A família permanecia como grande objetivo de vida para as mulheres, sendo as trabalhadoras estigmatizadas como aquelas muito pobres, racializadas, solteironas ou que ainda aguardavam pelo casamento, momento em que era esperado que encerrassem a vida profissional. Conforme indica Cláudia Maia,

casamento e maternidade constituíam o ideal de feminilidade e outras formas de expressão do “ser mulher” eram consideradas incompletas (MAIA, 2011, p. 22).

Foi no enfrentamento desse contexto limitador que Bertha Lutz iniciou sua jornada pelos direitos políticos das mulheres, com especial dedicação ao sufrágio. No mesmo ano em que virou servidora pública, 1919, fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, uma organização que, além de militar pelo sufrágio feminino, contava com a participação de outras associadas notáveis, como era o caso de Maria Lacerda de Moura. Essa é outra mulher que merece menção nessa narrativa devido aos esforços que dedicou à emancipação das mulheres de sua época. Professora e escritora, Maria Lacerda, com o tempo, julgou que as questões que afligiam mulheres operárias e assalariadas não recebiam a abordagem apropriada entre as prioridades de Bertha, nem de suas aliadas. Ao passo em que seu posicionamento político se radicalizava, o afastamento entre os métodos de atuação de ambas se acentuava. Maria Lacerda se aproximou de um feminismo libertário, que considerava emergenciais revoluções mais amplas para a condição das mulheres do Brasil. Da mesma forma, para a tática política escolhida por Bertha, não cabia posicionamentos radicais, pelo contrário. Rachel de Soihet (2013, p. 62, 63) nos fornece uma boa definição de como entender essa tática. Segundo a autora, pautava-se em “movimentar a opinião pública e exercer pressão direta sobre os membros do congresso”. Nesse ponto é mais uma vez importante assinalar o lugar social ocupado por Bertha para que se compreenda não somente as táticas políticas desenvolvidas por ela, como o tipo de influência com que contava. Filha de um médico renomado, tanto ela quanto a maior parte das mulheres da elite, que se tornaram e permaneceram suas aliadas, possuíam vínculos de amizade e parentesco com muitas das famílias que ocupavam cargos de poder no país. O que ajuda a compreender o tipo de pressão a que Soihet se referiu. Era assumindo esse lugar, e não o renegando, que suas batalhas ocorriam.

Todos esses acontecimentos da vida pública de Bertha, durante a década de 1920, também ocorreram em consonância com uma grande agitação no quadro da política institucional. Esse foi um momento em que o modelo de República Brasileira, embora recente, dava sinais de desgaste. As disputas discursivas em torno de projetos políticos, sociais e culturais para o Brasil se expandiram e ganharam visibilidade. A industrialização cresceu e com ela também cresceram os núcleos urbanos. Esses processos de mudança frequentemente aludem a uma modernização do Brasil. Uma das possibilidades para se compreender os significados agregados ao momento é a própria discussão sobre o conceito de

modernidade. Os debates sobre o que significaria uma sociedade moderna, uma mulher moderna, ocupavam muitos espaços, inclusive na política institucional, se alastrando pelos projetos de nação desejados no século XX para o continente. Nesse ponto, atento para os usos do conceito nos projetos sociais em disputa no Brasil. Numa pesquisa introdutória, o conceito de modernidade aparece conectado a processos históricos ocorridos em território europeu, no que se poderia definir como projetos de racionalização de aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de nações (SILVA; SILVA, p. 298, 2009). Mas no Brasil, a preocupação de alinhamento com essas orientações das sociedades europeias se acentua apenas a partir do século XIX. E a discussão em torno do que seria uma sociedade moderna, industrial e de direitos se desloca para o centro de debates entre intelectuais (MAIA, 2011, p. 25). Assim, considero muito importantes os apontamentos de Maldonado Torres quando aborda o tema. Para o autor, não é possível corroborar a modernidade em sua autodefinição, menos ainda uma fixação temporal na transição entre os séculos XVIII para XIX. Embora nesse contexto explicativo a experiência imperialista esteja inclusa de forma importante, há “padrões de mais longo prazo da dominação e exploração colonial” que costumam ser desconsiderados. O que me interessa destacar, e que considero importante em seus raciocínios, é que “a descoberta e conquista das Américas” foi essencial para explicar a modernidade.

Assim, embora a modernidade tenha se tornado um referencial para explicar projetos sociais e fenômenos europeus, se tornou também um conceito relevante para se compreender aspectos da história latino-americana ou, mais especificamente, brasileira. Quijano e Wallerstein (1992, p. 583) nomearam a ordem dos acontecimentos iniciados no século VXI como o “moderno sistema mundial” e explicaram a América como uma criação desse sistema. Para os autores, as instituições que compõem o continente foram grandemente construídas a partir da aniquilação de nossas populações indígenas e suas formas de organização. Nessas circunstâncias, mostram o quanto a resistência cultural frente à opressão instalada no continente não ocorreu se voltando para a historicidade, mas operando um “salto hacia la <<modernidad>>”. Os autores insistem: “La americanidad há sido siempre, permanece como tal hasta hoy, um elemento esencial em lo que entendemos como <<modernidad>>” (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583). Parto desse projeto de futuro, que se referencia na modernidade para imaginar suas possibilidades, que o faz a partir de padrões eurocêtricos, para compreender, em parte, os discursos em voga ainda no século XX emanados da capital do país. Importante frisar que me interessa menos na concretização desses discursos, na realização desses projetos de racionalização, do que nos usos que foram feitos desses ideais.

Usos que apelavam para um sentido que se propõe natural porque eurocêntrico da modernidade. Como se, ao olhar para o curso histórico de países colonizadores, estivessem acompanhando o desenvolvimento natural de uma sociedade moderna. Entendo que a experiência dos indivíduos nesse padrão de poder, que assumo enquanto colonial/moderno, é influenciada pelas experiências que vão se assentando como dominantes. Mas, mais do que isso, enquanto naturais ou inquestionáveis. Obviamente que a experiência colonial afeta a formação cognitiva dos indivíduos, conforme afirma Quijano (2010, p. 86). O desejo de indivíduos e grupos de progredir está ligado, em muitos casos, à reprodução de um padrão europeu de desenvolvimento.

Nesse sentido, as conclusões de María Lugones e María Femenías se tornam essenciais para guiar a leitura dos acontecimentos concernentes a essa pesquisa. Enquanto Lugones afia nosso olhar para a percepção de um sistema colonial de gênero, pois questões como raça, classe e sexualidade extrapolam as categorias da modernidade, Femenías (2007, p. 12) revela que os referenciais de cidadania europeus, usados para balizar nossos marcos civilizatórios e constituições, não se operam da mesma maneira em território latinoamericano. Desde a colonização, critérios jurídicos e sociais como igualdade, por exemplo, se ordenam por modelos de exclusão que a autora descreve como “não formais”, mas que são fundamentais para compreender a realidade na América. Já Lugones (2019) mostra como a relação colonial separa, pela ideia de civilização moderna, humano de não humano. Legando às populações colonizadas a subcategoria. E aos burgueses brancos europeus, o ideal de ser humano completo. E dessa forma venho entendendo como as referências identitárias que vão se desempenhando no Brasil, no início do século XX, buscam se afirmar em relação ao moderno/civilizado que emana do norte global.

Um bom exemplo do quanto a discussão sobre a modernidade era importante à época foi o movimento modernista brasileiro. Pautado principalmente por artistas, o modernismo se constituiu como um movimento heterogêneo e diverso que trouxe à tona muitas discussões sobre o que constituiria a identidade brasileira. Pautava, entre outras coisas, o desejo de romper com as referências tradicionais, possibilidades de explorar liberdade criativa e de pensar o que seria o vanguardismo na produção da arte nacional. Embora, no princípio, buscassem inspiração nas vanguardas europeias, algumas dessas discussões desenvolveram questionamentos sobre o papel das referências estrangeiras na arte e avançaram para debates mais amplos e de teor político. Ainda assim, estabelecer rupturas com referências eurocênicas na criação artística não significava romper com o ideal de progresso pautado

pela ordem dos acontecimentos históricos das nações modernas da Europa. Tratam-se de caminhos distintos. Embora a criação de um imaginário artístico referenciado no Brasil ajude a compor quadros de ruptura com o pensamento eurocêntrico, ainda não seria esse o principal foco do modernismo. De qualquer forma, é importante mencionar como o movimento permitiu que muitos grupos e, dentre deles, muitas artistas feministas, aproveitassem o momento para divulgar um trabalho absolutamente contestador dos costumes. É o caso de Ercília Nogueira Cobra, que publicou, já em 1922, *Virgindade inútil – novela de uma revoltada*, “uma obra polêmica que pretendia discutir a exploração sexual e trabalhista da mulher, e provocou intenso debate e muita crítica entre os contemporâneos” (DUARTE, 2003, p. 161). Ou seja, dentre as disputas políticas em voga, também se encontravam as expressões de feminilidade.

Mas nem só de contestação progressista se povoou o movimento. As disputas nos campos discursivos do modernismo, nesse momento, incluíam muitas personalidades com visões conservadoras e autoritárias. Embora participando de uma esfera oposta na arena do movimento modernista, Plínio Salgado foi um jornalista que aproveitou essa insurgência para defender um nacionalismo exacerbado em sua obra. Anos depois, foi quem traduziu suas aspirações no movimento político extremamente conservador que foi o integralismo (OLIVEIRA, 2015, p. 323). Mas o ponto a se levantar nesse tópico são as diversidades de postura em disputa. Uma prova do quanto a década de 1920 não foi um momento de consenso, pois Plínio travou uma longa disputa político-argumentativa contra Oswald de Andrade<sup>5</sup>, nome importante do modernismo. Ambos debateram sobre os rumos possíveis para o Brasil a partir de suas concepções. De um lado, posicionando-se à esquerda, com participação no Partido Comunista do Brasil, Oswald lançava o Manifesto Pau-Brasil<sup>6</sup>. Do outro, Plínio criava o Movimento da Anta. Mesmo antagônicos, é possível perceber que esses discursos em disputa mantinham em comum o desejo de fazer com que a construção nacional passasse pela elaboração de seus projetos e ideais de modernidade (FREIRE, 2009, p. 208).

E embora correndo o risco de me distanciar em excesso da trajetória de Bertha, também considero importante comentar que as disputas pela política institucional estavam bastante agitadas. No exército, por exemplo, se organizaram vários levantes durante a década

---

<sup>5</sup> Jornalista e advogado, participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922. Foi grande adversário do integralismo, do nazi-fascismo e da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

<sup>6</sup> O movimento do Pau-Brasil, ao final da década, deu lugar ao movimento Antropofágico. O primeiro possuía um enfoque na produção artística, o segundo, uma orientação mais politizada, questionando a estrutura social do Brasil e o papel do colonizador em sua formação.

de 1920 que, com o passar do tempo, foram denominados de tenentismo. Embora não possuíssem uma pauta política uníssona, se caracterizaram por reivindicar uma reforma constitucional, além de mais atenção às demandas das forças armadas. Concomitante a isso, a questão civil, econômica e trabalhista se agitava por conta da imigração, que ainda ganhava fôlego nesse período. Estima-se que quase metade dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil vieram entre as décadas de 1910 e 1920. Essa onda de migração foi estimulada por um projeto de república que se executava a partir de um ideal de mão de obra assalariada e branca, já que a escravidão há poucos anos deixara de ser o sustentáculo do trabalho no Brasil. Nesse sentido, os ideais políticos e sociais para o país naquele momento não incluíam possibilitar condições dignas de trabalho às pessoas que foram escravizadas.

Além disso, a maior parte da indústria que se instalou também pertencia a imigrantes. Portanto, esse contexto de expressiva influência da imigração europeia<sup>7</sup> acabou sendo uma das características que marcou o movimento operário e as greves que ocorreram nas primeiras décadas do século XX. Foi a influência de ideias estrangeiras, como o socialismo e o anarquismo que pautaram muitas dessas manifestações. Pode-se dizer que a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), mencionado anteriormente pela filiação de Oswald de Andrade, também se inclui nesse contexto. Ao unir pautas do proletariado brasileiro, concatenando ideais comunistas, o partido buscava alimentar condições de executar no Brasil mudanças políticas no caminho do que havia acontecido na Rússia em 1917. Assim, inauguraram suas atividades já em 1922.

Sendo impossível descrever todas as agitações sociais de uma época, creio que esses movimentos são capazes de elucidar um pouco dos discursos em disputa no período. A constituição de 1889 já não se mostrava capaz de atender as necessidades dos movimentos sociais do país. O voto aberto, e amplamente restrito e fraudado, evidenciava que os núcleos de poder não permitiam possibilidade de alternância na administração pública. As demandas populares por mais representatividade cresciam. E Bertha Lutz, a personagem que, embora distante nos últimos parágrafos, guia essa narrativa inicial, não deixou de direcionar suas táticas políticas para reivindicar pautas feministas, mobilizando sempre em primeiro lugar, mas não unicamente, a questão do sufrágio.

---

<sup>7</sup> Na década seguinte, no entanto, é importante lembrar que o enfoque trabalhista, dado a partir do Governo Vargas, preocupou-se com as influências estrangeiras e dedicou-se à construção da identidade de um trabalhador nacional. A partir da década de 1930, a imigração é refreada e o nacionalismo avança também sobre a questão trabalhista.

No ano de 1922, Bertha foi enviada pelo Brasil para a Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, evento realizado nos Estados Unidos, ligado à National American Woman's Suffrage Association (NAWSA). Ao fim do evento, foi nomeada vice-presidenta da Associação Pan-Americana de Mulheres. De volta ao Brasil, ainda no mesmo ano, recorreu ao auxílio da presidenta da associação estadunidense para formar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), organização que substituiu a existência da primeira que havia criado. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tornou-se o veículo de militância mais famoso de sua carreira e publicou, em algumas ocasiões posteriormente, notas com resumos de suas atividades na revista *Brasil Feminino*. Ao final do ano de 1922, não só a FBPF se expandiu para outros estados e angariou instituições aliadas pelo Brasil, como promoveu o Primeiro Congresso Internacional Feminino. Foi nessa ocasião que elaboraram a tática de buscar apoio ao sufrágio primeiramente com um governo de estado para, posteriormente, pleitear uma conquista generalizada.

Em 1923, Bertha Lutz representou o Brasil no 9º Congresso Internacional pelo Sufrágio, realizado em Roma. Essa viagem reorganizou o trabalho da Federação no sentido de acirrar ainda mais a luta pelo sufrágio, enquanto projetos de lei nesse sentido eram sucessivamente reprovados ou adiados. No ano de 1927 suas táticas finalmente começaram surtir efeito mais sólido. O candidato a senador pelo estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, foi o primeiro a manifestar apoio à participação política de mulheres nas eleições em que concorreria. Sua manifestação pelo reconhecimento de igualdade de direitos entre homens e mulheres suscitou 20 solicitações de mulheres para votarem nas eleições a seguir. Bertha foi pessoalmente até Natal para ajudar a fortalecer a campanha. Além disso, a FBPF ainda enviou duas mil assinaturas reivindicando a manutenção do direito, resultando na participação de mulheres como votantes no ano seguinte. Esses vinte votos foram, em seguida, anulados, mas não deram fim na empreitada. Ainda no ano de 1928 não apenas as mulheres do Rio Grande do Norte garantiram o direito de votar a nível estadual, como também o de serem votadas. A exemplo disso está Alzira Soriano, primeira prefeita eleita do Brasil, pela cidade de Lajes. Essas conquistas deram nova energia para as mulheres organizadas pelo sufrágio, mas não resultaram imediatamente numa conquista a nível nacional.

## 1.2. Getúlio Vargas no poder

Embora tendo perdido as eleições, Getúlio Vargas representou, na virada de década, muitas das reivindicações de mudanças organizadas desde o início do século. Prova disso é que a forma como chegou ao poder, até hoje, pode ser referenciada pela ideia de revolução, pois ficou popularizada pelos seus apoiadores como a “Revolução de 30”. Apesar das estruturas da antiga república estarem ruínas, o processo se constituiu como uma tomada de poder que inaugurou um Governo Provisório, fora das regras da política institucional em voga. A Aliança Liberal<sup>8</sup>, que possibilitou essa virada, reuniu a vontade de muitos dos grupos revoltados com os comandos oligárquicos que não viabilizavam alternância de poder. Vargas se tornou a figura que projetava uma ideologia pautada na ideia de modernidade, de mudança, um representante da ordem burguesa. A esperança de uma nova ordem política fez com que o tenentismo alicerçasse a força militar necessária para essa insurreição. Ao fim, a oligarquia paulista foi a grande prejudicada no golpe, mas esse foi um processo muito acentuado pela crise econômica de 1929<sup>9</sup>, o que fez com que o apoio de outros grupos oligárquicos aparecesse, compensando a balança de forças (WASSERMAN, 2002, p. 66, 67). Ainda assim, o fato de atentar para necessidades diferentes daquelas pautadas pelos oligarcas, que antes ocupavam o poder, não fez de Vargas um líder revolucionário.

Mas embora não fosse revolucionário, estabeleceu mudanças estruturais criando novas leis e códigos, inclusive eleitorais, intensa intervenção estatal, centralizando as forças políticas e buscando fortalecimento do estado nacional. Pautava, assim, uma modernização que representava o capitalismo industrial (FREIRE, 2009, p. 211). Essa modernização, no entanto, pode ser pensada por caminhos diversos enquanto possibilidades ideológicas e, assim, se preenche de sentidos de acordo com as necessidades do grupo em que se opera. No caso do governo inaugurado pelo presidente Vargas, por exemplo, vai se configurar numa trajetória de teorias e práticas amplamente autoritárias elaboradas pelos intelectuais que,

---

8 Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

9 A depressão que afetou a economia mundial entre 1929 e 1934 foi uma das mais longas e profundas recessões econômicas já experimentadas até hoje. Ela se anunciou, ainda em 1928, por uma queda generalizada nos preços agrícolas internacionais. Mas sua consequência mais marcante foi a crise financeira detonada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque. Desde 1927, a economia norte-americana vinha experimentando um crescimento artificial, alimentado por grandes movimentos especulativos nas bolsas e pela supervalorização de ações sem a cobertura adequada. A economia do Brasil foi imediatamente afetada pelo ocorrido.

participantes do governo, guiarão as políticas conforme os interesses das classes dominantes no Brasil (FREIRE, 2009, p. 211), apesar de seu apelo discursivo ser conciliador.

Assim, retorno às táticas políticas escolhidas por essas mulheres da elite. Pois mesmo que façamos uma análise dos acontecimentos concernentes apenas à história de Bertha Lutz, já é possível compreender que o governo Vargas não simplesmente mudou as leis eleitorais. Mesmo acompanhando os esforços políticos de uma única mulher, facilmente conclui-se que o sufrágio foi articulado como uma luta longa e cheia de percalços e que contou com inúmeras alianças. Essa conquista foi fruto de uma extensa batalha para provar, dentro do difícil e autoritário jogo político daquele momento, que havia mulheres organizadas e politicamente ativas lutando por sua cidadania. Como argumenta Soihet (2013), o voto não foi um fim em si mesmo no esforço pelos direitos políticos. Podemos concluir, portanto, que o sufrágio foi uma conquista importante nesse caminho que ainda estava sendo traçado pela emancipação das mulheres. Assim como os direitos trabalhistas conquistados na década de 1930 foram fruto de uma árdua disputa pautada pela luta organizada dos operários.

Mas a discussão está se antecipando, pois o ano do sufrágio não foi o de 1930. Ou seja, o sufrágio não foi imediatamente garantido. Em 1931, uma cisão fez com que Natércia da Silveira, umas das integrantes da FBPF, fundasse uma instituição autônoma, a Aliança Nacional de Mulheres (ANM). Natércia também atuava pelo sufrágio. Formada em direito, acompanhou como liderança as estratégias da Federação. No entanto, divergências políticas a fizeram romper e a criação da Aliança significou uma outra via de luta e organização pelos direitos civis das mulheres, incluindo o sufrágio. Esses esforços, que se organizavam em diferentes frentes, encontraram em uma revolta pela constituição, o momento de reunirem forças. Foi necessário que um levante em São Paulo, depois batizado de “Revolução Constitucionalista”, exigisse o fim do governo por Atos Institucionais, conclamando, assim, uma nova constituição, para que a pauta do sufrágio fosse finalmente oficializada. Bertha Lutz e Natércia tornaram-se, então, juntas, membras da comissão constitucional que tratou de elaborar novas leis para o Brasil e, dessa forma, conseguiram reunir esforços para a inclusão do voto das mulheres no código eleitoral no ano de 1932.

Em página dedicada ao feito, *Brasil Feminino* reúne as duas mulheres em homenagem às suas atuações no “Ante-Projecto da Constituição”. Em texto que não aparece assinado, são defendidos a criação de um Partido Feminino Brasileiro, a igualdade de direitos políticos, sociais e econômicos entre “os dois sexos” e a liberdade de pensamento e religião. Além

dessas pautas, pregam também uma “justa lei do divórcio” e a alfabetização geral do povo. Embora não se saiba a autoria do texto, as reivindicações dão o tom do projeto feminista em que essas mulheres e sua rede de apoiadoras se posicionavam, frente aos embates no projeto de Brasil em disputa.



Figura 2 Imagem que ilustra participação de Natércia da Silveira e Bertha Lutz na Comissão do “Ante-projecto” da constituição brasileira. *Brasil Feminino*, Ed. 8, s/p.

Ainda assim, não podemos obviamente resumir o ano de 1932 a esses fatores. Há outros acontecimentos que, com o passar do tempo, estabelecerão conexão com a fonte e que, portanto, merecem menção. Um dos exemplos é o fato de ter sido esse o ano em que Plínio Salgado, o jornalista conservador do modernismo, oficializou seu movimento enquanto partido político, lançando a Ação Integralista Brasileira (AIB). Como já citado anteriormente, essa organização era fortemente influenciada por ideais ultraconservadores, a exemplo de um intenso nacionalismo, além do que podemos definir como culto à família e aos preceitos cristãos. Seus planos políticos incluíram, posteriormente, indicar o “Chefe Nacional”, o próprio Plínio, às eleições diretas constitucionalmente previstas para o ano de 1938 (BARBOSA, 2006, p. 78). À época da ascensão de Vargas, Plínio estava divulgando suas ideias no jornal *A Razão* e defendeu a “revolução de 30”, além de ter feito viagem à Europa, momento em que se reuniu com Mussolini e aprendeu sobre os regimes fascistas (CORRÊA, 2011, s/p.).

De outro lado, se formava a Frente Negra Brasileira (FNB). Essa instituição foi fundada um pouco antes, no fim do ano de 1931, e acabou congregando a iniciativa de clubes e associações antirracistas que se organizavam no país desde 1888. Não foi o caso de oficialmente se tornar uma entidade que substituiu as outras instituições organizadas, mas da associação antirracista com mais força política criada até então. Vargas chegou a estar em audiência com a FNB, tamanha sua relevância. Petrônio Domingues informa que há dados de

que a FNB chegou a congregar mais de 20 mil associados na década de 1930, além de manter socialmente ativas “escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça*” (DOMINGUES, 2007, p. 106). Petrônio também dedicou-se, em outro trabalho (2007), a narrar mais detalhadamente a participação das mulheres na construção da FNB. Através de análise das publicações do jornal da entidade na época, demonstrou como as mulheres articularam atividades culturais, sociais e do mundo do trabalho pela militância nas publicações, o que ajuda a perceber mais nuances no quadro que envolvia as disputas políticas da primeira metade do século XX. No entanto, a popularidade das linhas de pensamento autoritárias no Brasil não deixou de afetar a organização, pois até mesmo o subtítulo do jornal *A Voz da Raça* só se diferenciava do lema da AIB por um único termo, tratava-se da máxima: *Deus, Pátria, Raça e Família* (DOMINGUES, 2007, p. 107)<sup>10</sup>.

Retornando a Vargas, é importante lembrar o quanto ele foi um presidente que manteve, como característica marcante de governo, a aproximação com diferentes movimentos e organizações sociais. Nessa perspectiva, não foi só a Frente Negra Brasileira que teve suas demandas ouvidas pelo governante. Os proletários, os integralistas e as organizações políticas mais expressivas do país tiveram tratamento semelhante, uma tática política que o fez ficar conhecido pelo apelo conciliador de suas gestões. Com a FBPF, de Bertha, não foi diferente. Não só o presidente enviou uma representante do governo para participar do Segundo Congresso Internacional Feminista (ocorrido ainda no ano de 1931), como recebeu jovens delegadas do congresso, deixando-se fotografar com elas. Sobre o movimento, chegou a declarar:

Todas as ideias pleiteadas pelo elemento feminista do Brasil são belas e devem ser acolhidas com simpatia. Estamos para isso preparados, atravessando um momento excepcional para a sua aceitação, tanto mais quando no Brasil verificamos que o feminismo continua integrado na tradição da família (O 2º..., 1931, p. 3 apud MARQUES, 2016, p. 36).

Esse momento político, altamente marcado por expectativas sociais de mudanças, tentativa de conciliação do governo e disputas em torno da nova constituição, também se

---

<sup>10</sup> Não poderia deixar de pontuar nesse trabalho que a FNB e sua organização discursiva, embora representasse um contingente significativo de pessoas, não o fazia por toda a comunidade. Concomitante a essa organização, muitas outras de orientação progressista e não autoritária também surgiram, como é o caso do Clube Negro de Cultura Social (1932), da Frente Negra Socialista (1932), em São Paulo; da Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro, da Legião Negra (1934), em Uberlândia/MG, e da Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador (DOMINGUES, 2007, p. 107).

refletiu nas posturas adotadas pelos movimentos sociais, assim como pelos grupos contrários as suas reivindicações. As feministas aliadas de Bertha Lutz, por exemplo, já foram classificadas na historiografia como “bem comportadas” (PINTO, 2003), por exercerem um tipo de crítica social ao papel da mulher que não confrontava as relações de gênero. Ou seja, não questionava o lugar de poder da masculinidade e nem exigia para si mudanças revolucionárias. A postura dessas mulheres organizadas nas lutas pelo caminho da política institucional, se comparada com a de Maria Lacerda de Moura, ou mesmo de Ercília Nogueira Cobra, pode soar excessivamente ponderada, frente ao tipo de diagnóstico profundo da condição da mulher na sociedade feito por essas companheiras. O que Soihet (2013) salienta, no entanto, é que, ao invés de reforçar nomenclaturas que possam suscitar comparação ou graus de evolução dentro do pensamento feminista, é mais proveitoso que se entenda as táticas utilizadas por elas dentro de cada contexto, que aqui tento delinear.

Assim como essa não foi uma época fácil para o acesso ao estudo ou formação profissional de mulheres, também não era bem visto que pessoas se manifestassem enquanto feministas. Qualquer ativista pelos direitos das mulheres era rapidamente encaixada na ideia de subversiva. Amplamente acusadas de quererem se masculinizar, “roubar” o lugar dos homens, ridicularizadas pela sandice de provocar a inversão de papéis, as feministas foram frequentemente lembradas que as características da feminilidade não combinavam com a vida pública e que suas reivindicações ocasionariam o abandono do lar e da estrutura familiar. Quem sabe até da sobrevivência da espécie (MARQUES, 2016, p. 21). Campanhas que foram – e continuam sendo – amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, engrossando o caldo de uma tradição que começou com charges de jornal depreciativas vindas desde as primeiras lutas sufragistas da Europa e que acabaram repercutindo na imprensa em terras brasileiras.

Ao tratar do período de luta e organização pelo sufrágio no Brasil, Rayza Sarmiento também destaca a reação antifeminista que aparece nas fontes que pesquisa. Ao se deparar com um texto da *Folha da Noite*, de 1923, comentando a nomeação da primeira tabeliã no Rio de Janeiro, demonstra como essa vitória do feminismo é ironizada. Na matéria, a mulher nomeada chega a ser descrita como alguém que só poderia ser “resignada e feia, com uma sanfona de rugas na fachada” (SARMENTO, 2017, p. 6). Nesse caso, a nomeação de uma mulher para um cargo público não estava conectada a um discurso político explícito. A notícia possui certamente um viés material e simbólico de conquista para o feminismo, mas não estava acompanhada de um discurso politizado por parte da nomeada. A reação publicada na

*Folha da Noite* configura-se apenas como um pequeno exemplo da hostilidade do ambiente político da época e demonstra o quanto a demanda por avanço dos direitos das mulheres causava desconforto, não importando a maneira como se operava. Somado a esse fator, considero relevante a informação trazida por Katia de Carvalho, de que apenas em 1914 foi contratada a primeira repórter do país, Eugenia Brandão, pela revista *A Rua* (CARVALHO, 1995, s/p.). A proximidade da data de contratação da primeira mulher repórter do Brasil<sup>11</sup> com a primeira revista totalmente produzida por mulheres<sup>12</sup> demonstra não só as dificuldades reinantes na época para que se produzisse uma imprensa com ampla presença de mulheres, mas também o quanto, em poucos anos, essa presença se intensificou. A própria revista avaliada nessa pesquisa cita essa hostilidade em coluna de resposta ao um leitor. Na terceira edição, um pai de família indignado vê publicada réplica pela defesa de que mulheres ocupem cargos públicos:

Se ha a injustiça alegada por esse missivista amargoso, naturalmente, não foi a senhorita quem a praticou, e demais a mais, mesmo antes da cooperação feminina no funcionalismo publico do paiz, e no commercio; sempre houve pobreza; sempre houve luta pela vida, porque isso tudo é condição basica das sociedades e afeição natural da humanidade [...] Como infelizmente, hoje em dia, há muitos chefes de familia em egualdade de condições desse missivista amargurado, cumpre-nos o dever de fazer-lhes sentir que a mulher evoluindo; cooperando no trabalho commum de elevar o nivel moral do mundo; [...] não perdeu ainda, nem perderá nunca, o direito de viver entre gente, cuja educação de maneiras, revela a superioridade de espirito, a solidez da cultura intellectual, e a perfeita compreensão da evolução natural da humanidade (BRASIL FEMININO, Ed. 03, p. 3)

Sendo assim, não é de se estranhar, como é reforçado desde a introdução desse trabalho, que diferentes táticas tenham sido adotadas por diferentes grupos de mulheres para elaborar seus campos de disputa. Se até o presidente da república havia reforçado que as iniciativas feministas eram bem-vindas, porque estavam em consonância com os ideais da família, nada mais previsível do que sujeitas se articulando politicamente através desse caminho, que reforça a conciliação, para pleitear direitos políticos. É precisamente nessa arena que se insere a revista *Brasil Feminino*.

### **1.3. Surge *Brasil Feminino***

Foi também no ano de 1932, em consonância com todas essas insurgências, que a poetisa e jornalista Iveta Ribeiro reuniu força suficiente para lançar um projeto editorial

---

<sup>11</sup> A presença de mulheres na imprensa era comumente preenchida por poetisas, folhetinistas, cronistas e ensaístas.

<sup>12</sup> Assumindo a postura adotada por *Brasil Feminino*.

singular. Tratava-se da magazine mensal *Brasil Feminino*. Essa revista foi inaugurada no mês de fevereiro no Rio de Janeiro e circulava em território nacional. Reivindicava o importante pioneirismo de ser a “única do gênero em toda a América do Sul [feita] da mulher, pela mulher, para a mulher”<sup>13</sup>. Em realidade, pode-se definir que tinha “a finalidade de difundir as letras femininas nacionais” e foi inspirada em iniciativa europeia, *Portugal Feminino* (RAMOS, 2016, s/p.). Seu programa de ação apresentava cinco pontos que resumiam os objetivos da revista. Definidos como: congregar os valores intelectuais femininos, trabalhar pelo intercâmbio mental das mulheres, auxiliar as iniciativas femininas, cooperar para o desenvolvimento do feminismo racional e propugnar pela educação moral e intelectual da mulher. Em sua primeira edição, contou com 43 páginas que incluíam uma grande ilustração colorida na capa e outra, de igual proporção, na contracapa, embora essa se tratando de propaganda. A publicação não se designou desde o início como revista ilustrada, mas poderia, já que quase a totalidade de suas páginas possui ilustrações em preto e branco assinadas, em maior parte, por Odelli Castello Branco. Desenhos, fotografias e gravuras ajudam a compor o teor da magazine que possui, inclusive, cabeçalhos de colunas fixas ilustrados de acordo com a temática do que tratam, como é o caso das páginas que abordam cinema ou moda, por exemplo.

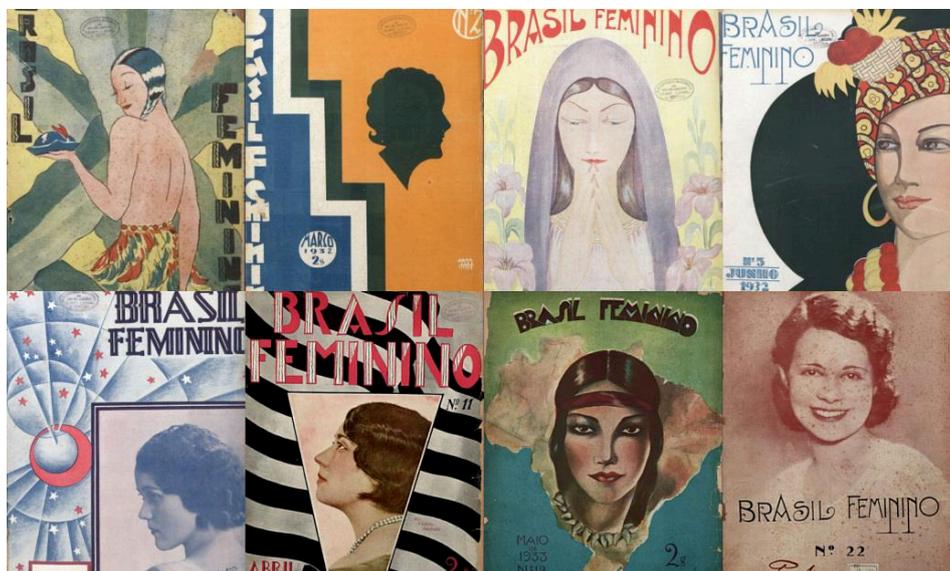


Figura 3 Colagem das capas das edições 1, 2, 4, 5, 6, 11, 12, 22 de *Brasil Feminino* com referências constantes a relação entre as mulheres e elementos simbólicos da pátria, utilizando estilos gráficos de apelo moderno.

<sup>13</sup> Informação reiterada em todas as edições.

Em termos gerais, organizava-se a partir de um formato bastante tradicional para a imprensa voltada para mulheres. *Brasil Feminino* poderia, num folhear desatento, ser encaixada na definição de imprensa feminina que Tania de Luca elaborou:

Trata-se de um tipo de produção jornalística que não é movida pela necessidade de registrar o fato novidadeiro do dia anterior, matéria-prima por excelência do jornalismo. Pelo contrário, a imprensa feminina orbita em torno de temas mais perenes, não submetidos à premência do tempo curto do acontecimento. Moda, beleza, casa, culinária ou o cuidado com os filhos comportam uma abordagem circular [...] (LUCA, 2012, p. 448).

Isso se dá porque a maior parte do conteúdo dessa revista realmente reitera essa perspectiva de menor preocupação com o “fato novidadeiro”, ou mesmo não atenta, em grande medida, para assuntos públicos concernentes à política institucional. Há páginas tratando de moda, casamentos que foram celebrados, páginas sociais, cuidados de beleza e da casa, infância, uma grande valorização da maternidade e mesmo conselhos amorosos. Mas essas questões não encerram sua abrangência, pois há também, entre as páginas da magazine, um outro direcionamento do conteúdo. Outro direcionamento que permite que a classifiquemos como parte da imprensa feminista. Em primeiro lugar porque o feminismo aparece sendo reivindicado em diversos momentos desde o plano de ação, até títulos ou conteúdo dos textos. E depois, porque se trata de um projeto de divulgação exclusiva do trabalho de mulheres. Na mesma obra citada anteriormente, Tânia de Luca igualmente dá uma definição para o que compreende por imprensa feminista que, segundo ela, estaria atrelada a assuntos diferentes, como a luta pelo direito à educação, ao exercício profissional e ao voto (LUCA, 2012, p.451). Pautas que também se confirmam quando analisamos os textos.

Ao executar um estudo mais atento do que as colunistas de BF<sup>14</sup> tem publicado, essa diferenciação se mostra complexa ou mais borrada do que se poderia esperar. A linha entre escrita feminina e feminista se confunde, pois esse periódico também se diferencia da maioria do que circula na época por falar de teatro, cinema ou música de uma perspectiva que prioriza uma marcação importante de gênero ao salientar o trabalho de mulheres. Ao fazê-lo, inverte práticas comuns na época de naturalizar a divulgação dos trabalhos elaborados por homens. Ao tratar de cinema, dedica suas páginas a comentar o sucesso de atrizes famosas, ao falar de teatro, segue a mesma lógica. Quando trata de literatura, divulga livros escritos por mulheres, publicando trechos inéditos, se atentarmos para as poesias distribuídas por toda a publicação, lá está o trabalho de poetisas sendo divulgado. É nesse ponto que acredito consistir a

---

14 Abreviação para Brasil Feminino que eventualmente será adotada a partir desse ponto da escrita para auxiliar a dinâmica de leitura.

característica política mais potente de BF, na divulgação de trabalhos de autoria de mulheres numa época e ambiente hostis, quando sua especialização profissional e ocupação do espaço público eram constantemente atacadas e impedidas. Essas publicações carregavam simbologias muito fortes para a década de 1930. Em *Brasil Feminino* é possível perceber que essas mulheres estão conjuntamente criando um espaço inédito para publicação de suas criações e o fazem a partir de um projeto consistente da imprensa. A revista se constituiu, em sua época, como um catálogo do trabalho de mulheres envolvidas nas artes, na ciência, na política e na filantropia durante década de 1930, dentro e fora do Brasil.

Ainda assim, categorizá-la como grande imprensa também seria uma tarefa complexa. Tania de Luca aponta o quanto essa é uma definição vaga e imprecisa, pois adquire sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. Para a autora, pode-se designar “grande imprensa” como um conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro (LUCA, 2013, p.1). Assim, é a estrutura, número de páginas e diagramação que dão indícios de que BF trate-se de um periódico que me permite inferências nesse sentido. Pois nem artigos já publicados a respeito da revista e nem ela mesma dá evidências do tamanho de sua circulação.

De qualquer forma, Céli Pinto (2003) é uma das autoras que consegue sucintamente apontar a dimensão e relevância que a imprensa feminista possui nas disputas políticas desde a República Oligárquica. Ela nos lembra que possuir um meio de comunicação era a única possibilidade de disputar narrativas, mediante opinião pública na época. Para se ter uma noção dessa importância, segundo Meneguel e Oliveira (2002, p. 06), em 1930 havia apenas 16 emissoras de rádio registradas no país transmitindo um conteúdo ainda muito precário em termos de qualidade e alcance do som, o que enfatiza a importância da mídia impressa. Sendo assim, era a iniciativa de associações, grêmios, sindicatos e pequenos grupos que mantinha uma quantidade expressiva de jornais locais e periódicos menores publicando a maior parte das contribuições de mulheres feministas, que reivindicavam mudanças sociais e contribuía com perspectivas dissidentes para pensar as próprias lutas (PINTO, 2003, p. 28-31). Nesse sentido, mais uma vez se reforça a importância do tamanho do projeto que se configurou BF já que, em 1932, não apenas rompia com a expectativa acerca dos folhetos feministas de serem pequenos ou mal estruturados, como também, com a expectativa de durarem muito pouco. Pois a magazine sustentou-se, entre mudanças e controvérsias, pelo menos até o ano de 1937.

Enquanto, no fazer histórico, construímos narrativas sobre a história das mulheres, uma das maiores dificuldades apontadas é a falta de fontes, documentos, registros do passado produzidos pelas próprias mulheres. Não é apenas o baixo índice de letramento que contribui para esse fator, pois entre as classes abastadas o problema se estende. Ocorre que mesmo a conservação e guarda de documentos pessoais, como diários, por exemplo, são prejudicados pela falta de importância que, em geral, é dada a documentos do âmbito privado. Nesse aspecto, *Brasil Feminino* não é apenas um registro importante de uma vasta documentação produzida por mulheres, como também foi preservada por se tratar de uma revista com alto padrão de qualidade. Para analisá-la, siga as orientações de Maria Capelato quando indica que é possível fazer pesquisa sobre lutas políticas e sociais através da imprensa. Em diversos tipos de periódicos se encontra indícios de projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade (CAPELATO, 1988, p. 34). Para entender exatamente que tipo de análise *Brasil Feminino* nos permite, siga uma definição de Kátia de Camargo, que explica:

[...] pode-se dizer que a definição do objeto revista só é possível se comparado ao jornal e ao livro. A primeira distinção, portanto, refere-se à sua relação com o tempo. O jornal, cotidiano, factual, restringe-se às informações obtidas ao longo de mais ou menos 24 horas; a revista, por seu turno, meio de sociabilidade por excelência é, *a priori*, um espaço de confrontação de autores, de homens, de um pensador com seu tempo. O artigo de revista procura apreender a atualidade para fazer dela seu objeto de reflexão e também de ação. De outro lado está o livro, expressão da personalidade de seu autor e que relata, em geral, uma trajetória ímpar, singular (CAMARGO, 2005).

Obviamente, um fator relevante dessa pesquisa encontra-se no fato de que BF não é um espaço de confrontação de homens e autores, mas de mulheres autoras de uma revista. E Iveta Ribeiro, sua idealizadora, tinha plena consciência do tamanho e relevância dessas questões. Já que em 1932, na primeira edição, no seu primeiro texto, comentava que motivos a levavam a investir sua energia num projeto de revista. Segundo a autora, o “livro feminino” se restringia a determinados círculos, não estava ao alcance de todos, não atingia divulgação em todo o território nacional. A seguir, comentava seu entendimento sobre o conteúdo dos jornais, para então falar do formato da revista:

Os trabalhos e notícias publicados em jornais, embora representem mentalidades de valvro[sic], não são contudo, documentação indiscutível da força creadora da mentalidade feminina do Brasil, e, foi pensando, ha muito, em tudo isso, que resolvi crear a presente revista, como elemento inicial de demonstração de capacidade creadora, de iniciativa, de cohesão de vontades, de cultura, de intelligencia e de solidariedade da mulher no Brasil... (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 3)

Também é importante mostrar que esse projeto tentava se destacar no meio editorial oferecendo “intercâmbio mental entre as mulheres cultas de todos os países”. Com o foco muito voltado à utilidade dos papéis sociais das mulheres e pleiteando o que nomeava de “feminismo racional”, Virgínia Mancilha diagnostica que a revista pretendia “aprofundar a educação feminina” (MANCILHA, 2011, s/p.). De fato, todos os exemplares reforçavam em seu programa de ação que deveriam “propugnar pela educação moral e intelectual da mocidade feminina do Brasil”. Mas, ao ter contato com um número expressivo de edições, chama a atenção que a potência dessa fonte esteja no fato de ter se tornado um documento de divulgação do trabalho das mulheres. Trabalho intelectual, artístico, manual, formal ou não, é nesse lugar de troca e divulgação que percebo a força dessa revista. O fato de as autoras se posicionarem enquanto educadoras, ou posicionarem seus escritos enquanto uma ferramenta para educação de outras mulheres, diz muito mais sobre suas intenções e subjetividades do que da recepção do que escreviam.

Penso que é importante salientar esse tipo de perspectiva porque em diversos trabalhos sobre a imprensa feminina e feminista, além da diferenciação dicotômica “imprensa politizada versus imprensa despolitizada”, também se reitera uma ideia de que o periódico que é escrito para público das mulheres trata de “publicizar a esfera íntima” (CARVALHO, 1995, s/p.) ou se reforça a oposição “público versus privado”. Embora essa seja uma definição que pode ser útil em termos didáticos, como toda generalização, não é a forma mais eficaz para se pensar a complexidade das análises do passado. Enquanto definições sobre a imprensa feminina explicam esse espaço como uma arena que permitiu mesclar a esfera pública e a esfera privada, produzindo informação, publicizando seu cotidiano, *Brasil Feminino* produz tanto uma reafirmação desses sentidos enquanto, simultaneamente, os nega. Ao mesmo tempo em que produzia e fazia circular informação, dicas e colunas que funcionavam como manuais de serviços para a estrutura familiar, também abria espaço para discutir sobre o voto, sobre conquistas de mulheres em diversas agremiações, desde feministas a filantrópicas. Assim, permitia a circulação de ideias dissonantes, embora não agressivamente dissonantes, divulgava e defendia a ocupação de cargos políticos e científicos por mulheres. Criava, dessa forma, um espaço de diálogo entre as mulheres do lar e aquelas também interessadas em assuntos públicos.

Carvalho também aponta o quanto “a produção da informação está diretamente vinculada à questão da assimilação. Informação assimilada produz mudanças contextualizadas que refletem a realidade social plural e complexa” (CARVALHO, 1995, s/p.). A conclusão

me permite entender que, em *Brasil Feminino*, havia uma complexa tentativa de equilibrar artigos voltados para os interesses das mulheres do lar enquanto, concomitantemente, investia em outros de opiniões mais progressistas, pelo avanço dos direitos das mulheres. BF não é uma revista que simplesmente publiciza o espaço privado, mas publiciza as atividades do espaço público das mulheres que nela escrevem e sobre quem escrevem, mesmo que essa ocupação do espaço público não ocorra por trabalho remunerado, sendo muitas vezes atividade filantrópica, artística ou amadora. Entendo que se configure como um tipo diferente de intenção, que busca equilibrar os diferentes interesses, suavizando a abordagem.

As possibilidades concretas de difusão dos discursos veiculados em *Brasil Feminino* infelizmente não puderam ser resgatadas pelas fontes acessadas até o momento. Como mencionado, não há comentários publicados sobre a tiragem da revista, por exemplo. No entanto, tratando-se de mídia impressa, principalmente num momento histórico de particularidades como as da década de 1930, é sabido que a revista possui um caráter multiplicador em sua essência. O preço da revista não sofreu grandes alterações durante todos os anos de sua circulação, custando o número avulso, 2\$000 e a assinatura das doze edições de um ano, 25\$000. Caso a assinatura fosse feita para fora do Brasil, doze números estrangeiros sairiam pela quantia de 40\$000. Em pesquisa feita por Fiorucci sobre revistas em circulação na década de 1930, o preço mostra estar em consonância com outras magazines da época<sup>15</sup>.

Um ano depois da inauguração de BF, parece ter ocorrido um momento áureo para a publicação do impresso. Na primeira página da décima edição, referente aos meses de fevereiro e março de 1933, é publicado aviso de mudança de endereço para uma acomodação maior e com salão digno a receber reuniões. Nas páginas a seguir, o cabeçalho de abertura para a coluna *De Início* apresenta a magazine como “Grande revista mensal ilustrada de luxo”. Em apresentação do corpo editorial, 26 mulheres são mencionadas como correspondentes especiais, escrevendo das capitais e do interior do Brasil. Um total de 8 são as pessoas referenciadas como membros da direção e 14 são os nomes de redatoras efetivas. É também nessa edição que se explica como a revista passará a ser distribuída na Europa, a partir de contato da França. Depois de sessões como *Intercâmbio Luso-Brasileiro* e *Sul-Americano*, foi a vez de abrir espaço a contribuições internacionais, que foram organizadas

---

<sup>15</sup> Para acessar tabela de preços comparativos em “mil-réis”, ver FIORUCCI, 2014, p. 102.

pelo “Exmo. Sr. Cel. Em; Montarroyos, delegado do Brasil junto ao Institut de Coperation Intellectuelle de Paris”.

Como consequência do contato com Montarroyos, é anunciada uma expansão de circulação da revista que pode levar BF a todas as capitais do mundo mediante encomenda “n’um perfeito intercambio mundial de mentalidades femininas modernas”. A expectativa é que BF passe também a publicar inéditos estrangeiros. Todo o contato foi feito depois de Iveta ter enviado ao Ministro Mello Franco, das Relações Exteriores, cópias de BF para divulgação. O ministro foi responsável pelo intercâmbio com o Instituto de Cooperação Intelectual. Parte de sua carta é publicada em BF informando que sairá notícia sobre a revista brasileira em sua própria revista mensal. Da mesma forma, o ministro acusa interesse por parte do congresso da “Union Nationale pour le Vote des Femmes”.

Como contribuição proveniente desse contato, é publicada a primeira correspondência, por Mme. Crocci<sup>16</sup>, sobre o primeiro congresso feminino de estudos parlamentares e orçamentários reunido em Paris, de 26 a 29 de janeiro de 1933. O nome de Duquesa de La Rochemoucauld, presidenta da “Union Nationale des Femmes”, bem como de membra do congresso, também é mencionado, indicando serem interessadas no material. A expectativa é de que sejam enviadas rápidas notícias do congresso para publicação em BF. O que de fato ocorre em edição posterior, mas em francês. O ministro indica que continuará divulgando a revista a seus contatos europeus, bem como diz estar organizando a possibilidade de haver assinatura internacional da mesma e pede autorização para fazê-lo, em troca de 30% dos rendimentos dessas ações para os representantes temporários que seriam envolvidos nessas transações, avisando que só dará a incumbência a mulheres para fazê-lo na Europa (BRASIL FEMININO, Ed. 10, 1933).

Analisando as condições de sua circulação, considero complexa a tarefa de elaborar conclusões sobre a revista. Assim como logrou sucesso ao trocar contribuições com outros países, também teve as edições interrompidas por algumas vezes. A dificuldade de angariar recursos para a continuidade do projeto foi um tema bastante explorado. Ainda assim, entendo que, ao reivindicar novas possibilidades, direitos políticos, espaços de afirmação e representatividade para mulheres, o impresso incide sobre o cotidiano da região onde é

---

<sup>16</sup> Curioso notar como, na edição de número 22, a senhora Marcia Croci, correspondente da revista em Paris, é anunciada como a tradutora das obras fascistas de Mussolini para o francês, explicando o nascimento e gestação do seu método fascista. “O sucesso obtido na França e nos países da lingua francesa por esse 1.º tomo, é naturalmente, devido a escrupulosa e notavel tradução de Maria Croci” (BRASIL FEMININO, Ed. 22, p. 26).

publicado, ou mesmo dos lugares por onde viaja. Dessa forma, instaura novos discursos, alguns de ruptura, outros de continuidade da condição das mulheres. Sgarbieri (2006, p. 387) aponta que “os discursos divulgados em jornais e revistas de circulação nacional estabelecem novos sentidos e representações, instituindo assim as condições para a formação de novas identidades”. Nesse caso, pode-se pensar até mesmo, em determinados momentos, que a circulação de BF não foi apenas nacional, ampliando os sentidos e representações que estampava para além das fronteiras do Brasil. Mas como nenhuma publicação registra apenas novos sentidos em seu discurso, também busca identificação com o público alvo, acaba reafirmando muitos dos lugares conhecidos das mulheres do lar. Percebo, assim, que trate-se, nesse ponto, de uma estratégia discursiva desse editorial, que formula sua própria definição de feminismo para se manter ativo e patrocinado enquanto um projeto da imprensa que buscava amenizar a oposição e o conflito.



Figura 4 Colagem feita com diversas páginas de edições diferentes da revista, que ilustram a variedade com que exploravam os estilos gráficos e temáticas. Nessa colagem aparecem poesias, divulgação de trabalho, dicas para a casa, artigos feministas, artigos sobre moda e anúncios de articulação política.

#### 1.4. O Feminismo Racional

Como já mencionado, a maior parte das edições de *Brasil Feminino* encontra-se disponível online, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Todas essas tiragens,

analisadas nesse primeiro capítulo, um total de quinze, tratam da primeira fase de BF, quando a magazine não possuía um direcionamento político formal. Em todas as edições que já foram analisadas e fichadas, seu conteúdo menciona, explica ou teoriza o feminismo que promulgava. É importante considerar o quanto uma revista de mulheres da elite carioca se declarar feminista reiteradas vezes, num contexto de extremo conservadorismo, acrescentava riscos para a atividade, embora um feminismo bem adequado pudesse encontrar apoio até mesmo na presidência. De qualquer forma, o discurso sobre a inferioridade das mulheres era veiculado em âmbitos jurídicos, científicos, religiosos e culturais e se configurava como empecilho para a concretização de garantias básicas de autonomia. Soihet faz um belo apanhado da força conservadora que a imprensa nacional tradicionalmente impunha, ao veicular mensagens antifeministas desde o século XIX (2013).

Não só as feministas, mas as mulheres intelectualizadas, representadas como pessoas feias, desajustadas, carregando livros embaixo dos braços, “excessivamente” dedicadas à carreira ou aos assuntos da política institucional, significavam uma ameaça à ordem “natural” da sociedade. Suas existências eram indistintamente atreladas ao fracasso no projeto pessoal de felicidade. Além de artigos, havia uma longa trajetória de publicação de charges e letras de músicas reforçando que o papel da mulher ideal, correta e respeitável estaria ligado à família. Enquanto, por outro lado, desmoralizavam qualquer projeção de independência e realização que as mulheres pudessem vislumbrar. Isso significava, em termos gerais, uma censura pautada em violências simbólicas e materiais que visava impedir que mulheres, mesmo as mais privilegiadas, pudessem projetar, para si mesmas, realidades em que não estariam reproduzindo um trabalho exclusivo e extremamente especializado de cuidado do lar e criação da prole. Ao mesmo tempo, desqualificava aquelas que, por necessidade, ocupavam postos de trabalho, reforçando a ideia de que esse espaço pertencia à esfera da masculinidade.

Composta por um conjunto bastante coeso de mulheres brancas da elite carioca, as páginas da revista eram, quase que em sua totalidade, assinadas, demarcavam suas autorias. Os nomes das autoras eram conhecidos e alguns permanecem famosos até os dias atuais. Não sendo o caso apenas de Bertha Lutz ou Natércia da Silveira, mas de Rachel Prado, escritora e jornalista, Carmen Portinho, famosa engenheira e urbanista, Henriqueta Lisboa, conceituada poetisa, Mercedes Dantas, professora, literata e política, Isolina Becker, membra da Aliança Nacional de Mulheres e casada com importante membro do governo Vargas, Adalzira Bittencourt, advogada fundadora da escola para menores abandonados e da liga infantil Pró-Paz, Elvira Komel, feminista e advogada mineira acometida de uma morte prematura, dentre

outras pertencentes às classes mais abastadas. O grupo apontado demonstra alto grau de instrução e pertencimento a famílias de posses, ditas “tradicionais”.

Pois bem, compondo o grupo que compunham e representando as famílias que representavam, muitas delas eram casadas com personagens importantes da vida pública do Rio de Janeiro ou mesmo do Brasil. Não é de se estranhar, portanto, que tivessem uma inclinação conservadora no momento de declararem seu entendimento sobre a atuação feminista. Pois havia, em seus campos de atuação, conjunturas familiares, políticas e sociais de privilégio a serem preservadas. Seus projetos coletivos de emancipação possuíam, conseqüentemente, limitações referentes a seus lugares sociais. Essa postura obviamente não diz respeito nem a todas as militantes da época, nem a todas as mulheres da elite, mas ganha sentido na medida em que posicionamos essas pessoas dentro de seus contextos e particularidades. Na edição de inauguração de BF, Iveta tenta explicar um pouco do que se constitui seu projeto de divulgação da cultura, inteligência e solidariedade das mulheres brasileiras. A autora expõe que muitas dificuldades impediram que uma revista inteiramente produzida por mulheres se concretizasse anteriormente, embora tenha sido desejo de outras antes dela. Ao elucidar suas intenções, inicia o texto da seguinte maneira:

Tende-se chegado a uma época em que a mulher brasileira, desembaraçada de erroneos e primitivos preconceitos, manifesta suas aptidões mentaes e ostenta sua capacidade e energia, lutando ao lado do homem em todos os ramos de actividades modernas; caminhando com elle, a par e passo, em demanda do progresso moral e material da pátria (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 03).

Para que essas intenções não sejam mal interpretadas, reforça a necessidade de se manter ao lado dos homens, sem que sua iniciativa incite conflitos. Logo depois, encerra o mesmo texto fazendo as ponderações necessárias à compreensão de que tipo de feminismo ela está construindo. Cito mais uma vez:

[...] fazei da nossa revista um pavilhão de espirito, de graça e de superioridade, não como órgão aggressivo de um feminismo combativo e intransigente, creador de ridículos justificados e de antipathias derrotistas, mas como luminosa e amiga demonstração de Igualdade, de Liberdade e de Fraternidade (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 03).

Ao reivindicar os ideais que remetem à Revolução Francesa, Iveta insere seu feminismo no campo das disputas por direitos civis e o faz aludindo à herança de feministas europeias. Ao destacar sua postura amigável, se distancia do feminismo combativo e estabelece como referência o processo civilizacional do continente europeu, referência de modernidade para o Brasil. Outro indício de que seus ideais identitários e de modernidade

estão pautados em afirmações que o sistema colonial opera em nossas subjetividades e, conseqüentemente, em nossos projetos políticos. Lylia Guedes, apontada como “advogada e belletrista” de João Pessoa, também escreve à sétima edição de BF conectando o letramento e a educação formal com o ideal de modernidade que deseja para o projeto social do Brasil. Intitulado *A educação com a amplitude que tem no conceito moderno*, o texto explora o projeto de emancipação que esse caminho delineia para as mulheres: “Meu maior desejo é vêr as minhas patricias integralmente educadas e, tenho certeza, quando esse ideal superior fôr alcançado, a emancipação racional da mulher ter-lhe-á sido automaticamente conferida” (BRASIL FEMININO, Ed. 07, p. 24).

Modernidade, feminismo e emancipação aparecem, assim, conectados por um discurso que renega o combate. Além disso, a manifestação feminista ser elaborada com parcimônia tinha razão de ser. Como bem apontou Míriam Moreira Leite, as disputas em torno de que postura política adotar diante da luta por emancipação das mulheres apareciam publicadas na imprensa havia bastante tempo. Ainda assim, longe de arregimentar consenso, os discursos feministas, por serem assimilados em cada grupo de uma forma diversa, geraram conflitos que ficaram registrados. Foi o caso de publicações da *Revista Feminina* que, já em 1922, declarava não apoiar o feminismo revolucionário que negasse a ideia de Deus ou a destruição da família (LEITE, 1984, p. 41). Essa foi nitidamente uma resposta à postura de militantes operárias, socialistas e anarquistas. Militantes que, na década de 1920, reivindicavam o fim das desigualdades de gênero a partir de uma perspectiva que hoje podemos nomear de interseccional, pois incluía a classe em suas análises de conjuntura e pregava medidas mais abrangentes do que a agenda do sufrágio permitia na época. A manifestação não ficou sem resposta e o jornal *A Plebe* publicou, assinado por Isabel Cerruti, um texto salientando as limitações de propostas que pensavam no sufrágio como solução para a desigualdade que afligia as mulheres sem expandir seu propósito (LEITE, 1984, p. 41-43). Como é possível associar, essa necessidade de diferenciação, assim como as disputas narrativas em torno do feminismo, não se encerraram na década anterior. As publicações em BF perpetuaram a necessidade de se distanciar não apenas dos discursos antifeministas que povoavam a opinião pública, mas também de certos posicionamentos feministas que eram considerados excessivamente radicais. Raquel Soihet (2012, p.233) também publica considerações acerca da imprensa feminista do período, apontando que uma das preocupações da época era que o movimento não ganhasse ainda mais opositores.

As tentativas de se posicionar sem gerar maiores controvérsias não são poucas. Já na décima edição da revista, Iveta escreve um texto sobre feminismo. Seu tom inicia como em denúncia sobre as pessoas que ainda combatem o movimento, mesmo depois das conquistas dos últimos anos. A oposição que ela explora no texto se dá pela ameaça que o feminismo faz à maternidade. A autora mostra como os opositores frisam as consequências sociais da emancipação das mulheres, mas não consideram as conquistas do feminismo, enquanto também pondera que alguns desses opositores tenham razão. A autora tenta demonstrar que a emancipação pode, sim, decorrer em incoerência se os ideais feministas forem mal orientados. A incoerência, nesse caso, se manifestaria pela negação da família:

A idiosincrasia manifesta pela maternidade que se evidencia em todas as classes sociais, levando a mulher casada a cometer criminosos atentados contra as leis humanas e as leis naturais, é a consequência lógica da má orientação da nossa propaganda feminista que prega todas as vantagens da emancipação política da mulher brasileira; que lhe mostra todo o brilho do futuro, quando a mulher tiver, exercendo o direito de legislar, e de cooperar no governo do país, ocupado seu justo lugar ao lado do homem; que ensina as vantagens do cooperativismo das classes trabalhadoras, pregando o sindicalismo como elemento de defesa e de força; que mostra a rota luminosa traçada para a educadora consciente e culta; que estabelece princípios de mútuo amparo na adversidade, mas que se esquece de pregar como elemento primordial de todas as vitórias o santo e humano dever da maternidade! (BRASIL FEMININO, Ed. 10, 1933).

Mas não era apenas a diretora da revista que abordava o tema. Intitulado *O feminismo que eu amo* e assinado por Albertina Silveira, um dos primeiros textos de BF fala mais daquilo que seu feminismo nega do que o afirma. A motivação do escrito vem de uma senhora “da alta sociedade americana” que estranha que nos salões do Brasil as vestimentas de homens e mulheres sejam tão diferentes:

Sou de opinião que a mulher deva simplificar os seus vestidos; mas o nosso feminismo aqui neste amado Brasil, graças a Deus, nunca poderá perder sua personalidade: - a arte, a poesia, a delicadeza de suas rendas e de todo um conjunto que é próprio da mulher e que lhe dá, aos olhos do homem, a beleza espiritual (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 4).

Albertina dá seguimento a seus posicionamentos quando afirma que “O feminismo que eu amo é a mulher intelectualmente preparada para colaborar junto ao homem e nunca independente dele”. Insiste que as mulheres que trabalham “porque a sorte não sorri a todos”, o façam sem perder a “delicadeza do nosso vestir”, porque é isso que os homens procuram (BRASIL FEMININO, 1932, Ed. 01, p. 4). Notadamente, os textos da revista dão indícios de que o progresso das mulheres, pautado por esse projeto editorial, tem uma forte relação com o pertencimento aos modelos de família burguesa do momento. O trabalho deve servir para

aquelas que precisam, o vestir não pode carecer de delicadeza, propondo um tipo de feminismo que é composto daquilo que o homem vê de belo. E muitos outros exemplos são dados nesse sentido. Albertina indica um distanciamento em relação às mulheres assalariadas que vai estar presente também em outras edições. Assim, acaba sendo importante ressaltar, já nesse momento do texto, a falta de identificação com as mulheres empobrecidas que, como se sabe, são de maioria não branca. É na escrita que se percebe a dificuldade de aproximação com os grupos aos quais essas autoras não pertencem.

Já na segunda edição, novamente na coluna *De Início*, Iveta continua reiterando seus propósitos, pois ainda se trata de um momento de afirmação da revista e do lugar que quer ocupar:

Esse ideal era o de reunir n'uma só, todas as almas femininas da minha terra! Fazer dessa união sincera e inquebrantável, uma força constructora e magnifica! Fazer dessa união perfeita, real, uma das alavancas para erguer a Patria ao nível de todas as pátrias mais adeantadas, mais poderosas e respeitadas!

Será esse um ideal feminista? Sim! Porém um feminismo quem em vez de tira[?] á mulher as prerrogativas naturaes do sexo e afasta-la do lar, que deve ser sempre o seu posto sagrado, a oriente dentro de seus direitos, e sem violências, nem arrogâncias [?] lhe dê maior liberdade de acção, melhor compreensão de seus deveres humanos e o brilho pleno de seu espirito educado, culto, superior (BRASIL FEMININO, Ed 02. p. 5).

Mais uma vez percebe-se um duplo movimento de, concomitantemente enunciar aquilo para que seu feminismo se dispõe e negar posições que possam dificultar seus objetivos editoriais ou ameaçar seu lugar social. O feminismo proposto por essas mulheres, bem como o proposto por Bertha Lutz, não está questionando as estruturas que mantêm seus papéis de gênero, como bem demonstra Céli Pinto, mas empreendendo mudanças no sentido de alcançar mais conquistas. Enquanto BF serve para demonstrar o valor e as “aptidões mentaes” das mulheres, também insiste que a luta por esse reconhecimento ocorra em cooperação com os homens, contribuindo para o projeto de pátria e modernidade em que se encaixam. Ainda assim, *Brasil Feminino* se constituiu enquanto um espaço de divulgação das atividades políticas que as mulheres estavam desempenhando no país. Divulga, inclusive, material de organizações feministas estrangeiras, enviadas por correspondência, como é o caso da Bolívia (Ed. 07), Argentina (Ed. 07, Ed. 8), Chile (Ed. 05), Uruguai (Ed. 8), Equador (Ed. 9), Portugal (Ed. 10), Honduras (ed. 10), para citar alguns exemplos.

Nesse sentido, não era apenas a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* que mantinha boletins e anúncios publicados na revista, mas também a *Alliança Nacional de*

*Mulheres*. Por vezes ambas as instituições dividiram a mesma página e contavam com o trabalho da revista para divulgar os nomes das associadas, aproximando as leitoras das agremiações e divulgando os auxílios prestados pelas mesmas. Em entrevista concedida a Branca de Castro, Natércia da Silveira aproveita para propagandear a instituição que lidera, anunciando que já possuía 1600 associadas àquela altura. No entanto, também mostra-se bastante preocupada com a reafirmação de que não se trata de uma aliança com orientação partidária. Seu objetivo, na entrevista, foi reiteradamente afirmado enquanto ação social destinada a todas as classes. No entanto, seu posicionamento social fica bastante evidente quando mostra que a Aliança tem como ordem que “as mais elevadas amparem as mais humildes; afim de que as mulheres cultas trabalhem pelo amparo verdadeiro das mulheres obscuras, aquelas em que o feminismo pouco tem pensado, e que precisam de tudo desde a assistência moral, até á defesa dos mais sagrados direitos humanos” (BRASIL FEMININO, Ed. 02, p. 28). Mas apesar das ressalvas de Natércia sobre o partidarismo, o trabalho partidário de mulheres não fica de fora do editorial. BF não se exime de publicar textos, entrevistas e matérias sobre candidaturas. Chega mesmo a promover campanha para Carlota Pereira de Queiroz, candidata à deputada pelo estado de São Paulo (BRASIL FEMININO, Ed. 11). Também elabora artigo sobre outras prefeituras ocupadas por mulheres naquele momento. É o caso da entrevista feita com vias de celebrar a prefeitura de Maria Thereza de Barros Camargo, que havia assumido a cidade de Limeira pelo Partido Constitucionalista (BRASIL FEMININO, ed. 21, 1935, p. 40).

Portanto, nem só de garantir a manutenção de papéis vive o discurso feminista registrado na magazine. Na página 36 da primeira edição, a coluna denominada *Feminismo* demonstra preocupações ainda mais distintas em relação ao tema. Isolina Becker de Segadas Vianna faz questão de assinar como médica membro da Comissão Fiscal da Aliança Nacional de Mulheres. Desde o início do texto, conclama as mulheres a despertarem, abrirem os olhos, estabelecendo uma relação muito direta com as necessidades patrióticas, com um ideal de cidadania ativo que aponta novos objetivos para a subjetividade feminina: “Já não és mais somente a machina sublime da reprodução; já não és mais somente um anjo de pureza; já não és mais somente a fada omnipresente nos arranjos do lar. A Patria quer que sejas tudo isto e muito mais ainda – ó mulher do meu Brasil!” (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 36).

Até o momento, é notório que as mulheres que estão reivindicando uma postura feminista na revista, organizam o seu discurso no sentido de acrescentar conquistas a um roteiro social já conhecido. De maneira geral, não colocam em xeque seu entendimento do

papel que ocupam, nem questionam a maternidade e o casamento, já que demandam mais autorização, mais espaço para trabalho, somando a isso a administração do lar, sem relativizá-lo. No entanto, suas demandas não se encerram aí. Isolina também apela para o sentido dos deveres diante de uma cidadania almejada, em construção. Mais espaço no mercado de trabalho, direito ao voto, participação ativa na vida pública implicariam também nos deveres dessa cidadania do novo modelo de governo que se delineava. Ela explica: “Ouve. O Brasil quer agora produzir, trabalhar muito. E, appella para teu civismo nunca desmentido, desde Barbara Heliadora, Maria Quiteria, Annita Garibaldi até augusta princesa Isabel” (BRASIL FEMINNO, Ed. 01, p. 36).

Esse dever implicaria num sacrifício referenciado nessas antigas heroínas da história. A autora apela, em seu texto, que tudo que a mulher consome venha da indústria nacional, estabelecendo uma relação direta entre o consumo de produtos nacionais e os empregos gerados. A economia precisava ser estimulada, muito de acordo com o discurso do governo Vargas, que buscava incentivar e organizar a produção industrial do Brasil, ainda incipiente. Percebemos que a autora é consciente da importância da participação das mulheres, principalmente do público alvo da revista, nesse projeto político. Ela dialoga com pessoas referenciadas pelo espaço privado, pois não há um conversa estabelecida com as trabalhadoras nesse texto. É possível notar que o espaço editorial dá lugar a essa chamada de responsabilidade ativa e participante, um apelo ao civismo: “Sê o baluarte da Republica Nova” (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 36). Assim, a grandeza da pátria, o futuro e o progresso contam com uma participação das mulheres que não é apagada ou ignorada. Essa perspectiva demonstra um ideal de feminismo que almeja mais participação ativa na vida pública e chama para as consequências dessa participação. E não apenas pelo texto de Isolina é possível perceber que o projeto da revista coincide, pelo menos em seus momentos iniciais, com as intenções do governo. Pois, desde sua edição inaugural, BF publica foto da primeira dama, Darcy Sarmanho Vargas. Da mesma maneira, nas edições seguintes do ano de 1932, são publicadas matérias de suas ações de assistência social, bem como são noticiadas conquistas das filhas do presidente da república, indicando essa afinção entre os projetos. Assim como, na décima primeira edição, é mencionada a participação de Iveta Ribeiro e demais membras da revista na Semana de Alfabetização da Cruzada pela Educação de 1933, evento que contava com colaboração do governo federal.

Considero importante reforçar que o feminismo que apela para o sentido de participação patriótica não o faz a partir de uma constituição estabelecida, de conceitos de cidadania bem

referenciados. Pelo contrário, acontece ao mesmo tempo em que essas discussões estão a pleno vapor na esfera pública, numa tentativa de estabelecer, como bem cita Isolina, uma República Nova. Um novo código eleitoral, um novo código trabalhista, uma nova constituição estavam em discussão nesse momento. Então a exigência pela inclusão das mulheres a partir da igualdade jurídica se dava num território que não era apenas dominado por homens, como totalmente novo. E mais do que isso, por estarmos abordando uma realidade latino-americana, portanto, colonizada, essa igualdade jurídica, esse espaço de reconhecimento civil se dá a partir de termos que não são nunca completamente executados. Pelo menos não segundo os moldes do norte global, referência sempre reafirmada das autoras.

Ainda assim, é a partir desse lugar que as reivindicações das autoras se mobilizam. Como exemplo, temos um testemunho das batalhas legislativas registradas em texto de Bertha Lutz, já na primeira edição. Embora a distribuição desse texto tenha ocorrido no mês de fevereiro, concomitante à conquista, o sufrágio ainda não estava garantido no momento de elaboração do mesmo. Logo, coincidiram os apelos feitos pela autora, com a conquista do direito a que ela se referia. Num artigo altamente informativo, Bertha anuncia às leitoras de BF que o projeto de lei eleitoral, que permite o direito de voto às mulheres que possuem economia própria, foi apresentado ao público. Assim, salienta que esse é um passo ainda mais importante do que a garantia de mulheres assumirem cargos públicos, conquistada doze anos atrás. Trata-se, naquele momento, de uma vitória importante para o civismo e “progresso feminino” no país. É possível notar que o argumento de Bertha se aproxima da linha argumentativa construída pelas feministas do norte global, com quem mantinha relações estreitas, fosse pelos estudos e viagens à Europa, ou pela aproximação com líderes feministas estadunidenses.

Seu texto rapidamente se concentra em rebater as críticas que a empreitada política recebe. Bertha destaca que o voto feminino não representa um perigo, mas, pelo contrário, uma possibilidade de equilíbrio. Como referência desse norte global já mencionado, usa a Finlândia e a Alemanha que, segundo ela, não elegeram, naquele momento, partidos extremistas (nem comunistas e nem fascistas) devido à participação das mulheres, o que é condizente com a postura estratégica, ponderada, que Soihet aponta. A seguir, faz breve comentário sobre a confiança que tem de que essas restrições impostas ao projeto de lei brasileiro deixem de existir. Demonstra o quanto os empenhos da FBPF iam nessa direção, como bem aponta a postura admitida no Congresso Internacional Feminista, que havia concatenado esforços para que as mulheres adquirissem mais independência econômica em

seus casamentos. Iniciativas que ela cita estarem sendo encaminhadas ao governo. Por fim, chama aquelas que ainda não estariam contempladas a se engajarem na luta pela expansão da conquista. Assim como conclama as mulheres contempladas, que se conscientizassem para exercer o direito adquirido:

Ao ver do feminismo, ellas representam altos valores econômicos e sociaes. Devem colaborar connosco para que este facto seja reconhecido e para que se aproxime o dia em que, longe de descuidar dos seus lares, e da sua prole, venham beneficiar a ambos pela intervenção judiciousa na estrutura das leis (BRASIL FEMININO, Ed. 01, p. 39).

No mesmo sentido, de luta pela equiparação jurídica, Adalzira Bittencourt se apresenta como “Formada pela Faculdade de Direito de S. Paulo” para escrever um texto intitulado *A mulher brasileira humilhada num art. Do Codigo Civil* na coluna *A mulher e o direito*. Adalzira inicia comentando o quanto a história da mulher tem sido marcada pela desigualdade, mas também utiliza de uma visão de mundo evolucionista para apontar como a manutenção dessas desigualdades serve aos povos menos civilizados, selvagens. Então, a tática de equiparação de direitos e denúncia de paradoxos é mais uma vez reforçada:

Assim, logo no início do nosso Codigo Civil, há um artigo quase injurioso á mulher casada, o que demonstra que ainda não conseguimos a civilização que proclamamos.

O art. 6° n.º II do nosso Codigo considera a mulher casada, enquanto subsistir a sociedade conjugal, como relativamente incapaz para certos actos de direito e obrigações na ordem civil. O art. 242 reza: “A mulher não pode, sem o consentimento do marido:

I – **“Praticar os actos que este não poderia sem o consentimento da mulher”**.”

Cita a seguir quaes os actos que ella não póde praticar sem o consentimento do conjugo, **porque este também não póde praticar sem o consentimento**. (Art. 235).

Logo, o que faz a mulher casada ser relativamente incapaz, torna o homem casado também incapaz relativamente. E porque o homem casado não foi collocado no art. 6° entre os relativamente incapazes?

Ironia, perfídia ou injustiça do legislador?

Donde se vê que logo nas primeiras paginas do nosso Codigo, a mulher casada foi humilhada e até quase injuriada, collocada no nível dos menores, dos pródigos e dos selvícolas...

Continuaremos.

Dra. Adalzira Bittencourt. Advogada (BRASIL FEMININO, Ed. 2, p. 12).

Nas edições seguintes, Adalzira continua suas publicações denunciando as desigualdades jurídicas que dizem respeito às mulheres. Seguindo a mesma lógica em que

aponta as contradições concernentes a sua área, mostra que mulheres podem, por exemplo, ser parte da defesa ou acusação de uma tribuna, mas não podem ser júri. Para Adalzira, não faz sentido que mulheres possam ser julgadas e, portanto, responsabilizadas pelos seus atos, mas não possam julgar esses mesmos atos. Da mesma maneira, não faz sentido que sejam julgadas incapazes para certas ações no casamento, enquanto os homens não sofrem a mesma penalidade. No segundo texto, a advogada indica os possíveis benefícios da conquista de participação no júri. Já que há casos em que as mulheres poderiam oferecer julgamento, como em crimes passionais, de infanticídio ou honoris causa. Nitidamente, seu argumento reforça que determinados assuntos, que são concernentes à feminilidade e ao lar, tem maior conexão com as mulheres. Apela para a reflexão de que pelo menos algumas das pessoas num júri poderiam ser mulheres. Também argumenta que esse avanço é perceptível em outros espaços sociais, já que muitos diplomas estão sendo conquistados e insiste na contradição:

Nunca se poupou á Mulher o cumprimento dos seus múltiplos deveres; todavia, negam-se a ella muitos direitos.

O cargo de juiz de facto é mais um dever do que um direito.

Dêem á mulher o direito de poder cumprir esse dever... (BRASIL FEMININO, Ed. 2, p. 12)

Considero que as palavras finais de Adalzira carregam uma ousadia importante para entendermos a potência das sutis transgressões implicadas nesses textos. Há demandas colocadas de maneira insinuada em suas palavras, e não só nas suas, mas aqui vemos uma demonstração mais explícita dos anseios que a circundam. Afinal, naquele contexto, ser mulher e possuir uma carreira jurídica, com diploma em direito, não implicaria no mesmo sucesso possível para homens. Anos depois, em 1939, a primeira juíza seria nomeada, no estado do Ceará (COSTA, 2015, p. 17), abrindo um espaço importante no caminho desse progresso. As insinuações de Adalzira, relacionando a necessidade de cumprir seus deveres com o dever de assumir cargos de juízes, são uma semente significativa dos ideais que permeavam as intenções dessas autoras, registradas em BF. A advogada, além de registrar que presta serviços à ANM, também publica que esta disponível para atender o público assinante, se colocando entre as advogadas feministas do período dispostas a atuar em defesa das mulheres.

Embora não se possa dizer que a revista pautava-se por um editorial revolucionário, certamente já foram dadas evidências suficientes como prova de que não é o caso de ser permeada apenas por conteúdo cristão e moralizante atrelado à figura da mulher feminista. Na

coluna intitulada *Feminismo* e, desta vez, assinada por Olga de Mello Braga, a autora apresenta a Dra. Lily Lages, médica que posteriormente vai se tornar a primeira deputada do Alagoas. Na edição referente ao ano de 1935, Lily era apresentada como Doutora e “assistente da Clínica Otorinolaryngologica da Faculdade de Medicina”. O texto menciona sua atividade diante da 2.<sup>a</sup> Convenção Nacional Feminista. A coluna publica as reivindicações apresentadas na convenção, em que se propõem medidas bastante progressistas, tais como: amparo econômico e social às mães solteiras com o propósito de evitar o caminho da prostituição e a mortalidade proveniente do aborto. A convenção também apregoava que era necessária reinserção dessas mulheres no convívio familiar e no mercado de trabalho, já que os preconceitos as levariam à exclusão completa naquele contexto. As conclusões da Convenção também clamavam pelo ensino da eugenia, da higiene e da puericultura nas escolas, bem como a inserção da educação sexual no currículo escolar:

Considerando que o conhecimento de certos factos biologicos, dos phenomenos relativos á função procr[e]adora é de importancia maxima no capitulo de previdencia social á juventude; Considerando que a penumbra de mysterio em que se procura envolver taes questões, é capaz de provocar conflictos mais graves e nocivos no psychismo infantil; Considerando as vantagens de uma conveniente educação sexual, obedecendo aos moldes scientificos e adequados á idade e desenvolvimento mental da criança;

A 2.<sup>a</sup> Convenção Nacional Feminista propõe :

Seja estabelecido um começo de educação sexual no ultimo anno primario de nossas escolas, e continuação da mesma nos estabelecimentos secundarios e normaes, devendo ser esse ensino entregue a pessoa competente no assumpto (BRASIL FEMININO, Ed. 21, p. 7 e 42).

Na edição 22, um artigo é escrito por Lily, intitulado *A Mulher Solteira*. Nele, a autora faz uma importante argumentação a partir da identidade da mulher solteira. Dra. Lily não apenas sugere que a mulher não organize sua vida como se o casamento fosse único destino possível de prover felicidade, mas também que a posição da solteira possa ser positivada. Argumentando sobre a preparação para o futuro que as mulheres precisam organizar, aponta como a solteira possui um “campo de ação vastissimo quase inteiramente desaproveitado”. Denunciando como meninas se preparam para o casamento até antes de fazer o exame primário, toca num tema bastante sensível para a cultura do país. A autora insiste nas decepções de uma vida precocemente organizada para o matrimônio. A seguir, para aquelas que vivem o casamento, fala do quanto a independência financeira seria importante para que pudessem organizar elas mesmas sua autonomia. Para Lily, não há mais motivos plausíveis

que impeçam a mulher de possuir e administrar seus bens. Pelo contrário, essa impossibilidade denotaria imposição de inferioridade:

O preconceito de que o desempenho de uma atividade remunerada é humilhante para a mulher já está por terra. O homem de hoje não proíbe mais a sua esposa o exercício de uma profissão; só em casos esporádicos ainda se vê o contrário. E se a mulher casada, vencendo todos os argumentos contrários ao seu afastamento do lar por algumas horas está provando com eloquência irrefutável do exemplo a vantagem de uma fonte de renda para o equilíbrio das finanças domésticas, o que devemos pensar acerca da importância do exercício de uma profissão para a mulher solteira?...Se possui bens para lhe garantirem renda suficiente a sua manutenção, compete-lhe então a administração desses bens. É prova de inferioridade mental não ser alguém capaz de administrar seus próprios bens (BRASIL FEMININO, Ed. 22, p. 50).

Na edição anterior, de número 21, também é publicado texto em defesa da posição da mulher moderna, em que se desenvolve argumento pela importância de que a personalidade se desenvolva para além do casamento. Intitulado *El Matrimonio y la mujer moderna* e escrito por Etelvina Villanueva, que envia sua contribuição da Bolívia, o texto propõe que o casamento não é mais a salvação da mulher, como foi no passado. A seguir, falando de personalidade e do valor da cultura própria, insinua a importância de investir numa carreira profissional e conquistar independência financeira:

La mujer moderna que lleva en su vida, como divisa una orientación profesional, formará siempre el hogar feliz que tanto ansía la sociedad, para conseguir el progreso de la patria.

[...] En fin, tiene dominio en sí, levanta su alma en alto, y lleva plenitud de vida: conquistando el reinado de sus preferencias, porque será para los demás la mujer única, e INSUSTITUIBLE (BRASIL FEMININO, Ed. 21, p. 23).

Assim, é inevitável concluir que *Brasil Feminino* optou por um feminismo de discurso ponderado. Por um reforço da conciliação em que a família e preceitos moralizantes da identidade das mulheres foram constantemente reforçados. Definitivamente, suas páginas eram mais frequentemente preenchidas com a defesa da maternidade, enquanto destino bem-aventurado para as mulheres, mas também não é só desse conteúdo que o editorial se preencheu, como bem pude demonstrar pelos trechos feministas selecionados. As posturas registradas na revista eram dotadas de alguma diversidade acerca do papel das mulheres. A magazine propiciou espaço para divergências, com abertura para posições que possuíam aspectos discordantes até mesmo dos de sua diretora, como é o caso das posturas frente ao casamento aqui mencionadas. Divulgando atividades artísticas, publicações e toda sorte de trabalhos culturais, acabou dando vazão aos apelos de mulheres com discurso mais

conservadores e de ferrenhas defensoras do casamento, assim como publicou textos em defesa da autonomia, do divórcio e do amparo às mães solteiras. Em nome da divulgação cultural “feminina”, procurou “guiar” as mulheres brasileiras com o objetivo de estimular a contribuição de papéis sociais de valor para a pátria. E as iniciativas divulgadas se concentram nesse sentido, de valorizar o trabalho “da mulher”.

### 1.5. Mas que mulher?

Ao tratarem de questões como a união e o “progresso feminino”, as autoras da revista sempre se referem ao seu público alvo no singular, escrevendo para “a mulher”. Ainda assim, já foi possível perceber que se estabeleceu um afastamento em relação às sujeitas que, por exemplo, se manifestassem de forma mais radical, o que indica uma fissura nesse projeto de universalização que o uso do conceito no singular propõe. No entanto, não é apenas essa a distinção que aparece em seus escritos. Questões de raça e classe atravessam o discurso dessas autoras, que não se denominam brancas, mas que em diversos momentos demarcam a questão da branquitude<sup>17</sup> ao tratarem das pessoas negras enquanto *outras*, que ocupam lugares distintos dos seus. Ou, que não se denominam enquanto ricas, abastadas, mas escrevem às mulheres proletárias e trabalhadoras se dirigindo a um grupo que não pertencem, demarcando outra vez a questão da *outra*.

Alessandra da Silva Ramos já havia diagnosticado como essa postura de distanciamento aparecia na revista ao analisar uma série curta denominada *Mulheres que trabalham*, em que são entrevistadas mulheres que executam diferentes ofícios. A série teve apenas três publicações. Numa delas as responsáveis pela pauta comentam que, para elaborar aquela reportagem, saíram sem destino, “esperando que o acaso nos oferecesse essa oportunidade de satisfazer uma curiosidade justificada” (BRASIL FEMININO, Ed. 3, p. 10). Demonstrem, assim, como esse mundo do trabalho, relacionado às mulheres assalariadas, aquelas que dependem da própria renda para sobreviver, estava distante de suas perspectivas, ficando ao acaso a responsabilidade de abordar o assunto. Mas, com o passar do tempo, a revista nos oferece uma amostra mais concreta da preocupação de se comunicar com as mulheres trabalhadoras. Na décima edição da revista, por exemplo, já no ano de 1933, é

---

<sup>17</sup> Embora algumas das autoras referenciadas nesse trabalho utilizem uma variação do conceito enquanto “branquidade”, assim como algumas traduções o fazem, nesta escrita, me referirei ao termo enquanto branquitude, compreendendo que ambos os conceitos podem ser compreendidos como sinônimos, apontando uma postura crítica e que visa a problematização das questões raciais historicamente pautadas.

inaugurada a *Columna Proletaria*, assinada por Sylvia Leon Chalhó. Dessa vez, a abordagem parece tentar ser mais incisiva, direcionando o título da coluna à classe com que dialoga.

Sylvia, a responsável pela coluna, foi uma militante feminista e comunista que trabalhou, ao longo da vida, como jornalista, tradutora e artista plástica. A partir do ano de 1938 ela passaria a organizar e produzir a sua própria revista com apoio do PCB, chamando-se *Esfera, de Letras, Artes e Ciências* (QUEIROZ, 2019, p. 16). Mas sua participação em BF foi mais breve. Em seu estudo sobre a autora, Ana Lúcia Queiroz aponta que não há registro exato de quando iniciou-se a militância de Sylvia pelo PCB oficialmente, suspeitando que tenha ocorrido a partir de 1934. De qualquer maneira, o fato de ter sido convidada por Iveta Ribeiro, para que escrevesse sobre o tema, indica uma aproximação mais profunda com a questão das “emancipadas pelo trabalho”. Já em seu primeiro artigo, Sylvia divulga a inauguração da Escola Trabalhista, onde trabalha, em Niterói. E conclama que se dissemine a oportunidade de estudo no local, que é noturna e gratuita. A coluna também indica intercâmbio com *A Plebe*, definido como “jornal libertário da Federação Operária” de SP. Trata-se do mesmo jornal referenciado na página 47 desse trabalho, responsável por publicar críticas mais ferrenhas às limitações de um feminismo que se encerraria na questão do sufrágio. Ao apresentar a coluna, mostra como esse espaço intenta “auscultar a mulher proletária e suas aspirações, que transformadas em realidades servirão para elevar o Brasil no conceito universal” (BF, Ed. 10, 1933).

Mas, ao criar o espaço de diálogo com a mulher proletária, Sylvia também reforça o quanto o lugar da maternidade e do casamento não podem ser subjugados por outras atuações. Sua postura é pela defesa das trabalhadoras, mas não reivindica uma quebra desse paradigma. Queiroz chega mesmo a atestar que a atuação de *Brasil Feminino*, bem como da coluna, conforme outras associações feministas da elite, estava “distante dos reais problemas enfrentados pelas mulheres pobres, trabalhadoras das fábricas, domésticas e em subempregos” (QUEIROZ, 2019, p. 60). No entanto, as conclusões sobre o papel de sua coluna podem ser um tanto mais complexas. Pois esse foi um espaço que serviu para a divulgação das plataformas políticas de Bertha Lutz que, àquele momento, ainda se empenhava pela ampliação dos direitos civis e políticos das mulheres brasileiras. O voto, até então, tinha sido uma batalha ganha. Ao elaborar respostas para um questionário publicado por Sylvia para falar do interesse das feministas diante da questão da mulher proletária, Bertha mostra as propostas que estava levando à *Comissão do Ante-Projecto da Constituição*. Em negociações, que em 1933 ainda eram iniciais, Bertha mostra a organização de um projeto de departamento

especial do Ministério do Trabalho que deveria se dedicar à questão da mulher. Nesse texto, ela comenta a importância da organização sindical das mulheres, da luta pela equiparação salarial, da necessidade da diminuição da carga horária, visando tempo para cuidados físicos e mentais das mulheres. Seu objetivo era aproveitar o momento de remodelação legislativa para executar uma “revolução prática e pacífica”.

Seu texto também aponta como os planos para o “Ante-Projecto” eram ambiciosos. Pois mostra que o sucesso de sua empreitada poderia resultar até mesmo um “Ministerio especial para a defesa da maternidade, infância e lar”, independente. De fato, Bertha batalhou durante os anos seguintes pela criação de um órgão público que tivesse formato inédito para dar autonomia e profissionalização à assistência social destinadas às mulheres no país (MARQUES, 2016, p.113). O que surgiu como um projeto de ministério foi adequando-se, ao longo dos anos, às batalhas legislativas. E acabou se tornando projeto para um “Departamento de Trabalho feminino, infância e lar”, interrompido pela constituição de 1937, mesmo que muito próximo de sua execução. Ao fim, a carreira política de Bertha Lutz não se encerra pelo surgimento do Estado Novo, mas é importante destacar a partir desse texto, e também da coluna, como a preocupação de criar um espaço de diálogo com as mulheres trabalhadoras se operou. Quando o discurso se direciona para “a mulher” trabalhadora, não parte de um lugar de igualdade ou partilha da condição.

As intelectuais que propugnavam pela divulgação do “intercâmbio mental feminino”, ao se direcionarem às mulheres assalariadas, obviamente falavam com distanciamento de uma causa que defendiam porque elaboram suas propostas “de cima”. Conforme aponta Marques, ao definir as estratégias políticas de Bertha Lutz, é compreensível que suas lutas atentassem mais para a realidade das mulheres de classe média. Mas havia sensibilidade em sua militância para que defendesse os direitos políticos urgentes para mulheres pobres, direitos que demorariam décadas para ser garantidos. No entanto, mantinha a “crença de que a superação das desigualdades encravadas no corpo das leis abriria espaço para a superação das desigualdades sociais” (MARQUES, 2016, p. 127). Seu discurso é alinhado e exemplifica o restante do editorial da revista quando apela para a negociação a partir da estrutura política e social, tal qual se apresentava. Os textos mobilizavam símbolos pela luta e transcendência dos papéis socialmente determinados para as mulheres, mas não o faziam em nome de uma revolução. Essas posturas assinalavam, tal qual fazia a maior parte dos intelectuais da época, o horizonte para onde mirar, apontavam para o lugar devido que a mulher moderna ocuparia, mas se afastando de radicalidades, sem abrir mão da participação na família. Um trecho da

entrevista de Natércia da Silveira também demonstrou essa projeção, quando menciona que a instituição por ela criada orientava que “as mulheres cultas trabalhem pelo amparo verdadeiro das mulheres obscuras”. Posição que demonstra uma crença genuína de que esse caminho é o mais eficaz na busca pelo progresso da “causa feminina”. E nesse sentido, as proletárias não eram o único grupo para onde se direcionava tamanha orientação.

A partir desse momento da leitura, parto da premissa de que a pessoa que lê esse texto está familiarizada com a ideia de que as autoras de *Brasil Feminino* elaboram caminhos de diálogo com grupos a que não pertenciam direcionando a palavra para “as outras mulheres”. Não se tratando apenas das proletárias, recém mencionadas, mas também das mulheres afetadas pelas questões raciais. Sobre esse ponto é igualmente importante reforçar o quanto essas mulheres trabalhadoras, essas que dependem do trabalho e da renda para sua subsistência, são, em maioria, mulheres racializadas. A maneira como abordo e trabalho essa ocupação do espaço público, que ocorre por necessidade e não reivindicação, não pode estar deslocada da questão racial. Raça e classe precisam ser pensadas conjuntamente. Assim, para adentrar nesse tópico, mais especificamente, e explorar como a questão racial aparece nos discursos na primeira fase da revista, é essencial salientar que as questões raciais são entendidas nessa pesquisa como processos, e não como situações dadas. Logo, é importante considerar que essa abordagem ocorre enquanto investigação de um momento em que o país ainda estava organizando políticas para lidar com o fim da escravidão, cheio de particularidades diferentes das do tempo presente.

Na década de 1930, as tensões pertencentes à reestruturação do mundo do trabalho no país eram um assunto importante. E as políticas institucionais escolhidas para gerenciar a situação foram extremamente racistas e segregacionistas, a exemplo do estímulo à imigração europeia para ocupar os postos de trabalho assalariado, já citado no início desse capítulo. O que empurrava a população racializada para postos de trabalho informal, acentuando processos de pauperização. O momento de discussão e elaboração da nova constituição permitia a movimentos como a Frente Negra Brasileira que organizassem suas demandas antirracistas. Mas também, na postura da elite brasileira, é possível perceber as marcas de uma “miragem de branquidade não-marcada”<sup>18</sup> que acarreta tantas consequências para a conjuntura social em que se insere, quanto para aquela explicitamente marcada. Assim,

---

<sup>18</sup> Essa expressão faz referência ao trabalho de Ruth Frankenberg, “A Miragem de Uma Branquidade Não-Marcada”, que será citada mais vezes ao longo desse trabalho e que serve como uma das bases argumentativas desse subcapítulo.

quando me refiro a “mulheres racializadas” ou a termos como “população racializada”, aponto um processo social que estabelece marcas racistas sobre determinadas identidades, mas apaga marcas de privilégio relegadas a outras.

A questão racial do Brasil na primeira metade do século XX precisa, sim, ser pensada a partir de suas particularidades, de referências da época, mas isso não apaga a importância de se racionalizar o ponto de vista identitário da branquitude que se expressa nos textos publicados na revista. Com um olhar atento, é possível encontrar a marcação racial, mesmo que não consciente, que aparece na perspectiva das autoras e parte da ideia de que elas representam “a mulher”. A categoria é usada de forma normativa, enquanto sustenta a miragem da neutralidade. Ruth Frankenberg explica:

A branquitude ou as pessoas brancas, sugiro, denominaram-se ao longo da história principalmente para dizer “não sou aquele Outro”. Com efeito, é pela mesma razão que até palavras como “humanidade” e “Homem” (com “h” maiúsculo) elidem-se muito facilmente na branquitude, com isso dando-lhe a aparência de não ter limites (FRANKENBERG, 2004, p. 312).

No caso dessa análise, é a categoria “mulher” na escrita dessas autoras brancas da elite brasileira que está em voga quando pensamos como se constituiu essa diferença pautada nas desigualdades do marcador social raça. Cito Frankenberg mais uma vez:

Quanto mais se a examina, entretanto, mais a ideia da branquitude como norma não-marcada revela-se uma miragem, ou, a rigor, para dizê-lo em termos ainda mais fortes, uma fantasia dos brancos. Qual é a natureza, o caráter e a origem dessa fantasia, e quando e como se produz seu inverso – a marcação da branquitude (FRANKENBERG, 2004, p. 309).

Felizmente para esse propósito, a edição de Maio de 1932 de *Brasil Feminino* foi temática e dedicou dezenove das suas cinquenta e cinco páginas a tratar da questão da abolição<sup>19</sup> da escravidão. Os textos e imagens, que somam dezenas, se dividem entre aqueles voltados a homenagear a princesa Isabel e a lei Áurea e outros, em menor quantidade, de caráter literário, que narram histórias ficcionais de pessoas negras diante da questão da abolição. Importante dizer que esta foi a primeira vez que uma questão racial explicitamente foi pautada no editorial. A primeira vez em que mulheres negras apareceram na revista, no entanto, ocorreu antes, na terceira edição. Ocasão em que é possível vê-las retratadas em três posições diferentes, porém emblemáticas. Primeiro, em fotografias que documentam uma ação filantrópica. Ao todo, são duas fotografias na primeira página que apenas contêm a

---

<sup>19</sup> Nesse texto a abolição será referenciada apenas como um marco histórico e jurídico que torna ilegal a prática escravista no Brasil a partir da Lei Áurea, no ano de 1888.

legenda “Obra de Luiza Marcillac” e “Pobres soccorridos pela Obra Luiza Marcillac” (BRASIL FEMININO, Ed. 03, p. 01). Há pouca nitidez nas imagens, mas a pobreza racializada do Brasil é bastante evidente porque as pessoas beneficiadas pela obra estão bastante racialmente diferenciadas daquelas trabalhando pela caridade. A seguir, na página doze, uma segunda obra filantrópica é mencionada em reportagem sobre a senhora Stella Guerra Duval. O lar “Ninho de Luz” é descrito como um espaço simples, humilde, onde:

[...] uma grande alma de mulher, com o amparo de uma nova instituição que ella propria creou e dirige, abriga dezenas de creanças colhidas nas sombras da miseria como pobres folhas arrastadas pelo vento, que acabam rolando no pó das calçadas, sujeitas a serem atiradas na lama das sargêtas, e que mão amiga ergue do nada para guardar, com carinho, com amor, com dedicação (BRASIL FEMININO, Ed. 03, p. 12).

Stella, que é reiteradamente associada à figura de mãe, é mostrada em fotografia bordando com meninas do abrigo, dentre elas, crianças negras que são amparadas pela instituição. Desta vez, há uma descrição para as crianças atendidas no abrigo. Enquanto a responsável pela instituição é retratada como uma grande alma, as crianças aparecem como vítimas totais de desamparo, sujeitas passivas do destino. Por fim, na página 14, novas fotografias estampam mulheres negras, desta vez, em divulgação de um curso de cozinha para empregadas “Uma utilissima iniciativa” organizada pelo Departamento de Economia Domestica da Light and Power. Ao descrever as alunas, a matéria informa que muitas dezenas de moças de várias categorias sociais se inscreveram para “aprender aquillo que em certas camadas sociaes costuma ser repudiado com todas as forças – cosinhar!” (BRASIL FEMININO, Ed. 03, p. 14). Como encerramento do texto, afirma-se: “E se essas escolas progredirem, como é de esperar, em breve, já não será a eterna queixa das donas de casa, contra a incompetencia das cosinheiras, o motivo perenne das palestras entre amigas, a quem o destino deu um lar para governar” (BRASIL FEMININO, Ed. 03, p. 14).



Figura 5 Fotografia da turma do Curso de Cozinha para Empregadas do Departamento de Economia Domestica da Light and Power. Brasil Feminino, Ed. 3, p. 14.

Naquilo que não é explicitamente dito, mas que é apenas ilusoriamente não marcado, é possível perceber de que maneira essa “mulher” a quem se dirigem os textos de BF é pensada, já que é perfeitamente possível notar suas especificidades e marcações, bem como as de suas escritoras. A branquitude é historicamente estruturada em lugares de privilégio, como é o caso das donas de casa que, embora aviltadas pela desigualdade de gênero, governam um lar. Lar onde aquelas que sofrem intersecções diferentes trabalham como as cozinheiras, sendo alvo das queixas por não executarem as tarefas com a competência necessária. Ora, e se o fizessem, qual seria o propósito dessa governança? A classe também aparece como determinante nessas primeiras aparições aqui mencionadas, ou seja, nas obras filantrópicas para pobres, em que pobres constituem o primeiro grupo de pessoas negras a serem retratadas na revista. Soma-se a isso a imagem das crianças em abrigos, também associadas à ideia do abandono. Para, logo em seguida, serem mencionadas as empregadas matriculadas no curso de cozinha. São elementos que ajudam a elucidar de que maneira o tecido racial e social do Brasil foi se constituindo e representando. A branquitude não é explicitamente mencionada, mas vai se estabelecendo de forma relacional na medida em que nos dispomos a percebê-la e analisá-la.

Agora me concentro na edição de maio, aquela dedicada à abolição, que explicita o ponto de vista de diversas dessas mulheres em relação à prática escravista. O primeiro texto

analisado é de Iveta Ribeiro, a editora, que inicia sua homenagem à Isabel comentando sobre o fim da escravidão:

Gloria a ti, que tendo vindo ao mundo para ocupar um grande e sumptuoso posto em face do universo, ficaste superior a todas as mulheres da tua patria, porque desceste os degrãos do teu throno poderoso de Princeza da maior nação do mundo, para estender a mão caridosa e amiga aos mais humildes e desgraçados dos mortaes! (BRASIL, FEMININO, Ed. 04, p. 03).

A seguir, conceitua algumas das características, tanto físicas quanto da personalidade, que são próprias da feminilidade, dando pistas de como compreende a categoria mulher:

Gloria a ti, alma illuminada de bondade e de poesia, que encarcerada embora num fragil corpo de mulher que o destino expôz a todas as vaidades e a todos os orgulhos, não te deixaste prender nas rêdes subtis das fraquezas do mundo, nem na trama perigosa de paixões inferiores, para te elevares ás alturas maximas do respeito do teu povo, pela doçura infinita e pelo infinito desprendimento do teu sentir nobilissimo! (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 03).

A relação entre mulher, corpo (ou biologia) e fragilidade fica explícita nessa passagem do texto, que insinua o quanto todas essas especificidades femininas não impediram Isabel de exercer seus deveres como estadista, ocupando lugares de pertença do masculino. Já no terceiro parágrafo, o texto, que usa como recurso um diálogo direto com a princesa, celebra a renúncia do trono, enquanto cita todas as benesses cedidas em nome de tal ato de nobreza: “[...] vendo a teus pés a multidão dos vassalos promptos a obedecer-te e a servir-te, não trepidaste em dar fórmula a essa piedade por uma raça reduzida á maior das miserias, traçando com a mão firme a assignatura de uma lei que um dia se chamaria – Aurea!” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 03). Para Iveta, o fim da escravidão é comemorado como um facho de claridade universal, um ato de grandeza moral, mas também é colocado enquanto uma dádiva, uma graça concedida. Perspectiva que reforça estereótipos que vão contra toda a organização dos movimentos negros e abolicionistas, até das revoltas, amplamente estruturados no país desde o século anterior. Aqui, as pessoas que foram escravizadas são descritas como uma raça reduzida à miséria da escravidão. No trecho:

Gloria a ti, que em meio ao côro de bajulações que cercam todos os thronos da terra; em meio dos hymnos de lisonjas e dos canticos de gloria dos heróes do teu tempo, pudeste ouvir os gemidos de dôr, os lamentos de amargura, os gritos de miseria e de desespero dos que a sorte adversa e a inconsciencia dos ricos prendia ás miserias masmorras das senzalas, á humilhação do “tronco” e do chicote... á impiedade de corações endurecidos pela sêde da riqueza e pelo veneno da ignorancia! (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 03).

É possível notar que a responsabilização da escravidão fica a cargo dos ricos e poderosos e é classificada enquanto uma aberração social. No entanto, não há uma conexão entre a riqueza que lucra com a escravidão e aquela que sustenta os privilégios estruturais que propiciam a criação de uma revista como *Brasil Feminino*. Ou mesmo com todos os quatro séculos de trabalho que sustentaram o país até poucos anos antes. Simultaneamente, é possível notar um reforço desse ideal de mulher que, mesmo sendo uma princesa, não coincidentemente branca, mesmo sendo protagonista de uma importante mudança social e econômica que mudaria os rumos constitucionais do Brasil, permanece repetidamente sendo classificada a partir de sua feminilidade. Vista como “[...] superior às sugestões do mal, meiga, bondosa, compassiva – simples mulher, enfim, [fez] tirar do martyrio medonho, milhares de desgraçados, que chorando e cantando, beijaram os rastros que teus pés deixaram pelo caminho por onde caminhaste em demanda da mais sublime das immortalidades!” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 03). O texto de Iveta é finalizado numa comparação de valores do patriotismo em que soldados, poetas que cantam a pátria, estadistas, todos personificados no masculino, não chegaram a realizar um feito pelo país que se iguale a este, “feminino”, em que “[...] quizeste redimir escravos de uma raça que não era a tua, redimiste a Pátria do maior dos erros [...]” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 03).

Talvez uma das questões mais presentes ao avaliarmos a raça, do ponto de vista da branquitude, seja essa em que a representação do *outro* se constrói como ferido, a partir de corpos sofredores. Enquanto a representação do *eu* surge como mais sábia, mais consciente, mais civilizada, conseqüentemente mais branca. Assim, o *outro* prejudicado é também retirado do contexto, tipificado ou tornado genérico, em vez de lhe ser permitido preservar sua particularidade (FRANKENBERG, 2004, p. 315). Dessa forma, também, se reforça uma narrativa em que é a branquitude a responsável pela salvação. Se, por um lado, foi ela a arquiteta da escravização, do ponto de vista de quem já transitou para o abolicionismo, o escravizador transforma-se uma figura distante, masculina, apontada a partir de um distanciamento como “grandes proprietários e ricos”. Do outro lado da arena se encontra novamente a branquitude que, responsável pelos rumos de tudo, também liberta. Essa sim, uma imagem mais próxima das protagonistas de BF, que pode ser representada por uma mulher branca, doce, bondosa e feminina, a salvadora, ou redentora, mas que liberta uma raça que nomeadamente não é a sua.

A figura da princesa não evoca apenas ideais de feminilidade, instaurando-se como uma alternativa à narrativa predominantemente masculina da história e dos heróis da pátria. Essa

figura também carrega, de forma implícita, a questão racial ao se construir como redentora<sup>20</sup>, protagonizando uma luta amplamente organizada por outros sujeitos. As consequências de narrativas como essa não são simplesmente reforços positivos de uma identidade que buscava afirmação, mas possuem, estruturalmente, consequências materiais que reforçam a manutenção de desigualdades, como mostra Maria Aparecida Bento:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 1, 2).

Tanto no texto de Iveta, como nos outros que serão avaliados a seguir, é preciso atentar para o silêncio sobre a questão da branquitude que reitera uma proteção de interesses que possuem caráter simbólico, mas também implicam em significados sociais, culturais e econômicos. Afinal, falar sobre a responsabilidade da branquitude, perante a desigualdade, implicaria em assumir essa responsabilidade. E a impossibilidade de essas mulheres da elite criarem espaços com discussões de ideias antirracistas não se deve ao fato de tais discussões não existirem à época, mas à imensa segregação que está tradicionalmente arraigada a nossa cultura e que era muito marcante na década de 1930. Conforme Petrônio Domingues demonstra, há clubes organizados e imprensa alternativa denunciando os problemas de segregação e racismo desde os primeiros momentos da república (DOMINGUES, 2007, p. 102, 103), o que mostra como a questão racial e as teorias de branqueamento estavam imersos em preconceitos e estereótipos racistas justamente pela força dessa segregação. Muitas pesquisas sobre a história dos movimentos negros apontam que uma das alternativas criadas pela população negra no Brasil foi de se organizarem para resistir coletivamente às políticas discriminatórias reafirmadas pelas constituições.

Como indiquei, exemplos do reforço salvacionista da identidade branca podem ser facilmente apreendidos nas demais publicações dessa edição. Da página 6 até a página 8, por exemplo, há uma grande matéria de autoria de Maria Eugenia Celso em que, logo no início, é comparada a princesa da imaginação popular com a figura “real” de Isabel: “Para nossas imaginações infantis, uma Princesa não podia deixar de ter um vestido de setim branco e a

---

<sup>20</sup> Apenas na página 11 dessa mesma edição há duas poesias dedicadas à Isabel que possuem o mesmo título: “Izabel, a Redemptora”. Uma dessas poesias é de autoria de Adelaide de Castro Alves Guimarães, poetisa irmã do também poeta, de fama maior, Castro Alves.

corôa de ouro, imprescindível insignia da sua realeza, a brilhar-lhe entre as ondas dos negros ou loiros cabellos” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p.6). A reportagem se constitui, na verdade, como um relato, uma crônica de memórias, que conta com detalhes a expectativa do encontro que Maria Eugenia teve com a princesa em Paris, onde morou na infância. A autora se delonga escrevendo sobre essas expectativas de um ideal de princesa, denunciando mais uma vez o quanto o conceito de feminilidade não se desloca de outras marcações. No trecho: “Todos os retratos que della nos haviam mostrado, representavam-na de grande decote, toilette de gala, rodeada de seus camareiros, moços fidalgos e damas de honor, em vistosa e festiva attitude. Uma princeza que se preza, não podia deixar de ser senão assim!...” (BRASIL FEMINO, Ed. 04, p. 06) é possível notar o quanto as construções erigidas desde a infância sobre a figura da princesa ainda possuíam sentido na narrativa do evento, mesmo muitos anos depois. Numa escrita que, se não é saudosa, ao menos pode-se caracterizar como amigável à monarquia, descreve a princesa não idealizada:

[...] a Princeza se adeantava para nós.

Não trazia a corôa de ouro, nem o manto, nem o sceptro, trajava de preto, - luto de sua cunhada, a Duqueza de Alençon, morta tragicamente, havia dias, no incendio do bazar de caridade – e a sua alta estatura curvou-se para mim numa acolhida de carinho.

Tinha os cabellos grizalhos, quasi brancos, como uma avozinha familiar e beijou-me na testa com a desataviada bondade que em tudo a caracterizava. Uma grande emoção, no entanto, lhe crespava o sorriso, humedecendo-lhe o azul dos olhos transparentes e, ao sentar-se, ante o Visconde de Ouro Preto que, tambem commovidamente, lhe aguardava a palavra, no silencio do enternecimento que a todos nos tolhia, poz-se bruscamente a chorar...

Por que chorava?...

Recordação, talvez, do passado, desse passado de poder, de magnitude e de pompa, do qual a pessoa daquelle que fôra o seu ultimo presidente do Conselho, lhe rememorava as scenas de triumpho ou de magoa?... (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 8).

Um a um, a autora apresenta os símbolos monárquicos que faltavam àquela princesa real para, assim, humanizar sua presença salientando as marcas da velhice, do luto e das lágrimas. Na sequência do texto, segue conjecturando sobre aquele momento em que presenciou a fragilidade de uma princesa, sem saber se chorava por lembrança do quinze de novembro, pelo exílio ou se por saudade do Brasil. A descrição de suas memórias são encerradas, então, no início da conversa da princesa com seu avô, o visconde.



Figura 6 Uma das representações escolhidas para a figura da Princesa Isabel, grande homenageada da Edição de N. 4.

Num outro entrelaçamento entre feminilidade, monarquia e branquitude, destaco o texto intitulado *13 de Maio: Liberdade- Igualdade- Fraternidade*, escrito por Adelaide da Silva Cortes. A autora começa louvando a iniciativa de homenagear Isabel: “Gesto esse feliz, feminino entre os mais femininos, tal a sua subtil e sublime delicadeza”. Lembra as leitoras, então, consoladoramente, que os humildes não estão esquecidos. Para Adelaide, lembrar a memória de Isabel significa lembrar “o sofrimento, o sacrificio dos humildes, dos que nasceram de côr escura. E isso bem caro pagavam!”. Definindo as pessoas escravizadas como uma raça torturada, passa rapidamente à descrição de Isabel relacionando-a com esse grupo a quem não pertenciam (autora e princesa):

Essa magnanina senhora, que tem um altar no coração de cada brasileiro, orgulho de um povo, desceu os degrãos de seu throno, aproximou-se do infeliz escravo e procurou prescrutar-lhe o intimo, o amago. Assistiu a dedicação humilde, sem rancor, do negro forte, espadaúdo, que sabia ter nascido para servir o senhor branco.

E essa força, essa musculatura eram empregadas para defender seu dono que o açoitava impiedosamente, por prazer! E essa força e essa musculatura eram empregadas para cultivar-lhe a terra, augmentando-lhe os haveres e o numero de infelizes de egua! sorte!

E, ainda, oh! tortura inaudita! a carne de sua carne, o ser que fremia, agitava-se no seio da joven esposa, não lhes pertencia, a elle e a sua companheira! Era do senhor que dispunha delle a seu bel prazer! O negro, inconsciente, ou impotente para vencer

tão cruel destino, o negro de grande e doce coração amava o seu senhor como um cão a seu dono.

Esta extraordinaria mulher ainda creança, leu nos melancolicos e submissos olhos do escravo a dôr pungente, a injustiça soffrida abnegadamente; viu que aquelle corpo de ebano possuia uma alma! Não eram animaes como os julgavam todos que os escravisavam! E as almas tinham sido formadas pelo Supremo Creador. Todos os homens eram portanto seus filhos. Todos heram portanto, irmãos!

- Com que direito uns escravizam os outros? Scismaria o inquieto e avançado espirito da predestinda Redemptora.

Oh! era preciso a todo transe, custasse o que custasse, livrar este bello paiz de luminosos dias, de prateadas e romanticas noites, de tão negra mancha (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 9, 10).

Embora essa seja uma citação extensa, tornou-se impossível de ignorar. O texto é transcrito aqui próximo de sua totalidade, mas explicita muito bem, quase que forma torturante, a construção da identidade branca em uma síntese racista explícita. As palavras de Adelaide não se pretendem enquanto uma afirmação de superioridade racial, mas de reconhecimento das virtudes de Isabel. Nesse reconhecimento, o raciocínio racista que diferencia o *eu* do *outro* se revela a partir das características aviltantes escolhidas para descrever esse grupo de pessoas que, na escravidão, eram vistos de forma tão passiva ao ponto de serem comparados a cães em amabilidade e falta de humanidade. Maria Aparecida Bento classifica essa posição como exclusão moral. Para ela, essa se constitui como uma posição em que o compromisso moral e a identificação psicológica com o *outro* se ausentam na formação das identidades. Em maior ou menor medida, essa é uma reação que se expressa com todos os grupos fora de nosso universo moral, mas se asseveram para aqueles grupos negativamente estereotipados, por exemplo (BENTO, 2002). A escolha narrativa de encerramento do texto vem através do reforço positivo das ações de Isabel, que abdica do trono e das benesses da monarquia, sacrificando privilégios em nome da missão de libertação de um povo.



Figura 7 Única representação imagética de uma mulher negra disponível na Edição 4, mesma que presta homenagens a Princesa Isabel. A ilustração foi feita para conto ficcional, que narra os infortúnios da vida da protagonista.

A memória de Isabel é repetidamente exaltada como de uma heroína do panteão do Brasil. E justifica-se porque existe uma positividade em exaltar essa figura como uma referência feminina a disputar importância na memória política do país, já que os livros de história daquele momento lembravam apenas dos vultos “masculinos” da pátria. Entretanto, a maneira como a escravidão e as pessoas escravizadas são descritas implica em contradições porque, ao mesmo tempo que conclama uma aceitação de seus direitos, se nega a encaixá-los na mesma categoria humana. É nítido o distanciamento que se estabelece, onde o escravo é majoritariamente pensado no masculino e o conceito de mulher que as autoras usam, pra falar com suas leitoras, não busca incluir a mulher negra e muito menos a mulher que passou pela escravização. Isabel configura-se como um ideal tão representativo da identidade dessas autoras que, num texto sobre o tema, Else Mazza Nascimento Machado, antes de falar de Isabel, expõe sua visão da história das mulheres. Para Else, a história das mulheres é a história dos homens, desde Eva até as mais infelizes mulheres vítimas do vício ou pobreza. Numa concepção de agência histórica que sempre ganha sentido em relação aos homens, a história da mulher, no singular, se desenha a partir “deles”:

No fausto, no poder, na bonança, ou na miséria, na opressão, na desgraça, elles aspiram os fluidos da influencia feminina, provinda dos carinhos da mãe da esposa, da filha, ou ainda de uma amiga com quem o coração os compatibiliza.

A historia das mulheres é a historia dos homens. Que importa sejam elles os fortes e nós as fracas, se isso não passa de uma apparencia?... [...] Cada homem sabe discernir entre a mulher que o domina por amor, mansamente, furtivamente, e a que o domina por ambição, ostentadamente, usurpadoramente. Essas historias vão integrar-se, como prquenas parcelas, na immensa historia da humanidade,

formando-lhe um total heterogeneo, porém, assás pittoresco (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 14).

Para não deixar dúvidas de que as mulheres pertencem à história, a autora utiliza como exemplos duas personagens que, em sua concepção, são lembradas pela sua influência política. Uma delas, obviamente, é Isabel. A outra, Pompadour, famosa cortesã e amante do Rei Luis XV da França. Enquanto Pompadour é classificada como uma aventureira, Isabel é caracterizada como uma “princesa magnanina” e essas comparações ocupam todo o texto. Enquanto cortesãs chegaram ao trono por egoísmo, inteligência e ambição: “Por direito de nascimento não mereciam um throno, comtudo alcançaram regalias inacreditaveis” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 14). As princesas legítimas, além de merecê-lo, possuíam brio e nobreza até para abnegá-lo. A lista de adjetivos não se encerra e as comparações políticas entre as duas continuam. Enquanto Pompadour é a figura autoritária com os homens, que influencia a política por ser intrometida e causar incidentes políticos, Isabel demonstra autoridade no mundo. A princesa brasileira atende com nobreza às aspirações do povo, é abolicionista que teve o título de Redentora entregue pelo povo, por reconhecer os “os direitos de uma raça fraca” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 14). As conclusões de Else são organizadas para confirmar os tipos de legado possíveis às mulheres, mas dizem respeito muito mais às mulheres inseridas em seu próprio contexto, do que de membras da corte. Else reafirma valores de uma feminilidade branca, salvadora e nobre, que renega as formas alternativas de uniões afetivas ou mesmo de influência na política institucional.

Evidente que a branquitude não se expressa para todas as sujeitas da mesma maneira, nem mesmo para as que se reconhecem no mesmo grupo. Logo, nem só narrativas consoantes são publicadas nessa edição. Entre as páginas 10 e 11 da revista, Mercedes Dantas resolve tratar da questão da abolição sob outro viés, o da participação coletiva no feito abolicionista. A autora não apenas conclui sua coluna com um contraponto à versão de que o “throno” concedeu a lei Áurea por elevação política. Antes disso, provê um apanhado histórico de argumentos e leis que foram fruto de luta social organizada. Citando juristas, autores de livros, nomes importantes da luta abolicionista, faz um resumo essencial para concluir como o fim da escravidão sucedeu através de campanha abolicionista e não por iniciativas individuais. Mercedes coloca a abolição como o capítulo mais impressionante da história do Brasil e dedica homenagem a Castro Alves, o poeta que preparara uma geração libertadora. A autora, então, comenta a importância do abolicionismo ter ocupado a imprensa, o povo, as câmaras,

os políticos e, só então, a regência. É possível perceber que ela possui uma visão do episódio um tanto mais complexa do que a expressada pelas demais autoras.

[...] A'quellas vozes que accenderam a flamma da liberdade no coração dos captivos, que lhes trouxeram a consciencia de homens – abrindo as senzalas pela fuga – que provocaram indirectamente a questão militar, que se não calaram deante da força, deante de partidos, de assembléas, de ministros, a ellas, sómente a ellas deve a nação a emancipação dos escravos. Foi por ellas que o paiz impoz a sancção formalistica da lei de 13 de maio. Foi por ellas que o Brasil poude sair da lista aviltante de nação escravista (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 10-11).

Mercedes ainda comenta que o avanço da monarquia sempre esteve ancorado no trabalho escravo e cita Ruy Barbosa para afirmar que a abolição foi uma das mais belas conquistas da nação, embora não tenha sido vontade pura do trono. Sua crítica se amplia quando cita, numa nota de rodapé, um autor denominado apenas como Ottoni<sup>21</sup> para argumentar a vergonha e ineficácia das leis abolicionistas que precederam a Áurea: “Enquanto o Estado emancipava 13.000 escravos, a morte libertava 413.000” (BRASIL FEMININO, Ed. 04, p. 10-11). Embora essa seja a postura mais crítica sobre a participação da monarquia brasileira no processo de abolição, ainda revela crença na atitude salvacionista daqueles que se encontravam em campanha abolicionista pelos escravizados e não conjuntamente a eles. Na frase em que afirma que há vozes que levaram consciência de homens aos cativos, Mercedes corrobora o argumento de Célia de Azevedo no livro *Onda negra, medo branco*. Nessa obra, a autora faz um importante apanhado das discussões abolicionistas e imigrantistas que circularam pela sociedade brasileira desde o século XIX. E também mostra como os estudos sobre o fim da escravidão contribuíram, em alguma parcela, para um imaginário acerca das pessoas escravizadas, descritas como vítimas passivas de suas condições. Segundo ela, essa foi uma perspectiva muito influenciada pelas campanhas abolicionistas dos últimos anos do regime. Uma ideia que vem, principalmente, do apoio propagado por uma elite abolicionista nesses anos finais.

Ao avançar em seu argumento, Célia faz uma crítica necessária a estudos mais recentes que, do ponto de vista do materialismo histórico, contribuíram para uma ideia de que a condição de alienação do trabalho das pessoas escravizadas as impossibilitava de dar sentido político as suas ações. Num desfecho perspicaz, mostra que ambas conclusões apontam para os abolicionistas como grandes responsáveis pela “redenção” (AZEVEDO, 1987, p. 175, 176). Logicamente a cena abolicionista do país não se reduz a personagens brancos. Mas é

---

<sup>21</sup> Provavelmente trata-se de Cristiano Benedito Ottoni, estadista e ferrenho opositor do governo imperial, chegou a tornar-se senador pelas províncias de Espírito Santo e Minas Gerais.

bastante significativo que a elite brasileira, bem como seus representantes políticos, fossem, no século XIX e início do XX, majoritariamente pessoas brancas. Quadro que apresenta uma permanência alarmante até a atualidade. Mas quando se trata de questões da branquitude, é muito relevante para a análise da identidade dessas mulheres do século XX, que escreveram em *Brasil Feminino*, que se considere essa longa trajetória do pensamento formador da elite. Trajetória em que as figuras protagonistas pelo fim da escravidão se estabeleçam enquanto pessoas brancas abolicionistas, numa tradição de pensamento político e sociológico<sup>22</sup>. Insistentemente referida como redentora, Isabel representa a expressão máxima de uma identidade que, não contente em se beneficiar da escravidão, ainda toma para si os louros de encerrá-la.

Por fim, não poderia deixar de mencionar como a questão racial estava dotada de abordagens eugênicas, muitas vezes furtivamente mencionadas em diferentes textos. Outras vezes, amplamente abordadas. Valendo-me dos escritos de Castañeda (2003), Considero importante pontuar como a eugenia, nesse momento, é um conceito tratado a partir de ideais muito positivados. Pensada por Francis Galton, ainda no século XIX, como uma ciência do “melhoramento” das raças, a eugenia pretendia estudar e propor táticas para o que considerava ser a evolução e aprimoramento das sociedades humanas. Galton acreditava que as características físicas e morais eram biologicamente herdadas, o que permitiria uma “depuração” genética dos indivíduos.

Assim, seria possível interromper a “degeneração das raças” cessando a reprodução de “indivíduos degenerados”. Ao longo do tempo, o pensamento eugênico se expandiu e tomou diferentes contornos por diferentes regiões e países e tornou-se amplamente popular entre ciências, inclusive médicas. Fazendo com que as discussões sobre manutenção ou interrupção da reprodução humana fossem tratadas a partir de debates públicos e políticas de estado e excluindo sempre possibilidades de vida para determinados seres humanos. As maneiras como esse melhoramento era proposto variavam entre táticas sanitárias, de educação ou mesmo como propostas de leis. Nos dias atuais, nós usualmente entramos em contato com esse conceito a partir da experiência nazista, que resultou num genocídio organizado para eliminação dos grupos considerados indesejados pelo regime, a partir do que foi nomeado como “solução final”. No entanto, durante o século XX, essa ainda não era uma abordagem

---

<sup>22</sup> Uma ótima análise dessa tradição sociológica pode ser encontrada na obra de Alberto Guerreiro Ramos, *Introdução crítica à sociologia brasileira*, em que o autor expõe como também em outras áreas das humanidades o pensamento racista se qualificou historicamente através de discursos científicos.

que suscitava tamanhas polêmicas, pois cada sociedade ocidental e ocidentalizada elaborou sua relação com esses pensamentos a partir de um ideal de planejamento humano.

Um dos exemplos de opinião eugênica que vemos em *Brasil Feminino* aparece nas reflexões de Vera Grabinska acerca dos caminhos que o feminismo pode tomar. A autora entrelaça diferentes assuntos quando argumenta como a “cultura physica feminina” vem se delineando nos últimos tempos como um direito civil. Para ela, o feminismo tem parte importante nessa conquista por se tratar de um movimento libertador e cultural para a “sociedade civilizada moderna”. No entanto, afirma como é importante utilizar esse espaço para se distanciar do que nomeia como um feminismo “fútil, desfigurado e desvirtuado da sua finalidade essencial, que imita automaticamente, ‘macaqueia’ o homem nas suas manifestações exteriores, ‘masculinizando-se’ no modo de se vestir, na maneira de andar, nos gestos forçados, nos vícios de fumar, de tomar o álcool, etc”.

Vera reafirma aquele ideal feminista que não ameaça o lugar da masculinidade e das estruturas de gênero. Pelo contrário, reforça as diferenças, pois, enquanto o homem estaria exercitando o corpo buscando se tornar atleta, a mulher o faria em busca de tornar-se “bella procriadora” (BRASIL FEMININO, Ed. 11, 1933). De acordo com seu raciocínio, o feminismo estaria garantindo o direito de acesso às atividades físicas, ou à cultura física, como um diferencial que propicia à mulher melhor desempenho em seu papel pela gestão da prole. Não se trata de argumentos em prol do lazer, do bem-estar ou mesmo da saúde pela qualidade de vida, mas da saúde pela manutenção da raça. Nesse sentido, raça pode compreendida de uma maneira mais ampla, como o grupo que representa uma nação, um povo. Opinião que se confirma numa das últimas frases de seu texto: “A constituição do organismo depende da hereditariedade; por isso, a mulher-mãe com as taras somáticas legas fatalmente às crianças e, por isso, diminui a sua longevidade e contribue para a deregeração da futura geração” (BRASIL FEMININO, Ed. 11, 1933).

Dentre as opiniões eugênicas tão comuns à época, destaco ainda um texto que se posiciona de maneira um tanto mais explícita. A *Euthanasia*, escrito pela Dra. Adalzira Bittencourt, em texto “especial para Brasil Feminino” afirma um posicionamento diante de discussão que, segundo ela, está acontecendo na Sociedade de Medicina e Cirurgia. Para a autora, se a questão diante da eutanásia se pautasse em matérias morais ou religiosas, ela seria contra. No entanto, também justifica que responderia quatro vezes sim, “encarando a Euthanasia como uma grande conquista em favor da raça como função eugênica; encarando-

a como uma questão eminentemente social; e sob o prisma economico e patriotico” (BRASIL FEMININO, ED. 08, P.11). É, portanto, esse ideal de progresso e melhoramento de um povo que justificaria a eutanásia ser utilizada como solução para os problemas que ela entende como sociais, econômicos e patrióticos<sup>23</sup>. Para que se regulamente a prática, ela entende que seria necessário leis para precaver imperícias e também que apenas fosse autorizada nos casos a poupar sofrimento. Insistindo no que explica como a maneira de poupar o sofrimento aos doentes, Adalzira dá exemplos de como poderia ser aplicada a eutanásia em sua opinião médica pelo saneamento moral e social:

[...] eu applicaria por lei a Euthanasia a todos os enfermos do mal de Hansen; aos idiotas e aos loucos incuraveis; aos aleijados monstruosos, e isso o faria por patriotismo.

O Brasil precisa de braços fortes; de espiritos fortes; de caracteres bem formados, de gente sadia, enfim. Ahi está ventilada a questão sob o prisma patriotico, economico, eugenico e social.

A Euthanasia social e patriotica devia ir além: exterminar, não somente os loucos e os leprosos, como tambem aquelles que revelam ausência de brio, de caráter e de dignidade, fazendo com isso a desgraça do Brasil (BRASIL FEMININO, Ed. 08, p. 11).

Embora hoje essas palavras carreguem os contornos do que poderíamos interpretar como frieza e crueldade, dizem mais sobre os termos das discussões públicas sobre gestão da vida e gestão da morte na década de 1930, do que sobre a opinião de uma mulher especificamente. É inegável que as discussões eugênicas balizaram inúmeros crimes, em muitas das vezes patrocinados pelo estado. A partir dessa premissa, é fato que a postura da médica Adalzira Bittencourt é, sim, dotada de motivações torpes e de posturas que podemos determinar como criminosas. Mas ao analisá-la individualmente, perde-se parte importante do debate que, em realidade, estava também sendo pautado por homens públicos dentro dos espaços políticos, inserido numa conjuntura muito mais ampla do que é possível notar a partir de uma coluna de revista.

O que eu considero mais profícuo de salientar na análise da publicação é que essa mulher que, na década de 1930, era parte de uma escassa parcela da população que possuía as

---

<sup>23</sup> Maria Aparecida Bento menciona a história da Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), formada por psiquiatras no Rio de Janeiro. “A instituição defendia a esterilização dos degenerados, entre os quais estavam incluídos os negros alcoólatras, os tuberculosos, os sífilíticos, os loucos e os infratores. Não só médicos e psiquiatras estavam preocupados com o confinamento dos considerados ‘fora da norma’, mas também os deputados das assembleias legislativas de todo o país apresentavam ousadas propostas de imigração massiva de europeus, objetivando uma miscigenação que levaria à assimilação e ao desaparecimento do negro” (BENTO, 2002, p. 36).

condições de acessar não apenas uma educação formal, mas o diploma de medicina, não se eximia de tomar parte do debate. Além do mais, se colocava ao lado de cientistas e homens da política ao afirmar que a eutanásia deveria sim, ser aplicada para interromper a vida daqueles que determinassem empecilhos aos ideais de progresso e desenvolvimento da nação. Trata-se de uma postura que se exime da moralidade atrelada ao ideal de feminilidade. Se exime, também, dos apelos religiosos e acaba se colocando em igualdade com o que era pautado por espaços de poder determinados pelos homens. Adalzir dá mais uma mostra de como a identidade das mulheres, mesmo feministas, mesmo que organizadas pela ampliação dos seus direitos civis, mesmo que privada do exercício pleno de suas cidadanias, pode organizar seus pensamentos tal qual o organizam os homens em lugares de poder. Que legislam “de cima”, para os menos favorecidos, sem aderir ao radical ideal de que todas as vidas humanas merecem as mesmas condições de existência e dignidade, principalmente se essas se colocassem no caminho do progresso e da execução do ideal de modernidade.

## CAPÍTULO II

Apresentando Iveta Ribeiro e a visão integralista sobre imprensa e participação das mulheres

### 2.1. Iveta Ribeiro

*Rimas cor de cinza*  
*Iveta Ribeiro*

[...]  
*Ave cativa, Barco inerte...*  
*Rio parado... Eu compreendo a vossa dôr.*  
*E, se ninguém me entende*  
*É porque cada um só pensa em si...*  
*Eu vos compreendo o sentimento*  
*De ser como que um morto –*  
*Vivo diante do mundo tão bonito...*  
*Compreendo também vossa saudade,*  
*Vossa imensa tristeza...*  
*Essa amargura de parar*  
*Quando se tem vida dentro d'alma...*  
*Partilho desse desencantamento*  
*De viver recordando e nada mais,*  
*Porque eu, pobre de mim, também sou hoje*  
*Rio detido no seu curso lindo,*  
*Barco parado em frente ao mar da vida,*  
*Ave sem asas para voar no azul!...*

Os versos finais desse poema, encontrado em folhas soltas da revista *Atenéia*, fazem parte dos documentos sobre Iveta guardados em pasta referente à cadeira que ocupava na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS). Iveta Ribeiro, patrona da cadeira número 34 da instituição, teve uma vida cultural agitada de farta e ambiciosa produção artística. Descrita como poetisa, romancista, contista e pintora, também se aventurou escrevendo peças teatrais, em programas radiofônicos e realizando trabalhos extensos de filantropia. Nascida no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1886, faleceu em 1963 na mesma cidade. Em contraste impressionante com as vivências da juventude, os relatos sobre sua velhice são marcados por certa melancolia e solidão, pois passou seus últimos anos reclusa, ocupando um quarto no “Pavilhão Rocha Miranda” na instituição Pró-Matre, de onde foi sócia cooperadora durante muitos anos. Os versos que abrem esse capítulo falam sobre a amargura de parar quando a alma ainda está cheia de vida, insinuando sentimentos que talvez estivessem rondando seu espírito na velhice. De fato, muitas foram as referências do

sofrimento que se abateu sobre ela depois da viuvez, momento em que se recolhe. Mas muita coisa ocorreu antes disso.

Seu nome completo era Iveta Augusta da Cunha Ribeiro dos Santos. Filha de uma brasileira com um português, a mãe se chamava Virgínia de Souza Cunha e o pai, José Francisco da Cunha. Era parte de uma conhecida família de intelectuais e estadistas, os Pereira e Souza, de quem também fazia parte o presidente Washington Luís Pereira de Souza (VASCONCELLOS, FLORES, 2009, p. 525). Aos onze anos de idade publicou seu primeiro conto, intitulado *A boneca* para o mensário *O Bandolim*. Segundo os demais registros a seu respeito, passou a vida em constante contribuição para diferentes jornais. Escrevendo para a revista *O Malho*, para o *Jornal de Recife*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Revista Feminina*, dentre outros, chegando a acumular o volume de 400 publicações em periódicos. Aos 24 anos casou-se com um teatrólogo português, Rosé Ribeiro dos Santos, e com ele permaneceu casada até 1956, ano de sua súbita morte. Seu matrimônio é sempre referenciado em um lugar de afeto e felicidade: “Por mais de 30 anos participou da carreira artística do esposo, atuando não só como animadora mas como atriz nos espetáculos beneficentes nos teatros e em festivais de associações particulares do Rio de Janeiro”<sup>24</sup>. Além de atuar, foi dramaturga e escreveu uma porção de peças. Dentre elas, destaca-se *Florzinha*, peça “que foi levada em matinée de luxo pela Companhia de Margarida Marx na praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, e assistida pelas mais ilustres famílias cariocas”<sup>25</sup>.

Autodidata, não se tem registro de que tenha concluído ensino superior, mas, como se pode notar, trabalhou a vida inteira escrevendo e pintando. Foi também radialista e desde 1923 organizou programas no Rádio Clube Brasileiro e na Rádio Guanabara, onde promovia programas culturais e concursos literários. Posteriormente, na Rádio Transmissora Brasileira, organizou o programa *Da mulher e para a Mulher*. Já como artista plástica, chegou a realizar 14 exposições individuais entre as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Lisboa e Valparaíso.

Sua conexão com Portugal sempre foi célebre, primeiro por ter vínculos familiares com a região, depois pelo matrimônio e, finalmente, porque realizou, ao longo da vida, inúmeras iniciativas de trocas culturais entre os dois países. Em 1931, ficou hospedada em Lisboa a convite do governo português e, por essa ocasião, organizou uma exposição com cerca de 150

---

<sup>24</sup> Discurso de posse de Branca Barbosa Maia na ALFRS.

<sup>25</sup> Otilia de Oliveira Chaves, por ocasião da sua visita à ALFRS, 21-11.1945.

livros de escritoras brasileiras. Entre as conferências, aproveitou para fazer a leitura das poesias de 36 brasileiras que levava consigo. Entre os anos de 1949 e 1950, criou a I Estante Feminina Portuguesa no Brasil e a I Estante Feminina Brasileira em Portugal, dando força ao intercâmbio cultural pelo qual tanto prezou a vida inteira.

Sua atuação pela divulgação do trabalho das mulheres rendeu posto como sócia de honra da Legião Feminina América, associação chilena que lutou pelos direitos das mulheres. Da mesma maneira, tornou-se delegada no Brasil da Confederação Feminina de la Paz Americana, da Argentina. Pelo Instituto Cultural Chileno também foi homenageada com a medalha Ateneu Magalhães More. E, para além da militância, acumulou grande obra filantrópica, atuando por 27 anos na Cruz Vermelha Brasileira. Como mencionado, foi sócia e colaboradora da Maternidade Pró-Matre, e também ajudou a promover o Retiro dos Artistas, entre diversas outras atividades com o propósito de arrecadar fundos a necessitados. Foi também membra do Instituto Brasileiro de Cultura, da Associação Brasileira de Imprensa e da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

As companheiras, ao descreverem a atividade de Iveta, sempre reforçam o zelo e a dedicação com que se debruçava sobre os problemas sociais:

[...] que Iveta Ribeiro é, acima de tudo, mulher, e, como tal, não passa indiferente pelo órfão, pela viuva pobre, pelo enfêrmo, mas qual bom samaritano da parábola, pára, pensa-lhes as feridas e ainda providencia os recursos para sua completa cura; ao falar neles, seu coração se enternece e as lágrimas lhe marejam os olhos quando à lembrança dos infelizes, dos desprezados, dos que nasceram com direito à vida e morrem pelo descuido da sociedade. E Iveta se desdobra em atividades para monirar-lhes o sofrimento, para mitigar-lhes a sêde de justiça e de amor (Otilia de Oliveira Chaves, por ocasião da sua visita à ALFRS, 21-11.1945).

Dentre tantos desdobramentos de seu trabalho, o lugar em que Iveta mais se destacou, certamente, é na produção literária. Não só para periódicos ela escreveu um número impressionante, contabilizado em 600 contos entre veículos do Brasil e de Portugal, mas também publicou uma quantidade expressiva de livros. Das muitas referências mencionando os livros de sua autoria, rastreei 14 diferentes obras: *Coisas da Vida*, sua estreia em 1922, aos 36 anos de idade. Anos depois, em 1927, publica o primeiro livro de poesias, *Meus Versos*, e no decorrer do tempo também, *Corpos e Almas*, *Meu Livro de Orações*, *Migalhas* e *Mutação*, de 1935. Dentre as publicações de livros de contos consta *Em Todos os Tempos*. Já se aventurando entre os romances, escreve: *Almas Simples*, *Despertar*, *Meu Filho* e *Para Além do Amor*. Escreve também, em 1932, o livro *Portugal visto por mim* com relatos de sua visita ao país. Nos anos finais da vida, ainda publicou *Duas Almas*, dividido entre poesias que

trocou com o marido<sup>26</sup>. A conexão com a literatura era tamanha que chegou a criar um clube cultural, denominado Clube das Vitorias Regias. Ao descrevê-lo, Iveta menciona que contou com mais de uma centena de elementos “femininos” das letras, das artes e dos círculos culturais cariocas. Com reuniões mensais, organizavam também chás, jantares, participavam de bailes e reuniões beneficentes. Por vezes, trocaram suas criações com artistas do Brasil, Portugal e até com a França. O Hino das Vitorias Regias chegou a ser enviado ao “Clube das Perdizes”, em Paris.

Ocupando, portanto, esse lugar de escritora e promulgadora da cultura brasileira e portuguesa, Iveta criou, em 1932, o que me parece ser o seu maior projeto, a revista *Brasil Feminino*. Conforme explorado no primeiro capítulo, BF foi uma revista que, além de declarar ser a única da América do Sul exclusivamente produzida por mulheres, contou com nomes importantes da elite intelectual do Brasil. Assim como propiciou que mulheres de posições políticas diversas usufríssem de seu espaço. Tendo sido distribuída por outros países da América e também da Europa, contou com textos de Bertha Lutz e Natércia da Silveira, assim como divulgou opiniões, atividades culturais, artísticas e filantrópicas de muitas outras. A revista difundiu e estimulou, em sua primeira fase, o trabalho literário das companheiras, bem como os de Iveta, anunciando livros a serem lançados e trechos de outros já publicados. E ainda na primeira fase, não tomava postura política partidária. Para contribuir em BF, a maior parte das mulheres convidadas manifestava um pensamento conservador, no entanto, havia autonomia para que escrevessem, transparecendo marcas de suas identidades e atravessamentos.

Entendo que Iveta dá algumas pistas sobre o que desejava com o projeto de *Brasil Feminino* se atentarmos para os escritos estudados até o momento. É recorrente que ela se dirija ao periódico mencionando a divulgação das aptidões mentais das mulheres. Do quanto aquele espaço editorial seria um “pavilhão do espírito, de graça e de superioridade”. Ou mesmo sobre a ambição de reunir as mulheres cultas de todos os países, em busca de um intercâmbio através das letras.

---

<sup>26</sup> Para uma análise mais apurada das contribuições e estilo literário de Iveta, ver VASCONCELLOS, Eliane; FLORES, Hilda A. H. Iveta Ribeiro. In: MUZART, Zahidé L. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*: Antologia. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. Vol. 3.



Figura 8 Fotografia de Iveta Ribeiro utilizada em seu primeiro texto para a revista, divulgando o rosto da diretora do projeto. *Brasil Feminino*, Ed. 01, p. 3.

Todas essas informações não são apenas conhecidas desde o primeiro capítulo, como coerentes com os dados biográficos até o momento explorados. O que soa destoante de tamanha carreira dedicada a atividades de intenções descritas como virtuosas ocorre, entretanto, na sua filiação à AIB. Ocultada de todos os documentos da AFLRS e também das poucas biografias a que tive acesso, essa parte da história de Iveta foi certamente omitida devido ao constrangimento associado ao integralismo depois da ilegalidade e das intensas campanhas de perseguição que o governo Vargas impôs ao movimento. Não seria estranho renegar, não apenas a filiação, mas a militância que operou pela AIB. No ano de 1945, quando Iveta organiza uma exposição de suas obras na cidade de Porto Alegre, sede da AFLRS, uma matéria sobre ela é escrita por Aurora Nunes Wagner. Aurora foi uma das fundadoras da instituição, grande responsável pela revista *Atenéia*, que a AFLRS fundou. Mas a escritora divide com Iveta esse mesmo evento do passado, ambas foram militantes ativas pelo integralismo. Da mesma maneira, ambas tem ocultados, depois de 1937, o integralismo de seus discursos e homenagens. Um silêncio permanece sobre a questão.

Numa análise mais minuciosa de suas atividades políticas, através de dados trazidos por pesquisa de Renata Simões, analisando o jornal *A Offensiva*, é possível encontrar uma contribuição de Iveta para o jornal que data de 1 de Novembro de 1936, intitulada *Palavras aos homens integralistas* (SIMÕES, 2014, s.p.). A primeira edição de BF convertida ao integralismo, no entanto, data de Maio de 1937, seis meses depois da coluna mencionada. Essas evidências são importantes para a pesquisa porque ajudam a mapear o andamento das

edições e sua relação com a virada político-partidária adotada. A última edição não integralista a que tive acesso é a de número 25, referente a dezembro de 1935. Já a edição encontrada a seguir é a de número 35, referente a maio de 1937. Passaram-se, portanto, quinze meses entre essas datas. Nesses quinze meses, dez edições foram elaboradas sem que fossem integralistas. Resta, portanto, uma confluência de datas que torna possível supor que a filiação de Iveta Ribeiro estivesse ligada ao interesse de manter sua revista ativa.

Assim, dos quinze meses que separam as edições que rastreei, cinco deles passariam sem que a revista fosse publicada. E seis meses é o tempo que separa a publicação mencionada de Iveta para *A Offensiva* e o retorno de *Brasil Feminino* ao mercado. Sem que sejam encontradas as edições faltantes, ou mais fontes, não é possível fazer elaborações certas sobre qual a motivação de Iveta Ribeiro para se converter à doutrina. Se foi genuinamente atraída pelo movimento por afinidade política ou se foi pensando estrategicamente na possibilidade de patrocínio. De qualquer forma, ao falar da mudança, Iveta comenta que a revista se converte integralista acompanhando a sua fundadora e diretora “que de há muito vestira também a blusa verde para formar ao lado daquelas que se definiram pelo Sigma como elemento consolidador da dignidade nacional e da integridade moral do Brasil”, ou seja, indicando que sua conversão pessoal ocorre anteriormente, um acontecimento seguindo o outro.

Para além das possíveis intenções levantadas, considero de extrema importância não apenas lembrar de sua participação nas fileiras da AIB, como explorar um pouco dessa participação que foi muito ativa e presente na doutrinação de mais adeptos. Na conversão para essa nova perspectiva política, Iveta não apenas levou a revista, mas também o *Clube das Vitorias Regias*, que agora também se tornaria um espaço de doutrinação e propagação dos ideais integralistas.



Figura 9 Iveta Ribeiro, trajada com o uniforme integralista, e a redação de Brasil Feminino recebendo Irene Henriques de Freitas, secretária da SNAFP. BRASIL FEMININO, 1937, Ed. 38, p. 28

Para explorar um pouco mais o posicionamento de Iveta é possível adentrar de forma mais detalhada nos textos por ela elaborados quando anuncia esse novo momento da revista. Para apresentar o retorno, escreve, por exemplo, *NOVOS HORIZONTES* e inicia mencionando como *Brasil Feminino*, em suas trajetória até ali, foi marcada por ameaças, perigos e deslealdades. E que não por acaso muitas foram as inconstâncias e lapsos entre as publicações. A história da revista estaria, no entanto, vencendo suas dificuldades, “por graça de Deus” e pelo “ideal magnífico” a que se propunha, perseverando “pelo amparo precioso de centenas de mulheres cultas e boas, inteligentes e dedicadas às coisas que honram as coletividades e a Pátria” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 35). Considero importante que se atente para a maneira como Iveta descreve as mulheres que em sua revista contribuem. Falar de mulheres que são “cultas e boas, inteligentes e dedicadas à pátria” nos remete a um senso de moralidade que apela para a afinidade entre os projetos políticos que a revista propunha antes e depois da conversão. Começa a criar, dessa forma, uma linha de raciocínio em que preenche de sentido a identificação com o integralismo desde o início desse projeto.

A seguir, comenta que as dificuldades vencidas se deram também pelo auxílio generoso da consciência dos homens que souberam contribuir para essa vitória. Dentre essas contribuições, faz menção direta ao apoio e participação do marido na empreitada de manter-se publicando. Sua iniciativa venceu: “e venceu ainda pelo espírito de sacrifício de um português bom e honesto, que tudo procura fazer para tornar em realidade os ideais puros de

uma esposa querida que, felizmente, sempre soube ama-lo, compreender-lhe a alma boa e clara, e honra-lo como merece” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 35).

Dentre as justificativas para o retorno obviamente que não constam somente menções a esses homens, mas ao movimento integralista como um todo. Para Iveta, esse movimento atentou para todas as iniciativas nobres e úteis da pátria. Portanto, atender e financiar *Brasil Feminino* resultava numa operação coerente, acolhendo o trabalho que, ela descreve, levou centelhas de inteligência brasileira aos quatro cantos do mundo. Ao mencionar como se sentiu acolhida, explica que o movimento:

[...] compreendeu a luta insana de uma brasileira envelhecida no cumprimento de uma missão que já lhe exigiu mais de trinta anos de existencia e que ainda não chegou ao fim, e verificando a necessidade de não deixar morrer á mingua de amparo moral uma iniciativa util, resolveu ampara-la pela vontade superior do Chefe Nacional, dando-lhe uma outra finalidade dentro do seu antigo programa de ação – o de ser o arauto feliz da grande obra patriótica e humana que está construindo no Brasil inteiro a brava e consciente Blusa Verde da Patria (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 35).

Uma vez inserida no movimento, ela não contribuiu apenas com escritos para *A Offensiva*, mas dedicou seus talentos literários para a elaboração de contos ficcionais que publicou tanto em *Brasil Feminino*, como em outros periódicos. Iveta escreveu contos com histórias moralizantes em que o integralismo surgia como o redentor do comportamento de homens perdidos e desvinculados da família. A doutrina aparecia como cura para o alcoolismo e solução para o desemprego, dentre outros efeitos da “degeneração espiritual” da sociedade. Possibilitando, enfim, que os ideais políticos perpetrassem suas histórias a partir de narrativas pedagógicas. E ainda deu um passo além quando elaborou, para o partido, um “Breviário da Mulher Integralista” em que descreve dezessete orientações sobre como as “blusas verdes” deveriam guiar as próprias vidas, a partir de seus sentimentos patrióticos e da crença no integralismo. Publicado inicialmente para *A Offensiva* e depois reproduzido em BF, o documento circula como recomendação autorizada pela alta cúpula do partido, demonstrando a compatibilidade entre Iveta e os preceitos da doutrina. Quando esta finalizava o documento, sentenciava que nem a mais alta possibilidade de carreira deve se colocar a frente dos deveres familiares:

Não abandones o teu lar sob pretexto algum, pois a elle te prendem o respeito por ti mesma, o amor de teu marido e o berço do teu filho, e melhor servirás á Patria nesse teu posto de honra, do que no exercício do mais alto cargo que te offereceram. Todo o tempo, entretanto, que te sobrar de teus cuidados com a família, divide-o em servir a Deus e ao Brasil (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 33).

As recomendações elaboradas por ela, de fato, condizem com os preceitos da doutrina. Mas um fator relevante deve ser levado em consideração, afinal, todas as evidências demonstram que o esposo de Iveta, José Ribeiro dos Santos, não se utilizava do poder pátrio de que tinha direito para impedir ou dificultar seus projetos culturais e filantrópicos. Mesmo quando as empreitadas de Iveta implicavam em viagens e deslocamentos, trabalho na edição da revista ou na produção dos programas de rádio. Os desagradáveis desmandos de que dispunham os maridos dentro dos contratos jurídico-matrimoniais da época não pareciam ter se tornado problema da vida da escritora. Pelo contrário, os relatos dão conta de que ambos foram parceiros nessas atividades. A conjuntura familiar em que estava inserida permitia que a dedicação ao lar fosse negociada e não imposta.

Mas voltando à militância integralista, o resultado de tamanho engajamento de sua parte repercutiu em nomeações dentro do partido. Em notícia publicada na edição referente ao mês de setembro de 1937, Iveta é indicada por Carmella P. Salgado para ocupar o cargo de Chefe de Gabinete da Província da Guanabara (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 22), chegando, portanto, a tomar posse de cargo oficial da organização. Até mesmo anúncios de que “o primeiro livro feminino do Sigma” estava sendo escrito por ela foram feitos, indicando a profundidade de seu engajamento. Assim, eu poderia contabilizar que a autora chegou a publicar um total de 15 livros, tivesse encontrado indícios de que *A mulher no Integralismo* teve sua finalização e publicação concluídas, mas é provável, devido à falta de referências, que a ilegalidade do movimento tenha interrompido tal efetuação.

Consciente dos perigos de investigadoras olharem para o passado buscando correlação com fatos futuros, arriscando talvez uma conexão só possível porque conheço o desfecho, acho importante alguns apontamentos sobre contexto de certos acontecimentos na vida de Iveta. Já foi possível confirmar que alguns aspectos do discurso disseminado na primeira fase da revista possuíam um apelo conservador. Especialmente no que se refere à mulher considerada *outra*, aquela não pertencente ao mesmo grupo que escrevia para BF. Mas, mais do que isso, considero relevante mencionar que em sua viagem patrocinada pelo governo português, no ano de 1931, o regime político instaurado no país era uma ditadura militar. Ditadura essa que havia suspendido o sufrágio direto, causa pela qual Iveta estaria engajada desde a fundação da revista, em 1932. Mas as conexões e parcerias em seus projetos com Portugal não passaram por críticas ao regime e nem sofreram interrupções ao longo do tempo, nem mesmo nos momentos de maior celebração da conquista pelo direito ao voto das mulheres no Brasil. Pelo contrário, na medida em que os acontecimentos avançam, percebe-se

que vai se formando mesmo uma confluência de interesses entre os projetos de Plínio Salgado, ultraconservador, e Iveta Ribeiro. Confluência que fica evidente quando se dá a devida atenção à participação e engajamento de ambos no cenário cultural do país.

Tanto Iveta quanto Plínio enfatizaram sempre em seus discursos que a intelectualidade precisava ser estimulada, que o projeto cultural brasileiro precisava de incentivo, publicação, direcionamento. Não pretendo, com isso, forçar uma análise determinista, de que seria possível prever que o engajamento político de Iveta se daria dessa maneira. Mas penso que colocar os acontecimentos em perspectiva ajuda a perceber nuances de sua trajetória. Assim como ajuda a buscar os caminhos de entendimento pelos quais essa conversão tenha ocorrido. Os regimes fascistas e ditaduras, embora combatidos e denunciados pelas organizações de esquerda, não estavam, ainda àquela altura, levantando maiores polêmicas sobre suas performances no debate público. Mesmo que acusados de radicalismo, eram mencionados com naturalidade pela imprensa e configuravam alternativas viáveis para regimes políticos. Assim, não era de se estranhar que os empreendimentos de Iveta se preocupassem em eleger a boa cultura, direcionar guias morais e comportamentais em seus discursos, fazendo do debate democrático algo prescindível. E assim, moldava possibilidades para as leitoras de seus livros, poesias e revistas.

Finalmente, antes de explorar mais detalhadamente sobre o que significa, afinal, militar dentro da AIB, considero importante compartilhar algumas pequenas descobertas sobre a vida pessoal da autora que essa pesquisa possibilitou. Ao ler a biografia publicada por Vasconcellos e Flores (2009, p. 536), a mais completa já divulgada a respeito de Iveta, as autoras mencionam que ela morreu “viúva, pobre e sem filhos”. No entanto, em uma edição da revista *A Noite Ilustrada* é divulgada uma fotografia da filha abraçada à neta de Iveta Ribeiro:



Figura 10 A Noite Ilustrada, 20/06/1934 Esmeralda Ribeiro Quaresma, filha de Iveta Ribeiro e sua filha, Sylviny. Disponível pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ter encontrado essa fotografia me permitiu identificar que a mesma imagem também apareceu dois anos antes em BF, sob a legenda: “A senhora Esmeralda Ribeiro Quaresma e sua filha Sylviny” (BRASIL FEMININO, Ed. 2, p. 10). Da mesma forma, a neta aparece em página dedicada às crianças em *Brasil Feminino*, em 1933:



Figura 11 Fotografia da neta de Iveta Ribeiro. Brasil Feminino, Jan, 1933 Ed. 09, p. 39.

Não é possível, entretanto, encontrar outras menções de Iveta sobre a existência dessas familiares, pois seus escritos não dão indícios da relação que possuía com a filha. Ocorre que

Esmeralda era filha adotiva de Iveta e José Ribeiro, em verdade registrada como *tutelada* por ele. Filha natural de *Virgínia de Oliveira* e pai incógnito. Não se sabe, por exemplo, qual a relação dela com a família no momento em que se retira para viver na associação Pró-Matre, embora Iveta e José tenham sido padrinhos de casamento de Sylviny no ano de 1955<sup>27</sup>, indicando que os laços não estavam cortados. Uma das informações colhidas sobre a vida de Esmeralda dá conta de um desquite<sup>28</sup> em 1940, tipo de acontecimento bastante significativo para os laços afetivos naquele contexto, especialmente se considerarmos a forte religiosidade cristã de Iveta. No entanto, sem o relato de, ao menos, uma das partes não há como inferir motivações sobre esse implícito afastamento. A dificuldade para encontrar documentação a respeito desse aspecto da vida da escritora conduziria, por lógica, à conclusão de que não havia família para ampará-la no final da vida. Impressão que se confirma nos escritos da autora, como é o caso de um de seus poemas feito em memória do esposo, que foi publicado na revista *Atenéia* como inédito depois de sua morte. Em um dos versos, Iveta trata da amargura que se abateu sobre a existência diante da perda: “Hoje, vivo, meu bem, como quem vive Isolada do mundo, nêle estando, Como uma coisa entre os demais mortais...”.

Considero bastante significativo que a trajetória de Iveta Ribeiro tenha sido fortemente marcada pelo esquecimento ainda em vida. Acessando os anúncios sobre sua partida e os discursos elaborados em sua homenagem, é perceptível o reforço da ideia de solidão em que se encontrava nos anos finais, mas também os méritos e virtudes de suas atividades artísticas, culturais e filantrópicas pregressas. Para uma pessoa com tamanhos contatos e que tanto organizou pela cultura, especialmente produzida por mulheres, no Brasil, cria-se a expectativa de uma velhice abastada, de reconhecimento. Embora destinos como esse fossem realmente menos populares entre as mulheres no período. Iveta possuía contatos pessoais, políticos e diplomáticos de ampla importância e circulação entre as elites do país. Assim, foi uma

---

<sup>27</sup> “Realiza-se, hoje, às 17h30 horas, na igreja de Nossa Senhora do Carmo, rua 1º de Março, o casamento religioso da senhorita Sylviny Ribeiro Quaresma, filha do sr. José Fernandes Quaresma e D. Esmeralda Ribeiro, com o sr. Mário de Sá Pereira Júnior, filho do casal Mário de Sá Pereira – Álvaro de Sá Pereira. Servirão de padrinhos da noiva os escritores Iveta Ribeiro – José Ribeiro, seus avós que nesta data festejam o seu 45º aniversário matrimonial, e do noivo o dr. Oscar Cunha e D. Nair Ribeiro Cunha. No ato civil de ambos os nubentes serão padrinhos o industrial sr. Lúcio Tomé Felcira e a sra. D. Celeste Bastos y Lago. Os noivos, após os cumprimentos na igreja, partirão para São Paulo, em viagem de núpcias”. Cf. Sociedade. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 43, n. 15032, p. 6, 11 jun. 1955.

<sup>28</sup> Esmeralda casa-se em 1929, aos 18 anos, e se desquite no ano de 1940. *Livro nº 61 de registros de matrimônio*, Cartório da 3ª Circunscrição da Cidade do Rio de Janeiro, fl. 14-15v, reg. 22, 25 maio 1929. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6Q47-2DC?i=13&cc=1582573>. Acesso em: 21 dez. 2020.

importante militante integralista no Rio de Janeiro, fazendo circular o seu nome associado ao movimento até por países estrangeiros através da revista.

No entanto, no momento em que o integralismo é socialmente rechaçado, a escritora recebe um tipo de tratamento que é reservado a pessoas que acumulam muitos níveis de privilégio social. Um esquecimento direcionado e benéfico para a sua imagem. Assim, ocupa uma cadeira na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, organiza exposições, continua publicando livros, até que a morte do marido parece estabelecer uma ruptura importante na vida em que levava. *Brasil Feminino*, hoje em dia, é uma revista mais associada à militância integralista do que ao restante de suas contribuições. Acredito, assim, que a mancha que essa postura política legou ao trabalho de Iveta pode ter repercutido, lentamente, nos desdobramentos de sua vida também. Entre os silêncios estabelecidos nos discursos oficiais, fica a lembrança não dita de uma participação ativa numa agremiação violenta e intolerante. Assim, o próximo passo desde capítulo se dedica a estudar mais profundamente como se organizou e cresceu esse movimento na década de 1930.

## **2.2. O surgimento da Ação Integralista Brasileira**

No dia 7 de outubro de 1932 um manifesto foi lido em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo estabelecendo o marco de criação da Ação Integralista Brasileira (SIMÕES, 2009, p. 26). Era o momento em que Plínio Salgado inaugurava um novo movimento político, agregador de uma série de lideranças e suas experiências com inspiração fascista, anteriormente experimentadas pelo país<sup>29</sup>. O *Manifesto de Outubro de 1932*, como foi nomeado, tinha o intuito de lançar uma comissão técnica advinda de uma Sociedade de Estudos Políticos (SEP) com o objetivo de “transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP” (TRINDADE, 1974, p. 122). A idealização do manifesto tinha ocorrido ainda em maio daquele ano, mas foi necessário aguardar cinco meses até que os conflitos gerados pela Revolução Constitucionalista se encerrassem e sua articulação fosse retomada.

Em termos gerais, o integralismo brasileiro daquele momento pode ser definido como uma ideologia de extrema direita, nacionalista, antiliberal, anticomunista e ultraconservadora com forte apelo espiritualista cristão. Suas proposições ficam muito nítidas logo na

---

<sup>29</sup> Neste período já existiam vários movimentos fascistas e de extrema direita, como a Ação Social Brasileira, Legião Cearense do Trabalho, Partido Nacional Sindicalista, a Ação Imperial Patrionovista e a Legião 3 de Outubro, importantes de serem lembrados, mas que ainda não tinham organizada uma articulação nacional, como é a intenção da AIB.

inauguração do movimento, pois o manifesto ressalta a importância do princípio da autoridade, ataca o cosmopolitismo e o estrangeirismo em nome da defesa do nacionalismo e rejeita outras formas de divisão da organização política. O integralismo propõe, portanto, um estado integral, em que os divisionismos seriam combatidos, pois nem a luta de classes, nem os partidos políticos poderiam suplantar a “autoridade da Nação”<sup>30</sup>. Sob o lema que ficou amplamente conhecido por “Deus, Pátria e Família”, o movimento comunicava, por ordem de importância, os pilares de organização de sua doutrina. O apelo ao cristianismo ajuda a compreender, por exemplo, a crítica moral que o movimento elabora sobre todas as ideologias que chama de materialistas. É o caso do liberalismo, mas também marxismo, socialismo, bolchevismo e comunismo, consideradas ameaças ativas à estrutura familiar. “Todavia, é preciso lembrar que as relações da AIB com a Igreja sempre foram complicadas e nem sempre pacíficas, havendo necessidade, a cada passo, por parte do Chefe, de provar sua ortodoxia e apelar para o testemunho de eclesiásticos integralistas” (CHAUÍ, 1978, p. 76).

Na medida em que divulgava suas publicações, a AIB ia ampliando o foco de trabalho teórico a que se dedicava. Através de suas principais lideranças, foram elaboradas as posturas sobre os assuntos de maior interesse, como a centralização política, o estatismo econômico, o corporativismo, a educação moral e cívica, a alfabetização da população, a liberdade religiosa ou mesmo o fim da luta de classes pela integração do indivíduo à família, à nação e ao universo. Mas, embora os líderes integralistas tivessem ampla publicação e elaboração teórica de seus propósitos, a trajetória do movimento, na década de 1930, acabou sendo marcada por diferentes fases e adaptações aos acontecimentos da época. Iniciado como uma espécie de associação de cultura, tornou-se um movimento de proposta revolucionária, tendo organizado milícia própria já no ano de 1934. Pouco tempo depois, sua milícia foi proibida pelo governo Vargas e, em seguida, organizou-se enquanto partido político para disputar eleições. Na sequência, também abriu mão da corrida eleitoral em troca de participação no Estado Novo, mas foi levada à proibição pela ditadura estadonovista. Por fim, o movimento foi enfraquecido e seu líder supremo, Plínio Salgado, enviado a Portugal para que se afastasse da política institucional do Brasil. A AIB acabou, dessa forma, se reorientando teoricamente a cada nova guinada dos acontecimentos políticos. Assim, compreender de antemão que os caminhos percorridos pela AIB são permeados por negociações e adaptações que não parecem se encaixar na dureza do discurso que pregavam, ajuda a captar os meandros da trajetória que

---

<sup>30</sup> O Manifesto continua disponível para acesso na página da Ação Integralista, movimento que permanece ativo e divulga ideologia através da página: <https://www.integralismo.org.br/>

traçaram. Mas antes me interessa comentar um pouco dos significados que uma ideologia autoritária possuía naquele período.

Conforme já explorado em outros momentos desse texto, naquele contexto os discursos nacionalistas tomaram grande proporção no debate público. O que não ocorreu apenas no Brasil, mas internacionalmente. Em diferentes regiões e por diferentes, mas também coincidentes, motivações, grupos disputavam a construção da identidade nacional a que pertenciam. E, a partir dessas disputas, a política do século XX acabou fortemente influenciada pela disseminação de pensamentos e metodologias autoritárias. O que significa que o pensamento autoritário no país não se compreendia como exclusividade dos pensadores integralistas. Desde o início da república, uma geração de intelectuais vinha influenciando a organização política do Brasil a partir de uma ideologia antiliberal que se pauta por argumentos autoritários. O ideal de um estado forte e centralizado, que ordenasse e resolvesse os interesses coletivos, era amplamente popular entre grupos de intelectuais que tinham relações próximas com a política institucional, relação que se acentuou a partir da década de 1930 (TRINDADE, 1974, p. 99, 100).

A ameaça soviética e a incapacidade dos sistemas liberais de sobrepujar o socialismo guiavam parte da ideologia e geravam inquietação em torno do problema político e das disputas discursivas sobre a nacionalidade e a identidade do país. Silene de Moraes Freire aponta, e o primeiro capítulo dessa dissertação também explora em parte, o quanto essa disputa ocorria em torno das ideias sobre a modernidade (FREIRE, 2009, p. 204). Soma-se ao contexto nacional de repressão e instabilidade política, as influências de uma Europa em pós-guerra, a ascensão de regimes autoritários fascistas e uma verdadeira reformulação do que se compreende enquanto nações. As classes dominantes do Brasil acabam tomadas do que Freire nomeia como “cultura do autoritarismo”<sup>31</sup>:

[...] fornecendo à elite governamental orientações referentes à reformulação do marco institucional vigente. [...] o pensamento autoritário destaca-se como um dos principais componentes da produção intelectual, justamente porque o seu modo de analisar a realidade, assim como as soluções apresentadas para a mesma articulavam temas em perfeita conexão com a perspectiva de construir um projeto político comprometido com os interesses do capital industrial (FREIRE, 2009, p. 204).

---

<sup>31</sup> Ainda na página 204, Silene de Moraes Freire levanta os principais autores que, desde a Primeira República no Brasil, atuam sob o viés do pensamento autoritário, ou que a historiografia denominou enquanto pensadores autoritários. São eles: CAMPOS, Francisco (1941); AMARAL, Azevedo (1938), TORRES, Alberto (1914 e 1933) e VIANNA, Francisco José de Oliveira (1987). Alguns desses nomes coincidem com o trabalho de Héglio Trindade ao pesquisar as influências do pensamento de Plínio Salgado quando ainda elaborava a SEP (TRINDADE, 1974, p.120).

A autora também fornece importantes ferramentas de análise, a partir de seus estudos, quando aponta o conjunto de propostas reacionárias e conservadoras que tomaram corpo desde a Primeira República. Se levarmos em consideração a amplitude da influência dos intelectuais que elaboravam o dito pensamento autoritário, chega-se à conclusão de que esse pensamento nada mais é do que a política institucional organizada do país. Que acaba abordando as questões sociais “sob um registro despolitizante, de modo que apresenta o mais alto grau de instrumentalidade para a construção de uma modernidade ‘pelo alto’, sem rupturas com as bases arcaicas da sociedade brasileira e destruidora das possibilidades democráticas” (FREIRE, 2009, p. 205 apud FREIRE, 1994). Percebe-se, assim, o conhecido projeto da elite, de longa data, que visa mobilizar as forças políticas a partir de orientações que são fornecidas pelos intelectuais.

Freire mostra, analisando o trabalho de intelectuais de pensamento autoritário, o quanto era difundida a ideia de que os próprios intelectuais e as elites é que deveriam pensar pelo povo. Ou orientar o destino da nação, um tipo de cultura política que se instalará em nossas práticas governamentais e sobreviverá não só a toda a era Vargas, como atravessará, arrisco dizer, disputas que se estendem até os nossos dias. Mas sobre o período estudado nesse trabalho, é importante notar como a autora demonstra que, em momentos ligados à transição para o capitalismo, é mais fácil perceber “a presença de uma cultura política impregnada de ideias e práticas autoritárias, que foram de fundamental importância na definição dos caminhos seguidos pela ‘revolução burguesa’ nessa latitude” (FREIRE, 2009, p. 205). Assim, também considero importante salientar que, mesmo observando como a trajetória histórica do pensamento autoritário no Brasil está intimamente ligada aos modelos políticos estabelecidos, isso não satisfazia as ambições integralistas. Para o movimento, o estado integral, inspirado nos fascismos europeus, ambicionava dominar e orientar as esferas de organização social de uma forma ainda mais ampla e rígida do que as propostas em voga.

Percebe-se, portanto, que a disputa pela elaboração de políticas centralizadoras, mesmo por políticas de massa, ainda ocorria numa configuração agrária e descentralizada. O Brasil era um país de maioria analfabeta, permeado por inúmeras questões que faziam do conceito de cidadania, e seus marcos civilizatórios, algo ainda em formação e, por isso, em disputa. Questões essas que envolviam a identidade de grupos sociais em torno da ideia de nação, do conceito de república, mesmo de uma possibilidade integral da organização da sociedade, como é a proposta integralista. Assim, vai se formando uma reiterada afirmação do compromisso com o futuro e com o progresso, com a solução dos problemas do país. Mais do

que uma reprodução dos processos fascistas que ocorriam no velho continente, entendo que o integralismo, embora abertamente inspirado nessas experiências, se vale de uma tradição de pensamento autoritário e de problemas que são muito específicos do contexto brasileiro.

Possuem, portanto, intenções que dizem respeito à realidade em que se inserem. Embora, obviamente, estejam imersos em influências europeias, não poderiam se manifestar como mera cópia. Ideia que Marilena Chauí explorou muito bem ao propor que o integralismo não se estabeleceu enquanto reprodução de discursos europeus autoritários. Mas que, como pensamento autoritário em si, propunha um ideal de estatismo e nacionalismo que formaria a base de uma “história imaginária”. Pensemos, assim, num devir elaborado para que fosse reconhecido e assimilado pelo grupo a quem o discurso integralista se dirigia:

Nessa medida, torna-se de menor importância saber se houve importação dos fascismos europeus, pois o que interessa compreender é que importando ou não idéias que não poderiam espelhar a situação brasileira, as formulações integralistas exprimiram, na forma da construção pura, a verdade do nacionalismo como política autoritária, mesmo quando os militantes aderiam à AIB pelo medo ao comunismo ou pelo anti-liberalismo, na esperança de ver realizados ideais que, de outra maneira, permaneceriam como simples desiderata (CHAUÍ, 1978, p. 116, 117).

Essa elaboração mais complexa dos propósitos integralistas obviamente não é possível apenas a partir do manifesto de inauguração da doutrina, mas emerge de uma longa análise das publicações e da trajetória do movimento. Assim, passarei a uma breve explicação dos principais acontecimentos, em ordem cronológica, para retornar ao conteúdo da doutrina.

Ainda no ano de 1931, Plínio Salgado era conhecido como jornalista e publicava suas ideias no jornal *A Razão*. O ano de 1932 serviu para o amadurecimento de seu pensamento e para fundação da SEP, que organizou e lançou o Manifesto. Nasce, assim, a Ação Integralista Brasileira. Em 1933, são lançadas as *Diretrizes Integralistas* e é também organizado seu primeiro desfile, em São Paulo. Em 1934 é realizado o primeiro Congresso Integralista, na cidade de Vitória, ES. Nesse evento, foram lançados estatutos e a AIB pode explorar os objetivos do movimento. A partir desse momento, definiu-se como uma “associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e sede política no lugar onde se encontrar o chefe nacional”<sup>32</sup>. Nesse mesmo ano, a milícia integralista foi autorizada pelo Ministério da Guerra, momento importante para popularização do uso de uniforme. No entanto, a duração da milícia não foi longa. Conforme demonstra Rodolfo Fiorucci, “Com a radicalização dos embates diurnos e públicos, entre camisas-verdes e membros da ANL, o

---

<sup>32</sup> <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>

governo proibiu a milícia, extinta em cumprimento à Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935” (FIORUCCI, 2014, p. 44).

Nesse momento, também surge a Associação Nacional Libertadora (ANL), que foi uma organização política nacional de esquerda que se organizou, em 1935, enquanto resposta ao avanço integralista no país. A ANL também se pautava pelo combate às influências de países do norte global e suas políticas imperialistas. Reunindo comunistas, socialistas e antigos "tenentes" insatisfeitos com o governo de Getúlio Vargas, a organização agia como uma frente popular que empenhava-se pela garantia de amplas liberdades democráticas e pela constituição de um governo popular. Instaurou-se como grande combatente do integralismo na arena pública.

Mas o ano de 1935 não é apenas marcado, para o movimento integralista, pelo fim da milícia. Naquele momento, uma mudança de postura estrutural ocorreu no movimento, pois é nesse contexto que a AIB concorre às primeiras eleições preparando-se para, em 1936, tornar-se partido político, com intenções de concorrer aos pleitos estaduais, federais e à presidência da República (CHAUÍ, 1978, p. 71). Em 1935, apesar de já ter iniciado sua mobilização para as eleições legislativas, a AIB só consegue eleger dois candidatos. É esse resultado que impulsiona uma estratégia diferente de propaganda. A divulgação de uma circular passa a convocar os simpatizantes e militantes ao alistamento eleitoral e “orienta seus núcleos e secretárias a desenvolver intensa campanha de propaganda, tendo em vista as eleições municipais e a [posterior] eleição presidencial prevista para janeiro de 1938” (CHAUÍ, 1978, p. 102). Essa postura mais assertiva, de campanha, faz com que aproximadamente 500 vereadores e 24 prefeitos sejam eleitos em 1936, um crescimento significativo. Percebe-se, portanto, que a AIB transita de associação cultural, de proposta revolucionária, para uma atitude de negociação com a política vigente.

Essa mudança, que visa a tomada de poder por vias eleitorais, fez com que o ano de 1936 ficasse conhecido como o “ano verde”, lançando, em Janeiro, o Manifesto-Programa, que declara acordo com a Constituição de 1934 (FIORUCCI, 2014, p. 50). Tal manifesto fez com que o projeto de expansão do movimento ganhasse muita força. O crescimento do número de militantes era amplamente divulgado em todos os periódicos, que exibiam, de acordo com levantamento próprio, a ultrapassagem da impressionante marca do milhão de filiados. Núcleos foram abertos por todo o território nacional. No jornal *A Offensiva*, um recenseamento divulgado falava em 3.000 centros pelo país, 123 semanários e 1.285 escolas

primárias. Também nesse período foi criado o Departamento de Assistência Social, que possuía clínicas capacitadas para atender 2.000 pacientes, contando com farmácias, clínicas dentárias e lactários.

Para além da ampliação da rede de ensino primário, a SEP também passou a ter centros de estudos em várias faculdades, em escolas de agronomia e em escolas técnicas. A escolha pelo foco de ação formando escolas primárias e alfabetizando adultos era realmente impressionante. Aumentar o número de pessoas alfabetizadas significava aumentar o número de possíveis eleitores, estratégia importante no embate contra a ANL (CHAUÍ, 1978, p. 102, 103). Esse discurso tão expressivo sobre o crescimento do, então, partido político fez com que diversos governos estaduais fechassem suas sedes, perseguindo o movimento, como é o caso dos estados da Bahia, Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas e Paraná. (FIORUCCI, 2014, p. 49, 50).

O desfecho que se desenrola a partir de 1937 é bastante conhecido. Não só foi um momento importante e tomado pela expectativa de campanha presidencial, como também ficou marcado como o ano em que o projeto eleitoral do partido foi desmantelado. A ditadura do Estado Novo, arquitetada por Getúlio Vargas durante o seu próprio governo, fechou todos os partidos políticos, incluindo a AIB. E a habilidade política do governo nessa transição foi ampla o suficiente para contar com o apoio do próprio movimento integralista, que auxiliou na articulação da mudança. Vargas e Salgado chegaram a dialogar sobre o plano, gerando o que Fiorucci chama de “cumplicidade acerca do golpe” (FIORUCCI, 2014, p. 50, 51). Mais uma vez, a AIB muda totalmente a direção de suas propostas e, segundo Simões, Plínio Salgado se manifesta sobre o ocorrido justificando que o principal objetivo da AIB não estava na ação política. O “Chefe Nacional” anunciava que o partido se fechava sem reação, devido a necessidade do momento (SIMÕES, 2009, p. 47). Mais do que uma justificativa, a cumplicidade, no então denominado Plano Cohen<sup>33</sup>, vinha com a promessa de Plínio assumir o Ministério da Educação.

No entanto, essa negociação elaborada junto à AIB, que operaria uma participação basilar no novo regime, não foi cumprida. Pois o partido foi surpreendido com o mesmo tratamento dos demais, entrando para a ilegalidade (FIORUCCI, 2014, p. 50, 51). Diante do

---

<sup>33</sup> Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Informações disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>

sentimento de traição, Plínio Salgado recusou o cargo de ministro, chegando a manifestar que o movimento era o principal elemento na construção do Estado Novo (FIORUCCI, 2014, p. 52). Assim, restou à AIB mais um passo em retrocesso, retornando ao status de sociedade civil, tendo proibidas as suas manifestações e uso de uniformes. Passou a chamar-se, então, Associação Brasileira da Cultura (ABC) e seguiu com as atividades possíveis até o ano de 1938, quando conflitos chegaram ao ponto de resultar numa série de tentativas de revolta. Lídia Possas mostra como o processo de ostracismo em que os integralistas se envolveram resultou em “grande fracasso e na construção de uma imagem de derrota difícil de ser suplantada, mesmo após 1945, com a fundação do Partido de Representação Popular” (POSSAS, 2004, p. 271). A tensão chegou ao limite de um atentado contra a vida do presidente, o que estabeleceu uma intensa campanha contra o integralismo, prendendo e enviando ao exílio seus líderes. A Plínio Salgado é ordenada uma prisão e, um ano depois, se exila em Portugal. Seu retorno ao Brasil vai ocorrer apenas pela queda do regime do Estado Novo, em 1945 (SIMÕES, 2009, p. 23).

Essa retomada cronológica dos principais acontecimentos não é nenhuma surpresa para quem possui mesmo que uma pequena familiaridade com a história do movimento, já amplamente investigada por outras pessoas que estudaram o tema. No entanto, evocar esses acontecimentos auxilia na compreensão dos sentidos da ligação entre a revista *Brasil Feminino* e a AIB. Foi no ano de 1937, auge de sua popularidade e campanha eleitoral, que a AIB passou a patrocinar a revista que havia, então, encerrado suas atividades. Mas considero interessante, ainda, compreender como o movimento chegou à organização e grandeza que propagava. Mesmo que consideremos que os números divulgados pela imprensa integralista não sejam precisos, não se pode negar que a proporção do partido o colocava num lugar de importância ideológica e política naquele momento.

Embora dotada de suas particularidades, é inegável que a AIB se configurou como único grande partido brasileiro que se aproximou das configurações fascistas da Europa. A ideia de construção de uma identidade nacional, em que as pessoas se reconhecem e reconhecem seus símbolos, era largamente utilizada por aqueles fascismos e propunha não só coletividade, mas soluções para as crises, superação do mal, resolução para os problemas da nação (SANTORUM, 2018, p. 44, 45). E conforme nos mostra Chauí, a “imagem da crise” foi essencial na estruturação também da AIB (CHAUÍ, 1978, p. 127). Compondo e fomentando a crise estariam, portanto, as ideologias materialistas, tais como a liberal-democracia e o comunismo, desprovidas de espiritualização cristã da sociedade. Destruidoras da moral. O

integralismo pode, assim, explorar o quanto se configura como uma alternativa diferente para os rumos políticos do país. Os usos da crise propiciavam a manipulação do medo, voltando-o para o combate do mal, dos inimigos, usos que se direcionavam para legitimar a ideia de salvacionismo que o integralismo representava. Assim, a grande missão histórica a ser cumprida pela pessoa integralista estava em defender a doutrina com a própria vida se preciso fosse. A imagem da batalha, da luta ou do sacrifício era reforçada não apenas nos ideais propagados, mas na constante evocação dos mártires integralistas que morriam em confronto (SIMÕES, 2009, p. 87).

A participação na construção dessa identidade, que se propunha alternativa, aconteceria, então, pelo reforço de símbolos e rituais. A produção desses símbolos se tornou o cerne de toda a construção discursiva do movimento, tornando-se a marca registrada do integralismo (SANTORUM, 2018, p. 76). A instrumentalização dos símbolos, nesse caso, vai se voltar para o nacionalismo. O Sigma, letra grega, foi escolhido como principal sinal representante da doutrina. Segundo explicações dadas por Plínio Salgado, representava “a soma dos infinitamente pequenos” (SIMÕES, 2009, p. 97). Apelava, então, para a ideia de formar a integralidade nacional somando as diferentes forças sociais. O sigma aparecia em uniformes, em fachadas, bandeiras e quadros nas paredes dos núcleos, na imprensa, em objetos decorativos e até em embalagens de produtos.



Figura 12 A simbologia da doutrina era reforçada em todas as instâncias possíveis. Na fase integralista de Brasil Feminino, a sessão sobre cuidados do lar passou a incluir instruções para decoração da casa com os símbolos integralistas, conforme se pode notar na p. 44 da Ed. 36 de Brasil Feminino.

Um cumprimento também ajudava a demarcar a presença integralista. A mão em riste com a saudação pela palavra “Anauê” assinalava os encontros. Simões chega a conclusões perspicazes quando descreve que o movimento fomentava a participação em seus eventos, criando uma ilusão de participação ativa, mesmo quando os presentes se colocavam apenas em posição de ouvintes. Dos militantes era exigida a vigilância constante da voz e do corpo. Os atos de sentar, levantar, erguer e abaixar o braço serviam como treinamento e preenchiam o tempo com ações. Já ao “Chefe Nacional” eram concedidos plenos poderes, falando ou interrompendo quando sentisse necessidade (SIMÕES, 2009, p. 108).

O militante, absorvido pelos valores da obediência, do respeito à hierarquia, não tinha permissão para se manifestar sem prévia combinação. Nesses rituais, a resignação era tratada como um valor. Dessa forma, se estabelecia uma contínua reafirmação sobre o comportamento e os ideais morais da pessoa integralista criando, pela repetição, a sensação de familiaridade e pertencimento. Com o passar do tempo, era esperado que a carga dos símbolos se fortalecesse, preenchendo todos os espaços, criando tecnologias que visavam abarcar a subjetividade de seus adeptos. A ritualização constante da vida se estendia do âmbito público para o privado, dos costumes religiosos para os seculares, preparando um terreno fértil para oferecer o argumento salvacionista. O uso do uniforme, por exemplo, era obrigatório para todos que ocupassem cargos no movimento. Aos demais era exigida apenas a camisa e, posteriormente a blusa, para concentrações e desfiles (SIMÕES, 2009, p. 89). No entanto não era incomum que se fizesse uso do uniforme em situações desobrigadas, o que demonstra que a proposta lograva sucesso ao se mesclar no cotidiano de seus adeptos.

Além de Plínio Salgado, outros dois líderes são frequentemente apontados como principais responsáveis pela elaboração teórica do integralismo. São eles Gustavo Barroso e Miguel Reale. Gustavo Barroso foi advogado e jornalista, sua militância não impediu que se tornasse membro da Academia Brasileira de Letras. Na AIB, foi comandante geral da milícia e membro do Conselho Superior. Seus posicionamentos pregavam um antissemitismo extremo, chegando a ser mais relacionado ao nazismo do que ao fascismo. Miguel Reale tinha, também, formação como advogado. Dedicou-se intensamente à elaboração teórica do integralismo e foi o maior responsável pela censura de textos e documentos dentro do movimento. Tornou-se, também, membro da Academia Brasileira de Letras em 1975. Por sua vez, estava mais ligado ao estudo das políticas fascistas de Espanha e Portugal. Essas três figuras vão ser reconhecidas, portanto, pela maior autoridade e produção de conteúdo sobre a doutrina. São eles que acabam encarnando o papel de intelectuais que produzem fontes para

se pensar essa sociedade desejada, integral, que surgiria a partir da revolução que o integralismo estava construindo. Eles compunham presenças importantes em eventos e na inauguração de núcleos pelo país. É a partir desse conjunto de intelectuais, que também era composto por muitos outros homens, e sua autoridade, que serão elaborados os fundamentos e propostas integralistas para se compreender a realidade brasileira e construir a imagem que representasse a nação.

A tarefa de tentar construir uma síntese do integralismo é, de fato, bastante densa. Para além da complexidade de ter se configurado enquanto doutrina, o movimento elaborou um volume de material expressivo e diversas táticas de ação política diferentes. Dando vazão, quase que literal, ao conceito de integralidade, elaboraram um sem fim ritualístico e teórico para guiar seus filiados à revolução que almejavam. Para tentar compreender o desfecho da AIB, me aproximo das conclusões de Marilena Chauí, quando aponta que talvez o maior erro estratégico do movimento tenha sido não se ocupar do “povo operário”. Para a estudiosa, o movimento dialogava com o “povo-classe média”. Embora em inúmeras vezes os discursos anunciem que se direcionam às classes baixas, acabam, de fato, emanando ideais a partir de um lugar de intelectualidade para uma classe média. Aprisionados à “imagens pequeno-burguesas do social e do político” (CHAUÍ, 1978, p. 122).

### **2.3. AIB e as mulheres**

Como não poderia deixar de ser, a AIB também possuía uma postura sobre o papel das mulheres. O ideal de feminilidade integralista foi muito reiterado em relação ao seu oposto, a masculinidade. E também em relação a outras performances de feminilidade, que o movimento rechaçava. Mesmo que o apelo ao reforço dessas performances apareça envolto em justificativas que aludem a uma suposta natureza dos papéis, o fato é que precisaram ser constantemente afirmados para se preencherem de sentido. Por esse viés, percebe-se que o interesse da AIB em dialogar com as mulheres não foi gratuito. Para além de pleitear um ideal de família, base da doutrina, o integralismo também ambicionou as eleições, chegando a vislumbrar a presidência da república. É só a partir desse momento que os discursos sobre o papel das mulheres dentro do movimento cresce exponencialmente e é regulamentado.

No ano de 1936, uma secretaria foi criada, ainda em agosto, para orientar e administrar as tarefas da mulher integralista. Tratava-se da SNAFP (Secretaria Nacional de

Arregimentação Feminina e Pliniana<sup>34</sup>). Chefiada por mulheres, e sob a administração de Irene de Freitas Henriques, a secretaria incluía os departamentos “feminino e pliniano” e publicava na revista muitas das ações organizadas pelas “blusas verdes”. Terminologia específica para as mulheres filiadas, essa nomenclatura fazia referência ao uniforme “feminino”, propondo um contraponto aos “camisas verdes” (filiados homens). Note que a secretaria também fazia alusão aos “plinianos”, consideradas todas as pessoas jovens brasileiras, até os 15 anos de idade. O fato de uma mesma secretaria reunir a juventude e as mulheres não ocorria de maneira injustificada, pois reforçava a conexão entre maternidade, educação e cuidado do lar enquanto tarefas primordiais da mulher. Mas esse assunto será melhor explorado nos parágrafos a seguir. No momento é importante informar que, de acordo com o regimento da SNAFP, o Departamento Feminino deveria orientar e controlar as atividades “femininas” do movimento, assim como disciplinar e educar a juventude, de modo a atingir seu aperfeiçoamento moral, intelectual e físico (SIMÕES, 2009, p. 152).



Figura 13 A revista também publica instruções sobre o uso do uniforme das "blusas verdes". Nessa página é possível acompanhar peças novas que são lançadas para uniforme de verão, acima, à esquerda e pela ilustração do chapéu. À direita, fica ilustração do uniforme de inverno. Brasil Feminino, Ed. 36, p. 38.

O Departamento Feminino da SNAFP era composto por cinco divisões: Expediente, Cultura Física, Educação, Estudos e Ação Social. Essas divisões dão um panorama do que o

<sup>34</sup> Ou “dos Plinianos”, ambas as grafias aparecem nas fontes.

partido compreendia enquanto propriedades da ação política das mulheres. Desde o sufrágio, as mulheres obviamente passaram a ser vistas pelos partidos enquanto eleitoras, o que modificou a postura da maioria das agremiações. O integralismo não só angariou um volume notável de filiadas, como entendia a importância de tornar sua participação algo relevante na organização do movimento, o que acabou sendo utilizado como um diferencial. A condição para o voto era que eleitores fossem alfabetizados. Num país de maioria analfabeta, as possibilidades de ampliação do eleitorado através da alfabetização eram significativas e essa se tornou a prioridade de ação para as mulheres integralistas. Logo, foram entregues às “blusas verdes” as tarefas relacionadas à educação, saúde e ação social e, conforme demonstra Fagundes, “as ‘blusas-verdes’ atuaram como verdadeiras multiplicadoras de votos, principalmente nas tarefas educacionais, ou seja, nas escolas integralistas formando novos eleitores/alfabetizados” (FAGUNDES, 2009, p. 157).

De acordo com dados divulgados pelo movimento, mais de 100.000 mulheres chegaram a se filiar, atuando “como enfermeiras, professoras e visitadoras de bairros humildes, na obra social portentosa do movimento” (SALGADO, Plínio, 1937, *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro, Antunes, pp.48-49 apud POSSAS, 2012, p. 25). Assim, por um lado, a mulher integralista estava envolvida em projetos sociais de importância ímpar dentro do programa de poder do movimento. Por outro, havia a construção de um tipo de personalidade feminina a ser evitada, ou mesmo combatida. A mulher “materialista”, “amoral”, era uma figura encontrada nas propagandas, no rádio e no cinema. Descuidada das suas verdadeiras funções, a mulher que fosse independente e trabalhadora poderia influenciar a crise que ameaçava a estrutura familiar. Como se nota, a ameaça de crise rondava os papéis da “blusa verde”, da mesma forma que a estratégia discursiva era utilizada em demais aspectos da doutrina. O contraponto de salvaguarda criado pelo movimento, portanto, se baseava na imagem de mulher que fosse esposa, mãe e dona de casa (SANTORUM, 2018, p. 92, 93). Em trecho do *Schema das teses a serem desenvolvidas pelas Blusas Verdes em todos os núcleos da AIB*, documento base divulgado em diversos canais da imprensa integralista, inclusive em *Brasil Feminino*, os temas destinados às mulheres eram muitos. Dentre eles, o combate aos hábitos compreendidos como degeneradores do espírito:

Que deverá fazer a mulher para retomar o espírito cristão?

Elevar, cada vez mais, os valores do Espírito; combater todas as formas do materialismo, a decadência dos costumes, lutando pela moralização da sociedade; combater a ostentação e o luxo que estão acendendo a colera das massas operárias, combater o egoísmo e o comodismo burguezes, os futeis orgulhos, os preconceitos

de uma civilização cruel para com os humildes; valorizar, acima de todas as qualidades, o valor do caráter; ensinar às crianças o culto dos heróis; restaurar a verdade sobre a mentira contemporânea; elevar a dignidade do lar, enaltecer as virtudes domésticas; incrementar a bondade, a compaixão, a solidariedade humanas sob todas as formas; inculcar, no meio em que vive, o culto de Deus e da Pátria (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 54).

Dessa maneira, a AIB ofertava à mulher uma possibilidade complexa de inserir no ambiente da militância política e participar ativamente do projeto. Simultaneamente, resguardava, em primeiro lugar, suas funções dentro de um lar reivindicado como tradicional. Enquanto se mantivesse fiel aos preceitos integralistas, a “blusa verde” estaria livre da influência materialista. Para orientar as militantes pelo caminho da revolução espiritual, a AIB se mantinha produzindo e publicando uma ampla quantidade de discursos sobre como e onde atuar. Por isso que, desde a organização da SNAFP, os eventos das mulheres envolviam atividades muito diversas, tais como aulas de ginástica, prática esportiva, alfabetização, enfermagem, puericultura, datilografia, culinária, corte e costura, boas maneiras, contabilidade caseira e economia doméstica (POSSAS, 2004, p.266). Simões mostra que as atividades culturais eram organizadas por meio das ações da Divisão de Estudos e da Divisão de Educação, setores importantes e atuantes da SNAFP. Essas divisões também promoveram cursos especializados em amplas áreas de humanidades, além de instrumentalizar alfabetizadoras e professoras<sup>35</sup> (SIMÕES, 2009, p. 165).

A SNAFP também se empenhou em projetar ocupações para a vida pública e privada das “blusas verdes”, a exemplo do que consta em outro trecho do *Schema das Teses*. O documento menciona as possibilidades de carreiras autorizadas para “a mulher”, categoria que possui “deveres de seu sexo e direitos de sua vocação”. Mencionando as possibilidades de ocupação apontadas, a mulher poderia, portanto, ser “cientista, artista, escritora, técnica e representar politicamente sua classe desde que tenha aptidões e vocação para tal, nunca, porém, deixando de cumprir os deveres inerentes ao seu estado” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 54).

---

<sup>35</sup> A autora ainda menciona mais especificamente as áreas de formação proporcionadas pela Divisão de Estudos, como sociologia, psicologia e pedagogia, conferências sobre economia social, geografia humana, literatura, arte e formação moral e cívica, economia social, geografia humana, literatura, arte e formação moral e cívica, sociologia, Filosofia e Pedagogia, além de promover conferências sobre Economia Social, Geografia Humana, Literatura, Arte e Formação Moral e Cívica. A Divisão de Educação, por sua vez, deveria orientar as atividades femininas não apenas nos setores de Alfabetização e Enfermagem, mas também Puericultura, Datilografia, Culinária, Corte e Costura, Boas maneiras e Contabilidade Caseira e Economia Doméstica (SIMÕES, 2009, p. 165).

Ao observarmos a preocupação com as tarefas ditas femininas, é possível notar que a modernidade também simbolizou valores em disputa para a AIB. Embora alguns trabalhos a mencionem como propagadora de uma doutrina antimoderna e o próprio movimento tenha se posicionado dessa maneira em certos momentos, ao observar com atenção, também percebe-se que o ideal de modernidade era levantado em momentos estratégicos. É de se esperar que, diferente das vezes em que elegemos conceitos para serem explorados em trabalhos acadêmicos, a linguagem política panfletária não se utilize de rigidez conceitual para trabalhar com as ideias. Os usos políticos da modernidade e daquilo que pode ser considerado moderno, seja na imprensa ou em outros veículos, possuía significados mais informais e flexíveis. Era possível, por exemplo, fazer uma aproximação com a modernidade na medida em se fazia necessário comunicar sobre projetos ideais de nação e de futuro relacionados ao progresso. Àquilo que é bom e evoluído. Então, se, por um lado, a construção do discurso do movimento renegava o homem e a mulher modernos, da capital, influenciados por ideologias materialistas, elevando à figura de herói a pessoa humilde, do interior do país, com sua herança indígena, cabocla. Por outro, disputava um lugar na modernidade influenciando as pessoas a se engajarem no seu projeto elaborado de nação, revolução e futuro, ou o “devir” mencionado anteriormente.

O trabalho de Natalia Cruz, por exemplo, mostra como a construção da nação integral mistura aspectos modernos e tradicionais no discurso, pois propõe um planejamento social para atingir seus objetivos (CRUZ, 2004, s/p.). Assim, é possível formular uma ideia complexa e dinâmica da relação do integralismo com o ideal de modernidade. Entre afastamentos e aproximações, o trabalho de Lídia Possas converge nessa direção quando mostra como uma das motivações descobertas em sua pesquisa para que as mulheres se engajassem no integralismo era “*pela possibilidade de viver algo ‘novo’, ‘moderno’, diferente*” (POSSAS, 2004, p.267). As figuras femininas amplamente representadas no rádio e no cinema durante a década de 1930 estavam engajadas em aventuras modernas e representavam possibilidades diversas de experiências. E diante desse cenário, em uma sociedade que efetivamente oferecia possibilidades limitadas de positivação, o integralismo ofertava participação coletiva, visibilidade e engajamento político sem desestruturar ou ameaçar os papéis tradicionais que uma mulher poderia operar (POSSAS, 2004, p. 275). Nas palavras de Plínio Salgado: “[...] quando a futilidade, o materialismo, o luxo, o cosmopolitismo, o comodismo, a indiferença degradam a mulher, temos uma Patria

degradada, um Povo incapaz de sacrificio, um pais sem heróis e uma história nacional sem beleza” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 36/37?).

Nesse sentido, o discurso conservador se encaixava em projetos pessoais de mulheres sem que ameaçasse as relações de poder da época. As integralistas passavam a mensagem de que era possível ocupar espaços públicos com toda a segurança que um movimento conservador, religioso e voltado para a família propiciava. Assim, as instituições e estruturas permaneciam seguras. Em crônica da secretária Irene de Freitas, é possível perceber como a modernidade pode representar o mal, desde que atrelada às influências materialistas. Seu texto aborda o quanto o progresso e a modernidade representam a evolução dos saberes da sociedade, no entanto, esse progresso, que toma um ritmo vertiginoso no texto, traz também “moléstias da alma”. Citando o “Chefe Nacional”, descreve como a morte do espírito determina o império do materialismo e essa morte espiritual é representada pelo comentário de uma jovem “modestamente trajada” caminhando na rua. A autora reproduz, então, contexto e palavras da jovem:

“A mocinha, em exaltação notável, sem poder conter a vontade de expansão da impressão que lhe produzia aquele espectáculo, voltando-se para a sua companheira exclamou; ‘Que linda, mamãe! Só vale a pena viver, quem pode se vestir assim!’” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 27). Irene de Freitas aproveita o comentário de rua para descrever os males da sociedade contemporânea, espaço em que uma jovem de 16 anos “considera a finalidade unica da vida, o gozo de ostentar o luxo de um vestido”. Para a integralista, esse não é um quadro isolado, mas um atestado da mentalidade das pessoas, que estão perdendo a civilidade em nome do materialismo (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 27). O integralismo, nesse caso, é apresentado como um antídoto desses males que afligem a sociedade. O materialismo, por outro lado, é tão repetidamente mencionado e tão carregado de diferentes sentidos, para diferentes situações e ideologias, que acaba servindo para descrever todas as mentalidades que entrem em discordância com a doutrina. De qualquer maneira, é a fé e a espiritualidade que guiam o integralismo enquanto uma resposta uníssona para a sociedade, já que é propagandeado como “o maior movimento revolucionario já processado sobre a face da terra” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 27). Ocorre que esse ideal de modernidade não poderia ser manchado por sentimentos individualistas ou materialistas, de acordo com o que a doutrina combateu por toda a sua elaboração.

De fato, as propostas de atividades oferecidas às mulheres integralistas sob o escudo do movimento eram diversas. Apesar do discurso que reforçava a maternidade como atividade primordial, as dinâmicas concretas de movimentação do corpo das “blusas verdes” ia além da preocupação com a saúde física. Outras missões envolviam locomoção e energia de movimento das militantes. Além de serem responsáveis por núcleos das SNAFPs, algumas mulheres eram escolhidas para levar a doutrina até o interior dos estados. Chamadas de “bandeirantes”, se tornavam responsáveis por aprimorar a formação de outras filiais. Uma questão muito importante para o partido, o cargo constava em fortalecer a ideia de “blusas verdes” politicamente atuantes (SIMÕES, 2011, p.8). Assim, com a organização de atividades físicas, ações sociais e projetos educacionais, a agenda política das integralistas era preenchida de acontecimentos que não costumavam ser ofertados por outras agremiações ou mesmo instituições governamentais. A orientação para a construção de uma nação culta passava pela negação dos hábitos associados às ideologias materialistas. Tabagismo, consumo de álcool, atitudes que pudessem ser consideradas cosmopolitas eram combatidas. Em contraposição, a AIB alicerçava e tentava ofertar caminhos para uma existência que julgava útil ao país, apelava à inteligência “para que pudesse ocupar uma posição de destaque na sociedade” (FERREIRA, 2017, p. 13). Então, para os objetivos discursivos da AIB, não bastava apenas realizar as ações de assistencialismo social, era proveitoso também divulgar na “imprensa verde”, com a devida orientação e grandeza de descrição, todos os acontecimentos que os membros do partido achassem dignos de campanha.

#### **2.4. Integralismo, imprensa e *Brasil Feminino***

A imprensa produzida dentro da AIB exerceu um papel histórico relevante. Não só porque foi um importante veículo escolhido para divulgação da doutrina, mas também porque, devido ao volume e diversidade de periódicos, legou à posteridade uma quantidade expressiva de fontes.

Já no primeiro congresso da AIB, aquele ocorrido em Vitória em 1934, foi criado o Departamento Nacional de Propaganda. No ano seguinte, o departamento mudou para Secretaria Nacional de Propaganda (SNP). O, então, movimento revolucionário se preocupava com a expansão da doutrina e, portanto, desde cedo, em organizar a mensagem relacionada a ele. Ao consultar o regulamento da secretaria, Bulhões mostra que a propaganda era parte fundamental do plano para conquista de adeptos. Nesse primeiro momento, a SNP se configurava como uma secretaria nacional que centralizava as atividades a nível estadual,

municipal e distrital (BULHÕES, 2007, p.26). Dentre os diversos departamentos englobados na SNP, constava um para propaganda doutrinária e outro para a imprensa. Através da propaganda, o integralismo não buscava apenas atrair interessados, mas “educar” os brasileiros sobre a doutrina, mostrar as soluções para o problema da pátria (BULHÕES, 2007, p. 22).

O ano de 1935 foi importante para a imprensa e propaganda política do país porque contou com a expansão do fotojornalismo, angariando mudanças significativas em seus métodos. Assim, a preocupação da AIB com a imprensa foi, com o passar do tempo, ganhando maior estrutura para administrá-la e controlá-la, aderindo às novas técnicas. Através do departamento de imprensa, o movimento monitorava os textos produzidos a seu respeito dentro e fora da “imprensa verde”<sup>36</sup>. Auxiliava na elaboração de textos e imagens e ajudava a buscar por patrocínio para os periódicos (BULHÕES, 2007, p. 32). Essa crescente movimentação fez com que, ainda em 1935, fosse criado um consórcio jornalístico chamado de *Sigma-Jornaes Reunidos*, que demarcava as publicações integralistas, chegando a propagandear a existência de 88 jornais filiados e subordinados à Secretaria Nacional de Propaganda. Esse conglomerado não possuía um logo, nem fazia de sua filiação algo obrigatório para os periódicos integralistas. Ainda assim, foi o número expressivo de periódicos indicados como associados que fez com que a SNP, sobrecarregada, precisasse abrir mão do controle das informações relacionadas à imprensa.

Então, em junho de 1936, é criada a Secretaria Nacional de Imprensa (SNI), bem como as Comissões de Imprensa (BARBOSA, 2006, p. 77). Um fato curioso sobre a organização de *Brasil Feminino* aparece, no entanto, logo em seu retorno. Quando a edição de reinauguração é publicada, demarca que era “editada pela ‘Organização Publicitaria Tupan Limitada’”, sem mencionar o *Sigma Jornaes*. Sua contracapa propagandeia “mais de 150 jornais, semanarios, quinzenarios, mensarios e periodicos!...” (BRASIL FEMININO, Ed. 36) administrados pela organização publicitaria, incluindo em seu escopo a revista *Anauê!*. Já, segundo Fiorucci (2014, p. 61), os anúncios da revista *Anauê!* mencionavam participação do *Sigma-Jornaes*, o que coloca um grande ponto de interrogação sobre a organização, já que os demais trabalhos sobre imprensa integralista não mencionam a “Tupan Ltda”.

Mesmo que efetivamente desorganizados, a preocupação minuciosa com o ordenamento hierárquico dos departamentos e secretarias é um assunto recorrente nas pesquisas sobre

---

<sup>36</sup> Monitorando inclusive o que os demais veículos da imprensa publicavam sobre o assunto.

imprensa integralista. A constante reiteração de uma ideia de uniformidade, ou integralidade do movimento, carrega a tônica de organização dos partidos fascistas europeus. Em busca desse senso de organização, um projeto de censura se estendia por quase todos os departamentos existentes (BULHÕES, 2007, p.33). Tanto nos trabalhos de Simões (2009) quanto de Fiorucci (2014), é destacada a importância da reiteração do ideal de consenso. Nomeio de reiteração porque esse era o esforço dispendido pelo movimento, mas não significava sucesso no controle absoluto do que era veiculado. O objetivo estava em fazer chegar aos militantes mais distantes a mesma linha editorial que era elaborada pelos dirigentes entre Rio de Janeiro e São Paulo, mas esse objetivo não era facilmente realizável.

Para reforçar esse ideal, a SNI tinha o poder de cassar os órgãos e as comissões de imprensa tinham a função de censurar e selecionar todo texto de caráter doutrinário ou partidário. Ao fim do processo, era possível que os textos encaminhados para divulgação passassem por análise do próprio “Chefe Nacional”. Mas a efetivação de uma censura sobre o território de um país como o Brasil obviamente não era tarefa simples. O complexo jornalístico integralista era, em realidade, difuso. Cada veículo deveria se organizar como fosse possível, contando com a iniciativa dos militantes e normalmente não recebiam subsídios do partido. Assim, as possibilidades de publicação se adequavam à realidade local, às iniciativas particulares, embora precisassem seguir normativas nacionais.

Dessa forma, é possível concluir que a imprensa integralista não possuía uma estrutura tão sólida quanto propagada. E as pesquisas que elaboram conclusões a partir dos dados divulgados pelos próprios veículos integralistas, se não tomarem cuidado, podem acabar reproduzindo um ideal de propaganda que o partido elaborou como ferramenta de campanha. De fato, não há conclusões simples de se elaborar, pois o número de periódicos doutrinários foi expressivo. Se, por um lado, a estrutura montada para a imprensa não pode ser considerada pequena ou artesanal, também não chegou ao nível de um conglomerado empresarial. E o conteúdo publicado de seus posicionamentos denunciava o quanto as estratégias políticas eram flexíveis. Ao longo dos anos, a AIB transitou da postura revolucionária para aliada, conforme a necessidade surgia. As táticas de divulgação, portanto, também se modificaram, modificando a imprensa integralista como um todo. Mesmo com as diferentes táticas, na medida em que sua pesquisa avança, Fiorucci reafirma o quanto, por maior que fosse a iniciativa periodista e por mais que exaltasse o poder de suas publicações, a leitura dos jornais integralistas se limitava à comunidade filiada e simpatizante (FIORUCCI, 2014, p. 62).

O autor chega a nomear a imprensa integralista como frágil, já que poucas publicações mais bem organizadas é que se faziam circular e eram reproduzidas com mais solidez pelo país. Também mostra como é importante considerar o cuidado ao se pensar na empreitada integralista como imprensa de massa porque o Brasil ainda era uma sociedade majoritariamente rural naquele momento, e não uma sociedade massas. Assim, arrisco nomear o ideal integralista enquanto um projeto de massa pensado para a imprensa, que poderia vir a se concretizar caso o partido tivesse alcançado o poder, o que não ocorreu. Fiorucci vai um tanto mais longe ao mostrar como, nas fontes analisadas, nem as lideranças do movimento atingiram plena satisfação com seus números, pois o demonstravam em comentários publicados constantemente, além dos periódicos serem interrompidos e descontinuados com frequência. Esses fatos, no entanto, foram encontrados mediante uma análise mais extensa de suas fontes. O que não impediu que, ao longo das publicações, os próprios militantes tenham engrandecido seus resultados e tentado aprimorar seus métodos num exercício de fortalecimento do discurso de propaganda: “[...] não apenas a revista *Anauê!*, como toda imprensa verde, não obteve sucesso junto a público ampliado, fato reconhecido inclusive por seus líderes, como ficou explícito no Congresso de Imprensa Integralista” (FIORUCCI, 2014, p. 121).

Ainda assim, de todos os periódicos que chegaram a circular, alguns possuem uma trajetória mais significativa. É o caso da revista ilustrada *Anauê!*, recém mencionada. Do jornal *A Offensiva*, orientado e posteriormente dirigido por Plínio Salgado até sua campanha presidencial. Do jornal *Acção*, dirigido por Miguel Reale e também do *Século XX*, de Gustavo Barroso<sup>37</sup>. Além desses, o *Monitor Integralista* dava o tom de homogeneização da imprensa, pois circulava como um informativo no país todo. Nesse universo, *Brasil Feminino* é por vezes lembrada como uma revista importante do movimento. Isso provavelmente ocorre devido à estrutura que possuía antes de aderir à militância, já que suas publicações voltadas para a AIB foram muito poucas, apenas 4 localizadas. Isso não impediu, no entanto, que a revista ficasse conhecida na posteridade mais por sua cooperação com o integralismo do pela trajetória anterior.

---

<sup>37</sup> Em sua tese de doutorado, Fiorucci conclui que os dois periódicos mais originais, em termos de autoria e teoria, da imprensa integralista são os dirigidos por Miguel Reale e Gustavo Barroso. Reale, enquanto principal teórico do movimento, buscou dar sua cara ao seu jornal, focando bastante na teoria corporativista-sindicalista do Estado Integral. Já Barroso usou o *Século XX* para estampar na história da AIB uma faceta antisemita (FIORUCCI, 2014, p. 62).

Independente das conclusões que se tire da grandeza e real solidez do aparato de imprensa do movimento, não se pode negar que foi uma aposta importante na popularização da doutrina. A motivação por trás dessa aposta estava no papel educador que a imprensa possibilitava direcionar à população, especialmente a considerada menos culta. E essa mensagem, que era educacional, que pretendia orientar a nação, não encontraria outros meios mais fáceis do que a mídia impressa para circular. O rádio, como vimos no início desse trabalho, não era um veículo tão estruturado ou popular. Para solucionar a comunicação que julgavam necessária, com uma população que não sabia ler ou escrever, a AIB deu muita atenção à elaboração da imagem. Simões mostra entrevista de Ernani Bruno, Secretário de Doutrina e Estudos, em que ele declara acreditar que o homem do povo não possuía livros, mas lia o jornal (SIMÕES, 2009, p. 31). Dessa forma, o uso da fotografia se tornou um importante canal de comunicação da imprensa integralista no intento de acessar mais pessoas.



Figura 14 Embora não sejam as imagens mais veiculadas na revista, quando aparecem, os eventos integralistas são representados em fotografias que transmitem sentimentos como pujança e grandeza. A ordenação dos braços em saudação e a quantidade de pessoas capturadas nessa fotografia denunciam tal intencionalidade. Ed. 37, p. 29.

Durante todo o século XX, mas especialmente em sua primeira metade, a fotografia era não apenas uma raridade, como sua elaboração ganhava tons de momento solene. As máquinas fotográficas eram escassas, seu material era caro e o cerimonial envolto no momento da fotografia tinha uma grande carga simbólica. As imagens possuíam, como ainda possuem, um apelo sensorial e emotivo significativo. Na década de 1930 a foto muitas vezes

era entendida enquanto captura da realidade, ou mesmo prova dos acontecimentos. O movimento integralista tinha consciência desse efeito e tentava transmitir a grandeza de suas reuniões através de fotos escolhidas e amplamente divulgadas. Sentimentos como surpresa e pujança eram mobilizados nos leitores através dessas mensagens (BULHÕES, 2007, p. 55, 56). Além da grandeza do movimento, as imagens serviram para reforçar símbolos patrióticos ou religiosos. A repetição com que as imagens circulam também vem carregada de intencionalidade, criando um cotidiano familiar:

Desse modo, um cotidiano é “inventado” por meio de textos e fotografias, levando o leitor a compreender o dia a dia integralista como uma seqüência frenética de eventos, grandiosos ou restritos aos núcleos, e de uma militância constantemente em movimento. Esta realidade construída pela repetição e frequência de fotografias semelhantes foi reforçada pela afirmação constante de que a fotografia era a “prova” desta realidade, era a “evidência esmagadora” dos seus atos, naturalizando uma determinada forma de ver e compreender o mundo (BULHÕES, 2007, 165, 166).

Ao longo de sua pesquisa, Bulhões conseguiu observar, por exemplo, que, dentre os periódicos integralistas, a revista *Anauê!* era a que possuía uma intenção mais focada na imagem do sujeito, apostando na identificação da pessoa leitora com as pessoas que apareciam nas fotografias. Já no período em que iniciaram campanha eleitoral, sempre marcante no material deixado pelo movimento, Bulhões afirma ter se impactado com a argumentação organizada em torno da construção de uma legitimidade para participar do jogo democrático. Nesse sentido, mostra como as fotografias foram utilizadas para comprovar o comprometimento com o movimento que, agora, se denominava pró-democracia. Mesmo que desde o seu manifesto de fundação conclamasse pelo fim dos partidos e não desistisse nunca do combate aos comunistas.

Tomando para mim as observações da autora e fazendo desse um olhar mais atento nas imagens de *Brasil Feminino*, é possível notar que uma estratégia semelhante à de *Anauê!* foi adotada nas páginas dedicadas à propaganda explícita do movimento, mas dessa vez voltado às mulheres especificamente. O grande foco de BF está nas fotografias das integralistas que são muito reproduzidas. E com menos frequência se vê as reuniões e muito menos os desfiles e eventos de maior grandeza. Além disso, pelo momento em que são publicadas, as páginas de BF tem o foco voltado à estratégia eleitoral. Portanto, não se percebe o registro de mudança na abordagem militante visando eleições, já que recebeu patrocínio, muito provavelmente, para que reforçasse justamente esses objetivos desde o início de sua conversão.



Figura 15 Colagem elaborada com as páginas 34 e 37 da Ed. 36 de Brasil Feminino. A “blusa verde” em destaque na segunda página da colagem é Carmella P. Salgado, esposa de Plínio Salgado.

Portanto, se a imagem buscava comunicação com a população mais humilde, até a que não soubesse ler, a imprensa, como um todo, tinha a ampla tarefa de falar às pessoas consideradas menos cultas. Assim o fazia como quem lidera, mostra o caminho da instrução, da evolução cultural e espiritual. Os intelectuais integralistas absorviam tanto funções na administração da AIB, como eram simultaneamente responsáveis por produzir o material publicado em revistas e jornais. A base formada por líderes integralistas contava com advogados, jornalistas, escritores, médicos, professores, militares, empresários, etc. Ao fim e ao cabo, todos os projetos arquitetados pela AIB caminham na direção de um ideal de doutrinação das massas, de conversão das ideias.

O apelo ao ideal de nação que aparecia na imprensa brasileira da primeira metade do século XX não estava, como já explorado, ausente do projeto da AIB. Se por um lado, como já mencionado, os integralistas conclamavam por um discurso antimoderno, no sentido de negar influências estrangeiras e materialistas. Por outro, o discurso mudava quando se fazia necessária a defesa da indústria e da concorrência típica do capitalismo de mercado. E essa contradição não estava apenas nos valores propagados, ora reafirmando a promessa de futuro, ora recorrendo à imagem da tradição. Também se encontrava na estrutura dos periódicos existentes, já que a revista *Anauê!*, “cravada na memória dos integralistas como a principal publicação popular da AIB”, pode ser definida como utilizadora dos métodos modernos de jornalismo para transmitir o discurso (FIORUCCI, 2014, p. 85). Compreendo que o mesmo

pode ser dito sobre *Brasil Feminino*, com a diferença de que já contava com uma estrutura pronta que não precisava ser erguida ou inventada para suprir essa demanda. Sua história, no entanto, é bastante particular na trajetória da imprensa integralista, pois sua adesão à AIB ocorre de maneira diferente das demais. A começar pela maneira como se converte em militante, ao que tudo indica, tendo patrocinadas as suas despesas editoriais, fugindo da proposta do partido.

### CAPÍTULO III:

#### BRADAR O ANAUÊ PELA MANUTENÇÃO DA REVISTA: *Brasil Feminino* vira imprensa doutrinária

##### 3.1. O retorno

Mesmo antes da adesão de *Brasil Feminino* à causa, a AIB já havia criado uma coluna no jornal *A Offensiva*, chamada de *Página da Blusa Verde*<sup>38</sup> em que os textos eram, em sua maioria, escritos por mulheres, dentre elas, Iveta Ribeiro. A partir do mês de Maio de 1937, uma ênfase muito maior na comunicação com a mulher integralista seria feita por conta da revista. Ao que tudo indica, sua chegada parece ter sido anunciada em diversos veículos. Segundo Simões, o jornal *A Offensiva* anunciou que a revista *Brasil Feminino* voltaria a ser publicada no dia 15 de maio, em seu n. 35, aderindo ao integralismo e reaparecendo como “órgão independente” da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SIMÕES, 2009, p. 72). Simões explica como o anúncio feito nas páginas do jornal falava sobre uma aproximação com a mulher integralista, além de visar expansão da doutrina por outros países, devido à circulação de BF.

Conforme apontado no primeiro capítulo, em sua primeira fase de circulação, *Brasil Feminino* foi adquirindo contatos para circular além das fronteiras brasileiras. Esse foi um tipo de cosmopolitismo que coube muito bem à da doutrina, pois não suscitava maiores polêmicas. Pelo contrário, auxiliaria na divulgação das ideias. Em realidade, a imprensa integralista buscou diferentes métodos de trabalho e recebeu orientações para engrandecer o movimento com textos mais atraentes e chamativos por ocasião das disputas eleitorais. A adesão por essa revista surge, então, como uma dessas alternativas que implicava em diferentes métodos de trabalho para expandir a popularidade da doutrina (FIORUCCI, 2014, p. 112). Ao descrever BF, Fiorucci a nomeia como “a revista de circulação regional de mais destaque” para a AIB e também destaca como o periódico era dotado do que chama de um caráter “moralista cristão e nacionalista” desde antes de sua conversão. Embora a análise mais apurada de seu conteúdo, executada no primeiro capítulo dessa pesquisa, não permita uma

---

<sup>38</sup> A primeira vez que surge é no n. 284, de 13 de setembro de 1936, p. 14, em uma nota que destaca o preenchimento de uma lacuna, orientando as “companheiras” sobre a sua ação em prol da causa integralista e servindo de estímulo, segundo Irene de Freitas Henriques, a um trabalho mais “pertinaz e ardoroso”, “despertando-lhe o espírito de iniciativa e cultivando-lhe a perseverança” (SIMÕES, 2009, p. 65). A autora também nomeia algumas integralistas que, além de Iveta, contribuem para a coluna: Marietta Kendall, Edith Monteiro, Virginia Portella Ottoni, Miris Wanderley, Doroteia Maria de Aguiar, Cecy Tolentino de Souza, Maria Paraguassu, Henriqueta Miranda D'Abreu.

definição tão simplista. Apesar de conservadora, BF tinha abordagens complexas e propiciava espaço para diferentes perspectivas políticas. Mas um comentário a mais precisa ser feito sobre o tema de sua conversão em revista doutrinária. Pois Fiorucci (2014, p. 73) vai além da conclusão de que a revista era uma tentativa de comunicação com as “blusas verdes” e simpatizantes. Para o autor, esse também foi um momento de “reação de setores conservadores diante dos novos ares cosmopolitas que atingiam a capital da República”. Da mesma forma, entende a investida como uma reação às mudanças comportamentais que estavam se alastrando pelas capitais, motivadas pelo modelo de desenvolvimento econômico que então começava a ser estimulado.

De qualquer forma, sempre que mencionado, o retorno de *Brasil Feminino* ao mercado editorial é relacionado às dificuldades financeiras da revista que teriam sido quitadas pela AIB. Virgínia Mancilha, em seu trabalho, levanta a hipótese de que “sua dívida teria sido quitada por Plínio Salgado, em troca de uma nova postura por parte da publicação feminina” (MANCILHA, 2011, s/p.). Ao mencionar a estratégia elaborada pelo integralismo, Simões aponta como Plínio Salgado percebeu que a revista seria um bom veículo de comunicação com as mulheres, especialmente as leitoras que não tivessem aderido ao movimento. A autora encontrou anúncios de propaganda do novo empreendimento do *Sigma-Associados*, em que se percebe a utilização do argumento de que a revista era a “única do Brasil exclusivamente dirigida, colaborada, e ilustrada por senhoras intellectuaes e artistas” (A Offensiva, Rio de Janeiro, ano IV, n. 483, p. 15, 9 maio 1937 apud SIMÕES, 2011, p. 14). Essas conclusões são bastante coerentes e, de fato, é vantajoso à AIB que se una ao editorial de BF para expansão de seus propósitos, principalmente os relacionados ao pleito eleitoral. No entanto, é possível perceber, numa leitura atenta da fonte, que Iveta Ribeiro dedica agradecimentos a outra pessoa na segunda edição da revista integralista. No texto intitulado *Cumprindo um dever*, a diretora fala sobre suas intenções desde o surgimento da revista, bem como das dificuldades em manter-se publicando. Da inconstância nas publicações e de como, ainda assim, se manteve ativa por cinco anos. Por fim, expõe o caminho de seu último retorno, com patrocínio da AIB:

[...] que todos os brasileiros que respeitam e admiram a mentalidade da moderna mulher do Brasil, agradeçam, comigo, áquela que deu a B. F. o elemento preciosíssimo para a realização de seu ideal construtor, dizendo todos, em unísono:

— Obrigado, D. CARMELLA PATTI SALGADO, digna esposa do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira, por terdes sido a intermediária do ato que garantiu ao Brasil a continuidade da primasia de possuir a mais completa e verdadeira revista feminina da America!... (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 5).

O agradecimento direto à Carmella Salgado indica que foi através da esposa de Plínio que o patrocínio surgiu como alternativa. Assim seriam, em realidade, redes de mulheres que teriam intermediado e buscado pela possibilidade de sobrevivência de *Brasil Feminino*, e não a AIB que procurou pela revista para representá-la. Esse pequeno agradecimento é capaz de indicar como o interesse inicial da conversão política é provavelmente uma iniciativa da própria Iveta. A escritora utiliza suas relações para encontrar alternativas de manutenção daquilo que se mostra como seu projeto de vida. O que ajuda a complexificar, em parte, a maneira como enxergamos a agência das mulheres dentro do movimento integralista.

*Brasil Feminino* utilizou seus editoriais e, principalmente, as colunas de Iveta Ribeiro, desde o início de sua fundação, para explorar a dificuldade que tinha em se manter sendo publicada. Em angariar patrocínio e em continuar, principalmente, uma revista que era iniciativa de mulheres para tratar da “cultura feminina” do país. E de fato, o conteúdo da revista se esforçava em ser atrativo, mas não tinha uma postura comercial mais agressiva. Num geral, estudos sobre a imprensa integralista demonstram como a abordagem dos militantes tinha pouca variação lúdica e até mesmo poucos recursos financeiros para sua expansão. É interessante para a AIB que BF ganhe patrocínio para expandir o alcance e talvez suprir essa demanda, aproveitando uma larga experiência em comunicação adquirida nos anos em que lutou para se manter ativa. Em sua segunda fase, as linhas editoriais buscaram, pelo menos aparentemente, permanecer com suas abordagens tratando de assuntos variados do cotidiano das mulheres. O plano de ação não foi alterado e continuou reforçando uma ideia de “feminismo racional”. A propaganda militante buscou se diluir pelas colunas que, embora fossem passíveis de alterações a cada edição e muito inconstantes, ainda tratavam de moda, cuidados do lar, atividades culturais do país e publicações de mulheres. No entanto, a propaganda integralista transformou completamente a revista e não utilizou de artifícios sutis para tanto.

Aparecendo com um novo estilo gráfico na capa, *Brasil Feminino* abre caminho a partir de uma imagem grande e enfática de sua postura integralista. Uma mulher jovem com o uniforme das “blusas verdes” eleva sua mão em saudação referente ao cumprimento “anauê” enquanto flamula em suas costas uma enorme bandeira com o “sigma”. Todos esses símbolos integralistas são organizados para deixar explícita a nova orientação da revista já em seu primeiro impacto. E esse impacto é reproduzido nas capas seguintes a que se tem acesso, sempre estampadas com um grande “sigma”.



Figura 16 Capas integralistas de Brasil Feminino. Ed. 35, 36 e 38.

O preço em que se colocava disponível continuava em conformidade com o mercado, embora um pouco mais barato do que antes. Em seu retorno, um número avulso, para o Brasil inteiro, custava 1\$500. A assinatura de doze meses, 25\$000, mesmo preço registrado ainda em 1935, na última edição a que tive acesso. Para os exemplares estrangeiros, o preço referente a um ano de edições era de 40\$000. Esses preços eram parecidos com os da revista *Anauê!* que, para o exterior, fornecia uma assinatura anual no valor de 35\$000, já sua distribuição nacional custava 25\$000, embora mantivesse pequenas diferenças de valores para diferentes regiões do país (FIORUCCI, 2014, p. 102).

Nesse novo momento, as atividades que foram retomadas com o patrocínio integralista não se restringiram às páginas da revista e possibilitaram também o retorno da programação de rádio. O programa *Da mulher e para a Mulher*, de Iveta, estaria disponível pela Rádio Transmissora Brasileira, das 5 e meia às 6 horas nas terças, quintas e sábado (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 33). E, conforme mencionado, a mudança não faz com que o programa de ação da revista seja modificado, mantendo, inclusive, o compromisso com o “feminismo racional”:

Reaparecendo esta revista, com as mesmas finalidades, mesmo programa de ação e mesmos característicos, porém como publicação oficiosa da Ação Integralista Brasileira, e como informador de todo o movimento das Secretarias de Arregimentação Feminina e Pliniana, por ordem do [sur.] Plínio Salgado, Chefe Nacional dos Integralistas (BRASIL FEMININO, ed. 35, p. 01).

Em realidade, todos os cinco pontos do programa de ação permanecem inalterados. Mas, desde sua fundação, Irene de Freitas Henriques exerceu grande influência sobre a

revista. Mesmo que não fossem diretamente militantes, é notório que os assuntos precisavam ser reafirmados como consonantes à visão da doutrina.

O ato de aderir determina geralmente, expectativa de duvida. Mas se em geral assim acontece, não o é, forçosamente, o caso do "BRASIL FEMININO", na sua adesão ao Integralismo.

Pelo seu passado pela sua orientação sempre nacionalista e pela sua vibrante campanha em favor do verdadeiro "feminismo", aquele jornal já o era, embora sem o compromisso que ora assume, um difundidor das idéas do Sigma.

Assim sendo e em consequencia, do cargo que exerço na A. I. B. felicito a direção do "BRASIL FEMININO" pelo seu gesto patriótico; e felicito outrosim as "Blusas-Verdes de todos os rincões da Patria, pela grande conquista que tiveram.

Pelo bem do Brasil

Anauê!

IRENE DE FREITAS HENRIQUES, Secretaria Nacional (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 29).

Percebe-se como o feminismo, representante temido do materialismo, das mulheres que desejavam tomar os papéis dos homens, poderia ser bem recebido, desde que “verdadeiro”, “racional”. Sob o comando de uma “blusa verde”, um veículo feminista como aquele estaria apto a representar os “verdadeiros” interesses das mulheres. O que, na prática, significou um retrocesso na abordagem dos discursos sobre os direitos civis. Ainda assim, o reforço de que a orientação feminista estaria mantida aparece também nas palavras de Iveta Ribeiro. Para a autora, a orientação feminista da revista não seria modificada, nem representaria contradição. Afinal, a defesa dos direitos das mulheres era reivindicada a partir de uma perspectiva conservadora, em que o feminismo não eximiria as mulheres de continuarem absolutamente atreladas a seus papéis de filha, espoa e mãe dentro dos núcleos familiares:

Sob a égide do Integralismo, Brasil Feminino continuará a construir a obra de sadio feminismo que vinha fazendo há tanto tempo. Não mudará de orientação, servindo a todo[s] os interesses da Mulher Brasileira, tecendo a luminosa rêde espiritual com que vem prendendo o espirito feminino de outros povos na mais linda expressão de fraternidade, sentindo-se, porém, mais apto, pela solidariedade integralista ao nobre gesto do Chefe, para melhor cumprir sua grandiosa missão (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 35).

Emblemático pensar como, em setembro do mesmo ano, a AIB acusou a criação do Partido Feminista em Minas Gerais de ter sido criado por ordem comunista, como um plano de corromper as mulheres de suas funções familiares. Naquele momento, as integralistas foram orientadas a se manifestar contra as lutas feministas, porque os direitos civis das mulheres não poderiam suplantam os direitos cristãos e nacionais (FIORUCCI, 2014, p.189). E ainda, como vimos, o espaço editorial de *Brasil Feminino* já havia defendido a criação de um

“partido feminino” anos antes. Assim, testemunhamos uma tentativa de adequar diferentes posturas ao raciocínio conservador de que os direitos das mulheres estavam mais associados ao seu papel no âmbito privado, aos cuidados da família. Dessa forma, o movimento criou espaços em que as mulheres que tomavam a voz, o faziam delimitando sempre e enfaticamente os deveres e limites da “blusa verde” (POSSAS, 2012, p. 27).

Em texto assinado por Ilka Ribeiro dos Santos, sob o título de *Para o Brasil Feminino*, a adesão da revista para a causa integralista é narrada, como que fazendo uma apresentação da novidade. A introdução do texto apela, em primeiro lugar, para o reforço da presença das mulheres, seja na história do país, seja na construção do futuro. As ações “da mulher”, sempre nobres e dignas, são comparadas ao passado da mineira Barbara Heleodora e sua participação na Inconfidência Mineira, às contribuições de Ana Neri na Guerra do Paraguai, e à memória de Benta Pereira e Mariana Barreto. Para falar do país, Ilka descreve como se vive, naquela época, “horas amargas, momentos cruentos, instantes decisivos da vida nacional”. Assim, apelando para o conhecido uso da crise e da ameaça enquanto sustentáculo de campanha, o destino do Brasil é mostrado como algo em aberto, em disputa. De um lado, estaria o “abismo [ad]iante, á noite caliginosa do comunismo nefando”. Já do outro lado, se encontraria a “busca da constelação admirável da espiritualidade sob a benção da enorme Cruz de Estrelas que Deus cravou no Céu do Brasil — o Integralismo”. A mulher, nessa encruzilhada, é apresentada como guardiã da honra e da dignidade, defensora do país contra os perigos que sondam a história, em luta “á sombra da bandeira azul e branca em pról do Brasil contra o anti-Brasil”. *Brasil Feminino* é apresentado, então, como o “algo” que faltava para que se cumprisse a “integração definitiva da mulher brasileira” no futuro almejado da nação (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 41).

Por óbvio que essa mudança de perspectiva política fez com que muitas das contribuintes que escreviam para *Brasil Feminino* se afastassem de suas colunas, deixando de escrever para um canal de propaganda de extrema-direita. Especialmente as famosas feministas mencionadas na primeira fase. O afastamento não atingiu, no entanto, a direção e principais secretárias da revista, pois permaneceram os nomes de Sylvia Patricia, Ernestina Lobo, Odeli Castelo Branco, a ilustradora que elaborou as capas impactantes da fase militante da revista, Tia Cuca, pseudônimo que assinava as páginas sobre os cuidados do lar. As páginas reservadas às correspondentes internacionais também mantiveram suas publicações, por vezes, em línguas estrangeiras, sem mencionar o grau de envolvimento das mesmas com a propaganda partidária. Assim, sobre essas correspondentes, não é possível perceber se tinham

consciência da mudança ou não. Nem todas, no entanto, escreviam do exterior, como é o caso da correspondente italiana Lina de Terzi, diretora da revista *Augusta* em SP. Ou da responsável por escrever *Página de Portugal*, a escritora e jornalista portuguesa Fernanda de Bastos Casimiro, mulheres que não se declaram integralistas e tampouco se incomodam com tal postura. Para dar conta dos eventos, informes e textos sobre a doutrina, a revista publica páginas assinadas por “blusas verdes” que são chamadas a contribuir devido à participação no partido.

Embora o enfoque dessa análise não esteja nas propagandas veiculadas, é importante salientar que, a partir do patrocínio da ação integralista, o número de páginas com propaganda de produtos, serviços e estabelecimentos se manteve proporcionalmente o mesmo. Assim, quando se dá atenção aos anúncios de propaganda é possível notar que fazem muita alusão a mensagens patrióticas e se direcionam com frequência a um público ufanista. O que mostra como o espaço de propaganda na revista, nessa fase, é quase que totalmente destinado a empresas e serviços de filiados, fortalecendo a rede de apoio militante. Em carta aberta destinada aos chefes municipais de todo o país, por exemplo, a Secretaria Nacional de Finanças (SNF) recomenda que comprem *cigarros Sigma* e *Pasta Anauê* para auxiliar o movimento, apelando ao espírito de solidariedade dos companheiros. A secretaria também informa ter elaborado uma etiqueta para sinalizar as embalagens e auxiliar na compra direcionada aos produtos feitos por integralistas:

Recomendo, pois, ao Companheiro que transmita aos demais Integralistas desse Nucleo, que devem preferir sempre os produtos que tenham colocada na parte externa a etiqueta com a frase "Trabalhae pelo bem do Brasil" escrita em diagonal num quadro que apresenta alegoria ao trabalho.

Quanto maior for o consumo de taes produtos, maior será o auxilio que a Secretaria Nacional de Finanças receberá de seus fabricantes, consequentemente, menor será o sacrificio pecuniario a ser exigido dos "camisas verdes" (BRASIL FEMININO, Ed. 35, 1937, p.13).

Todas as mudanças esperadas sobre a estrutura, patrocínio, continuidade e fortalecimento da revista, no entanto, não se fizeram concretas. Enquanto a edição número 36 correspondeu, conforme esperado, ao mês de junho, a edição número 37 surgiu apenas em setembro de 1937. O que demonstra interrupção de publicações num período importante de campanha. A justificativa para esse lapso provavelmente se deu por ruptura de relações com a “Empresa Publicitaria Tupan”. A partir daquele número, *Brasil Feminino* passaria a se responsabilizar apenas pelo que tivesse assinatura individual ou comercial de Iveta Ribeiro. E na página em que publica sua tradicional *De Início*, Iveta escreve um longo texto intitulado

*Lutar!* para tratar do assunto. A autora aborda, com traços de narrativa épica, a importância de se lutar pelos ideais.

Usando muitas metáforas de guerra, ela se dirige às leitoras destacando que, por mais que a mulher se sinta desencorajada, cansada, calada pelo desânimo, por mais que torça pelo descanso, há sempre uma voz que estimula a continuar. Usando imagens cristãs, faz um paralelo entre aqueles que lutam pelo que é belo e justo e os que então recebem recompensa divina. Aos poucos, fica mais explícita a referência que ela faz à própria história. A autora salienta que, para aquelas que acreditam, a vitória sempre é certa, que usar toda a sua força para criar “obra de beleza real que honra a tua pátria, a tua época e o teu sexo” e dedicar toda a juventude para um projeto dessa grandeza, traz, enfim, recompensa. Usa a imagem da coroa de louros em substituição a coroa de espinhos que tivera que carregar para, finalmente anunciar, “Por graça de Deus, ‘Brasil Feminino’ aqui esta!”. Numa alusão que só fica realmente explícita nas últimas linhas, a autora fala de sua própria batalha para manter a revista em funcionamento, e ainda menciona as dificuldades, ainda não muito nítidas, que levaram a esses últimos meses sem publicar e ao rompimento com a *Tupan* (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 05).

Esse texto, por si, revela o quanto o financiamento que a AIB proporciona à revista é, num primeiro momento, anunciado como uma salvaguarda, uma garantia frente aos empecilhos financeiros que a mantiveram, durante o ano de 1937, fora do mercado. Mas revela também que a transação não se efetivou conforme expectativa. O anúncio pelo resgate das atividades promovidas por Iveta é celebrado muitas vezes. No entanto, essa ruptura ocorrida com a empresa que cuidara da questão publicitária até o momento parece ter impactado a revista e suas relações de negócios e transações comerciais. A reforma administrativa do mês de setembro indica, então, novo gerente e novo diretor de publicidade, a quem devem se dirigir os anunciantes a partir daquele momento (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 01). A empresa publicitária, que anunciava ser também responsável por mais de uma centena de periódicos, agora se desligava de *Brasil Feminino*. Isso não significou, no entanto, uma ruptura com o partido, pois as duas publicações posteriores continuam com a mesma postura militante. Deixa, de qualquer forma, um evidente desentendimento nas negociações feitas até então.

Conforme mostramos em textos de Irene de Freitas e Iveta Ribeiro sobre essa adesão, existe um esforço para transformar o processo de BF numa revista militante como um

movimento natural, positivo, sem surpresas e bem vindo. Mas é possível notar em algumas correspondências de leitoras que não foi assim recebido por todas as pessoas. Uma das respostas, feita por Iveta Ribeiro, menciona que os erros da edição percebidos pela leitora e enviados em carta, se deram por ela não estar conseguindo exercer sua função de diretora da revista apropriadamente. Segundo Iveta, o erro já estava corrigido pelo próprio Plínio Salgado àquela altura, como que apontando um equívoco superado, uma disputa vencida:

As falhas que nos aponta foram por mim inevitáveis, não por negligência de meus deveres de Diretora, mas por força de circunstâncias várias que se antepuseram à minha ação direta na organização técnica da revista. Verifiquem este número diferença. Não sabe que o dono do barco não lhe deve abandonar o leme? Eu tinha confiado em timoteiro mais adestrado que eu... e o rumo não "deu certo", então retornei ao meu posto, por ordem do nosso Comandante em Chefe. Deus me dará forças para levar a nossa "nave" (no caso esta revista) a porto e salvamento (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 1).

A partir da edição seguinte, de número 37, a ruptura com a empresa que editava BF seria concretizada, demonstrando as animosidades do processo. Já em outras duas respostas a correspondência, essas endereçadas a leitores homens, que tem seus nomes e sobrenomes divulgados, Iveta não se exime de comentar o estranhamento por eles relatado. A Antenor Moraes, de Pelotas, informa que não houve “mudança alguma no programa básico desta publicação, visto a parte integralista dedicar-se apenas, às atividades das brasileiras ‘blusas verdes’ nos campos de educação cívica, cultura, assistência social e instrução intelectual”. A autora ainda menciona que o restante dos comentários feitos por ele nem merecem resposta, dando por certo que um dia o leitor mudará de ideia (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 1).

Já a Carlos Alvez Dart, de Porto Alegre, a resposta tem tons de indignação. Àquela altura, a revista se encontrava em sua quarta edição integralista, no que Iveta precisa reafirmar: “Conforme poderá verificar continuamos com as mesmas características iniciais de publicação genuinamente feminina. Só abrimos exceção para o Chefe Nacional Plínio Salgado, na parte integralista desta revista” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 1). Percebe-se que ela responde pela contradição presente no reforço de que a revista é feita por mulheres, mas que não estava cumprindo a própria proposição. De fato, Plínio Salgado publicou um texto para quase toda edição integralista<sup>39</sup>. É bastante notável que essas respostas ainda sejam

---

<sup>39</sup> O “Chefe Nacional” faz pequenas contribuições no editorial. Na Ed. 35, p. 36/37?, Plínio aborda a questão da educação infantil. O escritor afirma que a formação moral da criança é dever primordial da mulher. Na Ed. 37, p. 21, Reafirma do compromisso cristão da doutrina: “por Cristo vos conclamo; por Cristo vos conduzo; por Cristo trabalharei”. Na Ed. 38, p. 23, Afirma o integralismo como concepção estética da vida, que busca a beleza e a harmonia em todos os seus aspectos, concluindo: “A mulher, pois, cuja intuição das harmonias se exprime sempre pelo culto da Força e da Belleza, tem, fatalmente de ser Integralista”.

dadas meses depois da mudança, pois trata-se da edição número de 38 de BF, referente ao mês de novembro. O que mostra que a adesão ao integralismo não foi recebida com tanta naturalidade pelo público como querem reforçar os discursos.



Figura 17 Uma das ilustrações reproduzidas pela contribuição de Plínio Salgado para a revista. Ed. 35, p. 36.

No entanto, com ou sem estranhamento do público, a revista mostra uma adaptação imediata ao formato militante, publicando muitos textos de autoria de “blusas verdes” e engajando a campanha eleitoral do partido. Carmela P. Salgado, naquele momento descrita como secretária provincial e esposa de Plínio, escolhe escrever sobre as acusações que o movimento vinha recebendo de fanatismo e utopia. A autora decreta que “a mulher do Sigma” havia despertado do que nomeia como letargia, assumindo os deveres necessários: “No cumprimento deste dever, não teme a luta nem foge ao perigo quem já aprendeu que a vida deve ser vencida com heroísmo e sacrifício e jamais vivida com prazeres e egoísmos”. O espaço na revista serviria, a partir de maio de 1937, para reforçar os ideias de que a mulher integralista e, por consequência, as mulheres simpatizantes do movimento assumiriam seu lugar no “grandioso plano de salvação nacional”, amando a Deus, dignificando a Pátria e respeitando a Família (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 37).

Em termos gerais, pode-se dizer que a AIB compreendia o trabalho formal das mulheres como uma ameaça à família. Entretanto, Mancilha faz uma observação perspicaz quando mostra que, dentro das páginas de *Brasil Feminino*, ele aparece sendo solicitado em diversos setores “como o da educação, da assistência social e enfermagem; numa espécie de ramificação daquele que deveria englobar todos seus pendores femininos e seria o seu maior e

principal cargo: de dona de casa e ‘rainha do lar’” (MANCILHA, 2011, s/p.). Considero bastante elucidativo como o espaço de militância integralista foi construído enquanto um ambiente que garantia segurança para as “blusas verdes”. Ao se posicionar como cristão e protetor de valores familiares, possibilitava a emergência de discursos em que o trabalho não levantaria dúvida moral e nem transformaria a identidade da mulher em algo suspeito, subversivo. Nesse sentido que enxergo uma construção de escudo, em que o comportamento da mulher integralista, por ser conservador, se eximiria das acusações de corromper a família, roubar o espaço dos homens ou tantas outras imputações que o feminismo acarretava.

Para encerrar os comentários sobre as características de BF integralista, considero importante mencionar que não foram encontradas edições ou menção a edições posteriores à de número 38, referente a novembro de 1937. Ainda assim, ao mencionar a revista, Vasconcellos e Flores (2009) indicam uma duração de sete anos da mesma, o que faria com que a revista tivesse encerrado suas atividades em 1939 e não em 1937. Mas conforme já adiantado na pequena biografia de Iveta, depois da ilegalidade da AIB, sua militância não era mencionada nas atividades que promoveu ou nos discursos que foram feitos em sua homenagem. O que dificulta a averiguação mais precisa do acontecido. Ao analisar a trajetória da revista *Anauê!*, Fiorucci mostra que suas atividades se encerram em 1937, não sobrevivendo às censuras estabelecidas a partir da proibição do partido, em dezembro (FIORUCCI, 2014, p. 120, 121). Portanto se, mesmo antes, as dificuldades financeiras tornavam as publicações irregulares ou impossíveis, seria surpreendente e muito interessante descobrir que a revista se manteve sendo publicada por dois anos depois da ilegalidade. Por certo que ganha tons emblemáticos o fato de que a última edição conhecida de BF possua um anúncio de número especial para o mês de dezembro, com maior número de páginas, 8 delas coloridas, em “Especial de Natal”, chegando mesmo a pedir aos anunciantes que avisassem “com antecedência a quantidade de exemplares a ser enviada, para evitar que o exgotamento que será muito rápido, desta edição, possa prejudicar a milhares de leitoras da nossa revista” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 10).

### **3.2. O conteúdo integralista**

É difícil pensar em como definir o conteúdo integralista de *Brasil Feminino*. A revista continuou se propondo a tratar de todos os temas cotidianos e culturais a que se dedicava em sua primeira fase. E a partir do momento que se torna integralista resolve, também, divulgar as atividades da AIB para as mulheres. Dessa forma, a tentativa de se afirmar como uma

continuidade natural da primeira fase é bastante inglória. O integralismo, enquanto proposta que abarcava muitos dos aspectos da vida de suas militantes, elaborava também orientações dos mais diferentes fins para que a vida de suas adeptas estivesse sempre permeada por ideias e posturas de reforço à doutrina. Destacam-se, nesse estudo, para análise sobre as maneiras como essas posturas se expressaram, as questões de trabalho social, militância sobre o voto e os direitos civis das mulheres, o culto às figuras heroicas e sua relação com as questões raciais e eugênicas.

Uma vez retornando à circulação, uma das funções explícitas da revista estava em ampliar a popularidade do integralismo e reforçar entre as mulheres seu compromisso com o alistamento eleitoral. E o voto se tornou um assunto muito explorado, de fato. Na edição de reinauguração, um texto assinado por Maria Lacerda Watson, cujo título é *Surpresas*, comenta uma declaração de Plínio Salgado feita em palestra. Ao descrever a surpresa do “Chefe Nacional” pela velocidade de crescimento do movimento, Plínio teria dito que não esperava, em tão pouco tempo, alcançar a tão reforçada grandeza que caracteriza as falas sobre o integralismo. A autora, no entanto, pensa compreender a popularidade alcançada porque o “Chefe Nacional” teria sido capaz de apontar anseios encubados no coração dos brasileiros. Para descrever esse movimento, utiliza metáforas plásticas, uma delas relacionada ao fogo, às chamas de uma fogueira, para concluir o quanto deve mesmo parecer estranha uma vitória que se torna palpável:

Ele apanhou, como pequeninos gravetos espalhados, os nossos sentimentos: Ele ventilou as suas ideias nas cinzas já quasi apagadas; e, de fato, ao Chefe que palpou essas cinzas, o Chefe que dispendeu essas energias, ao Chefe que fomentou essas ideias, que ora como uma fogueira fantastica incendiam o Brasil erguendo céos rolos de fumaça do incenso de nossos corações; — ao Chefe deve parecer estranha, - estranha e grandiosa — a victoria palpavel! (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 41).

Uma das questões que se apresenta diante desse texto é o quanto, em meados de 1937, a confiança de um bom resultado nas urnas começava a ganhar contornos de possibilidade real. A campanha eleitoral funcionava a todo vapor, impulsionada pelos resultados nas disputas legislativas ocorridas em 1936, o chamado “ano verde”. Assim, enquanto a preparação para campanha eleitoral se manteve, também se mantiveram as estratégias de divulgação da participação das mulheres em *Brasil Feminino*. Desde o mês de maio são repetidas as vezes em que o tema do alistamento eleitoral aparece, até mesmo como uma chamada ao dever: “Todas as ‘Blusas Verdes’ devem alistar-se como ELEITORAS alistando também suas conhecidas e simpatisantes” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, 1937, p. 12). Aquelas que tivessem as condições para votar estavam não apenas conclamadas ao

alistamento, como à mobilização de suas redes de amizade. Assim, as publicações tentando eximir dúvidas sobre o processo eram diversas.

Para se ter um exemplo, uma circular enviada à BF, assinada pela secretária Irene de Freitas, ordenava de que maneira diversos aspectos da vida das militantes deveria se voltar para campanha eleitoral. Se a AIB contava com a alfabetização como principal manobra de arregimentação, aquele seria um “momento precioso” em que a vitória era colocada como consequência do esforço do Departamento Feminino. Descrita em ordem de importância, a estratégia para o aumento de eleitores era bastante lógica. Primeiro, o departamento deveria qualificar as “blusas verdes” que não pudessem votar, ou seja, orientava que se regularizasse seus documentos.

A seguir, como tópico número dois, estava a capacitação de eleitoras a partir da alfabetização rápida de militantes analfabetas. Então, deveriam alfabetizar os “camisas verdes” e, a seguir, promover campanhas para alfabetizar amigos, parentes e simpatizantes. Os passos também contavam com visitas em fábricas oferecendo alfabetização e ampliavam o movimento de campanha ordenando que se dividisse os municípios por zonas, deixando cada zona de campanha sob a responsabilidade de uma militante. Ao final da circular, as integralistas eram lembradas que estavam, individualmente, responsáveis pela tarefa de alfabetizar ao menos um analfabeto e alistar ao menos um eleitor. O final da circular se utiliza do recurso de extrapolação dos limites entre o espaço público e privado para ordenar: “10 - Nas localidades onde estejam fechadas as nossas sedes, que cada lar de ‘Blusa Verde’ seja um centro eleitoral” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, p. 55).

A tarefa é mencionada de maneira sucinta, mas, conforme apontado, em alguns estados a atividade integralista estava proibida, o que tornava mais arriscada a missão, demandando uma responsabilidade e risco consideráveis para as companheiras. Além disso, a circular, observada em sua totalidade, mostra como a gestão da alfabetização de muitos grupos estava a cargo de iniciativas autônomas. Obviamente que essas tarefas são dadas porque o Departamento Feminino da AIB reforça que sejam as mulheres as responsáveis pelo cuidado dos grupos com que se relacionam. Além disso, o próprio movimento propiciava treinamento para a alfabetização rápida, então, aquelas que não fossem professoras rapidamente estariam instruídas para tanto. E tal estratégia era tão efetiva quanto fácil de executar porque, naquele momento, o alistamento eleitoral não exigia comprovação da alfabetização. Para um eleitor ser considerado apto, bastava que conseguisse reproduzir o “desenho” do nome com o próprio

punho (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHITT, 2019, p. 10). Em termos práticos, ser alfabetizado significava que o eleitor havia se declarado como tal.

Mas simplesmente estimular o aumento da massa de eleitoras não era suficiente, era preciso que a mensagem sobre o direito ao voto fosse comunicada. Da mesma maneira, era necessário que empecilhos burocráticos fossem superados para angariar eleitoras. As mulheres, naquele momento, não estavam simplesmente lidando com uma novidade, mas encarando uma cultura de proibição relacionada ao voto, uma cultura de silenciamento diante da participação civil. Não porque o integralismo estivesse de fato preocupado com a democratização das políticas do país, tomado pela liderança de homens brancos intelectualizados. Mas porque se preocupava com a vitória eleitoral e com a tomada de poder para que se encaminhasse sua revolução política e espiritual. Assim, engrossando a campanha, eram publicadas colunas de defesa do voto e um espaço se abria para que mulheres pudessem negociar, a seu modo, ampliação do poder na política e maior representatividade naquele contexto. Assinando *Colsultório Jurídico*, estava Dra. Maria de Lourdes Prata Teixeira de Carvalho. A autora argumenta como o progresso moral de uma sociedade é medido pela posição que a mulher ocupa na mesma. Assim, bastaria observar as nações mais civilizadas e a questão dos direitos civis das mulheres para compreender sua evolução. Numa retrospectiva intensa da questão do sufrágio em inúmeros países, a advogada ressalta a grandeza e a importância da questão global do voto e encerra sua coluna explicando quais as condições para o voto no Brasil em 1937, no movimento de dissipar dúvidas sobre a aptidão das leitoras:

Afinal, seguindo o exemplo da maioria dos países civilizados, a nossa Constituição de 16 de julho de 1934, declara: — "São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei". (art. 108).

"O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar", (art. 109 da Const.).

[...] Para as mulheres que não são funcionárias é facultativo o alistamento eleitoral, como está explícito no texto da Constituição (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 22 e 46).

Explorando essa questão intensamente, ainda na edição de número 36, referente ao mês de Junho de 1937, há publicação sobre o *Plebiscito Integralista*. O texto comenta evento organizado pelo partido para que decidissem qual liderança disputaria o pleito para presidência em 1938. De autoria de Iveta Ribeiro, a participação das mulheres é exaltada por estarem executando “seu direito de cidadania, dentro de um partido diferente de todos os antigos e modernos partidos políticos já existentes no nosso país”. Para engrandecer ainda

mais o acontecimento, Iveta comenta que mais mulheres compareceram ao plebiscito integralista do que nas últimas eleições de que haviam participado: “A concorrência feminina ao Plebiscito Integralista, teve ainda maior expressão de reivindicações conquistadas do que aquele outro espetáculo cívico, que foi o primeiro comparecimento da Mulher Brasileira às urnas eleitorais da Nação” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 25). E finaliza exibindo a marca, considerada impressionante, da participação das mulheres que somou 50.000 votos em favor do nome de Plínio Salgado.

Da mesma maneira, uma edição depois, as eleições voltam a aparecer em comentário sobre o *1º Congresso Feminino Integralista da Província Fluminense*, ocorrido em julho daquele ano na cidade de Petrópolis. O texto publicado em setembro ainda fazia parte de uma militância organizada para as eleições, que só viriam a ser canceladas a partir de novembro. Nele, a grandeza e opulência do evento são novamente destacados e são mencionadas presenças ilustres da militância, como Gustavo Barroso. A maior parte do texto, no entanto, constitui-se na transcrição do *Manifesto das Blusas Verdes Fluminenses*, de autoria de Inah Vignard. A autora fala às brasileiras, num esforço de convencimento para o voto, que a AIB é o único partido organizado capaz de defender o Brasil da ameaça comunista: “No Brasil, também, o abutre de Moscou tenta fazer suas vítimas e sorrateiramente esta se infiltrando nos partidos políticos, para depois de vencedores estes, dar o seu traiçoeiro golpe”. Para além disso, as ameaças sob a estrutura familiar e o futuro da nação se materializam diante do resultado das eleições presidenciais:

Brasileiras! Atentae bem! Estão ameaçadas a Unidade da Patria, a segurança da Família, a intangibilidade das tradições e dos sentimentos cristãos da nossa raça! E só a Ação Integralista Brasileira, o único partido político que tem a coragem de combater desassombradamente os inimigos da Mulher, do Lar e da Família brasileira, podera assegurar ao Brasil o ambiente da paz de que ele carece para resolver os seus problemas internos, que são tantos, e eleva-lo á altura de que tem direito no concerto das demais nações do mundo.

A's urnas, pois, mulheres todas que amais a vossa terra, a vossa família e as vossas tradições religiosas!

O único que merece o nosso voto é o candidato Integralista – PLÍNIO SALGADO!  
(BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 29).

Em suas palavras percebe-se o quanto o voto é colocado como uma prova de devoção aos preceitos cristãos, à família e ao futuro do país. Mas a negociação desses espaços de poder dentro dos direitos civis não era, no entanto, uma questão simples. Se, por um lado, a participação eleitoral se tornou essencial para as mulheres integralistas, a opinião sobre outros direitos civis permanecia em estado de inércia. Se compararmos as diferentes fases da revista,

pode-se falar em retrocesso. É o caso da questão do divórcio, por exemplo. Pois a mesma autora publica na edição de novembro uma defesa do casamento em seus termos legais. Ao explicar que mulheres casadas são, pelo código civil, consideradas incapazes de certos atos, a autora justifica as restrições que “não tem por fundamento a inferioridade mental da mulher, mas sim, os interesses da boa organização da sociedade conjugal”. Assim, antes de entrar nas especificidades legais para que se compreenda a extensão dos seus direitos civis no Brasil, aponta como as mulheres realmente não usufruem de igualdade perante os homens porque tem aliviados certos deveres: “Mas, se a mulher casada, não frue a plenitude dos direitos civis concedidos ao marido, também não esta sujeita às mesmas obrigações que lhe são impostas, como a de prover a manutenção da família com o próprio trabalho e bens” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 8). Assim, se justifica que mulheres casadas não possam receber ou administrar as próprias heranças ou mesmo exercer profissão sem autorização do marido, salvo exceções por ela explicadas. Mas também ficam seguras as estruturas que mantêm os contratos de casamento e, portanto, a família como era concebida pelo partido.

### **3.3. Ação social**

Desde a edição número 35, BF se dedica a divulgar os trabalhos integralistas feitos pelas diferentes regiões do país. E começa, como é de se esperar, pelo local onde a revista se encontra, abordando os resultados da “província de Guanabara”, que é como o movimento se referia à cidade do Rio de Janeiro (BRASIL FEMININO, ed. 35, p. 35). Ao falar da região na edição seguinte, o Rio é definido como a mais importante província integralista, o que se explica por abranger a capital do país, por ter se tornado o local de governo central da AIB e por possuir uma grande multiplicidade de núcleos, tanto urbanos quanto rurais (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 36). Ao ser colocada à frente da província do estado de São Paulo, de onde vem Plínio Salgado, o movimento dá pistas sobre a força que o pensamento integralista exerceu na história do Rio de Janeiro, já que seu tamanho e importância servem de propaganda sobre a organização e a grandeza do movimento como um todo.

Devido ao fato das publicações integralistas de BF encontradas serem poucas, não foram angariados dados suficientes sobre o trabalho social em diferentes estados para fins de comparação. Ao que tudo indica, cada edição deveria receber dados referentes a uma região. As informações recolhidas são, portanto, mais detalhadas sobre o estado do Rio de Janeiro, pois a SNAFP publicou na revista dados referentes ao estado e também à capital. Embora na

edição número 38 sejam fornecidas algumas informações referentes a Minas Gerais<sup>40</sup>, aparecem de maneira menos organizada, sendo as informações publicadas sobre os núcleos da Guanabara, as mais detalhadas. Certamente que esses dados estão polidos para que representem uma popularidade maior do que de fato executaram. Mas ainda assim, dizem muito da mensagem que se desejava transmitir ao público leitor da revista. Então, reproduzo aqui as informações referentes a *Secretarias Municipais de Arregimentação Feminina e Pliniana de Guanabara*: Nela, são mencionados 14<sup>41</sup> diferentes núcleos integralistas no Rio de Janeiro, totalizando um grupo que, se somadas todas as mulheres referenciadas como “nucleanas”, ou seja, militantes registradas, chega ao total de 796 mulheres. Cinco delas trabalhando como bandeirantes. Dentre as ações desenvolvidas e já em execução, encontram-se 7 Escolas Primárias, 5 Lactários, 2 Postos Médicos, 2 times de “Volley-ball”, 1 Escola de Cultura Física e 1 escola de Educação Física, 1 Curso de Sociologia, 1 Curso de Puericultura e 1 Curso de Costura. Uma edição depois, um texto de Irene de Freitas divulga a quantidade de atividades e núcleos espalhados por todo o território fluminense:

Mantem a Secretaria Provincial de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, distribuídos pelos seus 280 núcleos, 139 escolas de alfabetização sendo que, muitas delas, funcionam em 2 turnos. A manutenção dessas escolas é consequência única da abnegação dos Integralistas (aliás, como todas as realizações do Sigma), e simpatisantes, porquanto, para o lecionamento, em absoluto, não há remuneração (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 23).

Percebe-se, portanto, que no mês de maio a SNAFP divulgava 14 núcleos dentro da cidade do Rio de Janeiro e, no mês de Junho, 280 núcleos espalhados pelo estado inteiro. Números bastante expressivos. Ao comentar o trabalho dos lactários, Irene registra que distribuem no estado “diariamente, mais de 1.120 litros de leite cientificamente preparado, aos latantes desprotegidos” (BRASIL FEMININO, ed. 37, p. 24). Nesse mesmo boletim, que informa todas as atividades fluminenses desenvolvidas pelas “blusas verdes”, consta que, dentre as atividades culturais, estão sendo promovidos congressos em que se nota a “riqueza intelectual das congressistas”. Essas seriam oportunidades em que as mulheres discutem o que a secretária define como “problemas femininos e da criança, diante de uma pátria grandiosa que havemos de construir” (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 24).

---

<sup>40</sup> Para fins comparativos, transcrevo os dados fornecidos sobre o estado: Inscriptas: Mulheres – 6.084, Plinianos – 3.506, Total – 9.590. Escolas: Alfabetização – 105, Domésticas – 22, Corte e Costura – 35, Trabalhos Manuais – 50, Total – 212. Total: Frequência Escolar: 5.006 Alumnas, Lactários – 15, Bibliothecas – 8, Eleitoras – 4.854. A Secretaria Feminina realizou até o ano de 1936: Natal dos Pobres: 910 distribuições, 65.401 dadas e 95 Festivas” (BF, Ed. 38, p. 24).

<sup>41</sup> Referentes a regiões nomeadas como: Cascadura, Gavea, Copacabana, Botafogo, Glória, Ipanema, Tijuca, E. Santo, Andaraí, Maracanã, Engenho Novo, Engenho de Dentro, Jacarepaguá e Meyer.

Todo esse trabalho divulgado pelas “nucleadas” do Rio de Janeiro, sejam esses números exatos ou não, dão a dimensão de que existe um esforço coletivo sendo operado por centenas de mulheres. Mulheres, essas, que podem, dessa maneira, agir politicamente e expandir suas possibilidades de atuação dentro de uma sociedade que ainda relegava às elas um ideal de vida encerrada no cotidiano familiar<sup>42</sup>. Assim, é notável a construção de um espaço para elaboração de políticas específicas da mulher e da infância. O integralismo, em todo o seu conservadorismo, preservava intactos os papéis de mãe e esposa enquanto propiciava que outras agências fossem negociadas e outros espaços ocupados.

Mantendo o discurso em que a família era a missão primeira da mulher, construía, através de trabalho voluntário, ou seja, atividades sem remuneração, um mundo de negociações possíveis, principalmente se estas fossem vistas dentro de um espectro voltado aos cuidados do lar, ou à extensão dos mesmos. Simultaneamente, as mulheres executavam tarefas que deveriam ser responsabilidade do estado, denunciando as carências que se propunham resolver e levando a hospitais e escolas os símbolos de propaganda do movimento. Um exemplo explícito de “blusa verde” que excedeu os limites estabelecidos de sua “missão” está na trajetória de Aurora Nunes Wagner. Uma das mulheres que, anos depois, vai fundar a ALFRS, Aurora era formada em odontologia e exerceu livre docência na Faculdade de Medicina no Rio Grande do Sul. Mas a ousadia a que me refiro está no fato de que, em 1934, tentou uma vaga na Assembleia Legislativa, candidatando-se pela AIB (PETRÓ, 2016, p. 52).

Pois, bem, retornando aos números publicados em BF, é fato que o partido os fazia crescer a cada publicação. Na edição 36, uma página da revista faz menção ao quarto aniversário da província de Guanabara, dessa vez citando 40 espaços, entre núcleos e sub-núcleos, de “camisas e blusas verdes”, responsáveis pela organização do integralismo em toda a cidade. Segundo a página, que não é assinada, é nesses núcleos que:

[...] os Integralistas encontram margem para prestar preciosos serviços á Causa que abraçaram, e a população pobre, do Rio, encontra, fraternalmente, abertas para ela, as portas de Escolas de Alfabetização, de Lactários, aptos a dar alimentação a centenas de creancinhas necessitadas, de ambulatórios médicos, consultórios dentários, escolas de cultura física, bibliotecas e de socorros urgentes ás mais dolorosas situações de penuria (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 36).

---

<sup>42</sup> Conforme mencionado anteriormente, essa pesquisa não ignora o fato de que mulheres negras ou racializadas, pobres e com trajetórias diversas estiveram, desde sempre, ocupando o espaço público trabalhando pelo seu sustento e pelo sustento de suas famílias. O que essa proposição denuncia, no entanto, é que o destino esperado para a realização e o sucesso das mulheres àquela época, estava ligado ao casamento e à maternidade. Relegando o trabalho àquelas sem outra alternativa.

Também é mencionado nesse texto que, na cidade, foi criada a primeira casa destinada aos “sem trabalho” com restaurante nomeado de *O Pão de cada Dia*, onde aos pobres e desamparados seria servido alimento (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 36). A repetição de boletins e tabelas com prestação de contas das ações dos núcleos, somado aos números de pessoas atendidas e mantimentos arrecadados, dão o tom propagandista e também de exemplo a ser seguido pelos outros núcleos espalhados pelo país. A cada edição é renovado o esforço de reafirmação da grandeza das iniciativas da AIB.

Outro aspecto importantíssimo da ação social elaborada pelo partido estava na seção médica que, dentre outras coisas, era responsável por organizar cursos e formar enfermeiras. Esses cursos de enfermagem acabaram se tornando uma via vantajosa para mulheres que, mesmo sem ser militantes, buscavam por especialização profissional. A escola de enfermagem da Guanabara, por exemplo, tem suas atividades mencionadas em texto assinado por Maria Ribeiro dos Santos Féres e intitulado *A enfermagem e o integralismo*. O texto inicia criando um paralelo entre as atividades do cuidado relacionadas à saúde com a tarefa máxima da mulher integralista, envolta em abnegação e sacrifício:

Não é o Integralismo um movimento apenas reacionario; ele colima um fim mais alto: - É UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA.

Insurge-se contra a civilização anti-Christã, materialista e futil, que aniquila e degrada o homem esquecido de sua superior destinação. Quer fazer baixar ‘a luz ausente’, presentindo que ‘o mundo está morrendo de ausencia do espirito’.

Crêa, assim, o clima propicio á eclosão de nobres sentimentos: o altruismo, a abnegação, o sacrificio, a renuncia, a fé, desabrocham n'alma do camisa-verde como flores em manhãs de primavera.

Como a ambiencia em que vivemos é diferente do meio liberal! (BRASIL FEMININO. Ed 35, p. 51).

Maria Ribeiro segue a descrição das virtudes integralistas a partir do reforço comparativo com o liberalismo e o materialismo. Para a autora, existe uma dimensão espiritual que o integralismo se propõe a alcançar em detrimento do que nem um cristianismo liberal conseguiria atingir. Os valores pautados na evocação desse “altruísmo” são elementares para a mobilização da “fé” integralista. Enquanto isso, o materialismo, tão combatido, estaria para a alma humana enquanto despertador de “ambições mesquinhas, egoísmo sórdido e imediatismo deprimente”, simbolizando a corrupção do espírito, o caminho avesso ao integralista. Assim, compondo esse arsenal simbólico, de disputas boas e más, a enfermagem é descrita a partir de sua dimensão espiritual e também apela para um sentido de performance da feminilidade:

Dos misteres que a mulher é dada desempenhar, nenhum, como a enfermagem, requer tanta capacidade de sacrifício, de renúncia, de abnegação, de altruísmo. É a enfermeira, em verdade a missionária do bem. Sua vida deve resumir-se no apostolado do devotamento, da dedicação, da oferta de sua própria vida em holocausto a seu semelhante. Sua missão exige coragem e serenidade. É que, para servir ao próximo, não basta o dever simples e mecânico.

É necessário ‘aquele lume interior que vitaliza, o entusiasmo que aquece, o desprendimento que comove, o fanatismo que arrebatava. Deve haver, nos que lidam com a saúde pública, não somente a devoção do crente mas o entusiasmo comovido do fanático’ (BRASIL FEMININO. Ed 35, p. 51).

Segundo a autora do texto, essa necessária atmosfera, saturada de espiritualidade, só um ambiente cristão pode criar, coisa que apenas o integralismo poderia garantir: “E, no Brasil, é o Integralismo o criador desse clima, porque a estrutura do Estado Integral é feita com a argamassa tirada do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo”. A seguir, são divulgadas as iniciativas de formação de enfermeiras em parceria com o empreendimento integralista e o hospital da Santa Casa do Rio de Janeiro. Intitulado *Curso Prático de Enfermagem da Província de Guanabara*, possui 50 candidatas que se apresentam na inauguração e o evento conta com a presença de “altas autoridades provinciais”. Também são divulgados os nomes das primeiras três mulheres a estarem na fase final do curso, “Celina Caldas, Haydê Pacheco Teixeira e Irene Ferreira Pacheco”, todas estagiárias da Santa Casa àquela altura. A conclusão do texto, como é típico das propostas políticas, menciona a grandeza e animação propiciadas pelo projeto da enfermagem que o integralismo vem organizando. E apregoa um futuro revolucionário, higienizado pela atuação da medicina e da enfermagem:

A Humanidade nova, que surge tem que se tornar, precipuamente, ENFERMEIRA para fazer a profilaxia, o saneamento físico e moral dos males que infelicitam a velha Nação. E' preciso fazer o saneamento integral do Brasil:

— No campo nosológico, combatendo as endemias reinantes, fazendo do nosso patricio um forte; um povo doente, minado pela tuberculose, dizimado pelo impaludismo, corroído pela sífilis, pela verminose, - não poderá, jamais, formar o grande Brasil, potencia entre as potencias, que o Integralismo vae construir. Os trabalhos de p[r]ofilaxia, de higiene pre-natal. de puericultura, têm, necessariamente, que constituir a base, o inicio, do nosso empreendimento ciclopico. E foi por isso, que fundamos o Curso Prático de Enfermagem. As companheiras inscritas, vão trabalhar nesse sector do saneamento nacional (BRASIL FEMININO. Ed 35, p. 51).

O trabalho da enfermagem estaria em tamanha consonância com o projeto de nação integralista que os outros militantes do movimento são descritos como os “enfermeiros do Brasil”. Pois cuidando das enfermidades de outros setores da sociedade estariam jornalistas, professores, políticos, todos comprometidos em agir na “profilaxia” do país (BRASIL FEMININO. Ed 35, p. 51). O integralismo, na construção de sua desejada “revolução espiritual”, não descuidava da ocupação integral de seus militantes. A educação, a cultura, a

disciplina, a higiene e a saúde eram amplamente abordados para que seus filiados soubessem como orientar as atividades e a ação política dentro do movimento. E a importância da saúde da mulher estava diretamente conectada às suas funções na construção dessa nação almejada. Propondo às mulheres, “a possibilidade não só de gerar, mas também de criar filhos fortes e saudáveis, futuro promissor de um País em via de modernização e de uma Nação Integralista que se buscava instituir” (SIMÕES; SIMÕES; SILVA, 2012, p. 148).

### 3.4. A Literatura Doutrinária

O espaço para publicação de literatura autoral foi uma das coisas que as edições integralistas de *Brasil Feminino* não interromperam, pelo contrário, preencheram de conteúdo militante. Contos autorais sempre foram enviados às edições da revista mas, certamente, ao adquirirem um caráter militante, se tornam o campo de publicação que mais chama atenção pelo conteúdo. Num estilo que se poderia nomear como literatura doutrinária, são publicados quatro contos, um por edição. As autorias desses quatro contos se dividem, dois são assinados por Branca de Castro e dois, por Iveta Ribeiro. Nessas quatro histórias o foco dos acontecimentos recai sobre as protagonistas, sempre mulheres, que estarão envolvidas com a questão do matrimônio, com a questão da maternidade, ou ambas. Assim, apresento resumidamente os contos para que se compreenda melhor a classificação do que compreendo por literatura doutrinária.

Na página 17 da edição número 35, Branca de Castro, uma das autoras que permanece na revista nessa nova fase, apresenta o conto *O crime de Nidia*. Definido como um romance policial, a ficção inicia com a descrição de uma noite no *dancing*, ou cabaré. A imagem usada para descrever o ambiente se centra na fumaça dos cigarros, na inebriação por álcool e cocaína, na música alta caracterizada como samba e, principalmente, nas figuras femininas. As trabalhadoras do local, sempre atentas ao próximo “pato que devia ser depenado”, são descritas como “Morena”, “Paulistinha” e “polaca adiposa e sardenta”, ressaltando características carregadas de preconceitos sobre essas mulheres de “vidas miseráveis”. A narrativa também segue explorando o tipo de estereótipo ligado às mulheres trabalhadoras de um cabaré: “Os banboleios sugestivos do corpo de Nidia, acenderam os desejos na gente que enchia o cabaret réles, e em pouco um fremito de orgia sacudiu corpos e almas, e furores concentrados expandiam-se em beijos brutos e contactos quasi ferozes” (BRASIL FEMININO, Ed. 35, 1937, p.17).

O ritmo dessa noite descrita com volúpia é interrompido pela polícia, que invade o *dancing* dando ordem de prisão a Nidia por ter assassinado um homem a punhaladas. Enquanto a autora descreve as acusações da sociedade e o processo que a condena culpada, também surge um personagem anônimo que, assistindo ao julgamento, se convence da inocência de Nidia devido a um olhar:

O juizes não tinham podido surpreender aquele olhar de mulher que concentra a alma angustiada, mas satisfeita, dentro dos olhos que só eles diziam de um grande amor sacrificado! Os jurados não puderam ver aquele olhar de infinita doçura onde ia a expressão de infinita dedicação, pois se juizes e jurados o tivessem visto, não teriam condenado Nidia, apesar de todas as provas indiscutíveis que se levantaram contra ela durante o rumoroso processo! (BRASIL FEMININO, Ed. 35, 1937, p.17)

Na medida em que o novo personagem evolui sua investigação e se aproxima da verdade, Nidia vai sendo descrita com mais piedade. Sua figura se humaniza. Antes maluca e leviana, Nidia agora é descrita como quem “defendia o estomago vendendo alegria e amor falsificados no sordido ‘cabaret’ da Lapa!”. Importante atentar como a autora resolve colocar a fome enquanto questão relevante nas escolhas de vida da personagem. Então, depois de investigação pessoal do anônimo, que desvenda o verdadeiro culpado, em visita à penitenciária, Nidia lhe pede que não interceda por ela. A identidade do assassino não pode ser revelada por tratar-se do próprio filho. Numa resolução surpreendente, a autora transforma a voluptuosa prostituta numa mãe tão benevolente que é capaz de tomar a culpa pelos crimes do filho. Uma das intenções possíveis do texto é, portanto, transitar do ambiente promíscuo para um lugar em que a leitora se apieda da mulher que, em nome da proteção do filho, se coloca nas situações mais ultrajantes, inclusive assumindo um crime em seu nome. Nesse sentido, podemos explorar, a partir de ferramentas mais subjetivas, quais as narrativas possíveis e quais os limites da maternidade a partir da perspectiva dessas mulheres que eram escritoras e também militantes. Estranho notar, no entanto, que anos mais tarde esse mesmo conto seria publicado na revista *Atenéia*<sup>43</sup> mas, desta vez, assinado por Iveta, deixando confusa a questão sobre quem realmente estava responsável por escrever para essa coluna.

Na edição seguinte, a sessão da revista ganha um nome mais específico e que dimensiona melhor o objetivo dos escritos. Agora denominado *O Conto Integralista*, informa ao público da intencionalidade de fazer dessa uma coluna fixa nas próximas edições. Novamente de autoria de Branca de Castro, com o adendo de ser um “especial para Brasil Feminino”, ou seja, escrito sob encomenda da revista, o título do texto, dessa vez, é *RUMO*

---

<sup>43</sup> set.-dez./1955, p. 43-45.

*NOVO* e tenta explorar as mudanças que o integralismo pode propiciar na vida de seus filiados.

Essa história gira em torno da fútil Helenita e sua vida de prazeres fugazes. Helenita é descrita como “uma figura decorativa de um meio, onde só os prazeres enchem as finalidades de vidas despreocupadas e irrefletidas”. De personalidade leviana, gastava seus dias entre a praia de Copacabana vestindo “**maillot** hipotético”, exibia o corpo, frequentava a cinelância, cassinos, acumulando, enfim, hábitos que a fariam passar por uma das “famosas ‘stars’ de Hollywood”.

No entanto, uma mudança ocorre na vida de Helenita ao cruzar com uma antiga colega de escola, vestida com o uniforme integralista, Lurdes. A primeira reação da protagonista é zombar da colega perguntando se ela também se tornou “galinha verde”<sup>44</sup>, demonstrando espanto pelo engajamento político: “Nunca pensei, com franqueza! Você, a **crak** da turma das comportadas, bancando a revolucionária. Só vendo, mesmo! Que pena!”. A reação de Lurdes, como representante das “blusas verdes”, é de tranquilidade e o contato entre as duas é reestabelecido. Helenita passa a frequentar a casa de Lurdes. Ao se sentir confortável naquele ambiente, Helenita fica atraída pelo irmão integralista de Lurdes. E demais mudanças em sua vida vão se operando até que, ao frequentar um evento integralista, finaliza sua conversão. Muitos termos religiosos são reforçados para descrever a mudança ideológica. O irmão, que era alvo de seu interesse, transforma-se na principal motivação da transformação. Helenita, antes fútil, agora convertida, fala em tornar-se útil aos que sofrem, criando uma contraposição diante dos seus antigos hábitos. Na necessidade de sofrer sorrindo, em “saber ser mulher” para doar-se totalmente à doutrina, a recompensa surge como casamento narrado no parágrafo seguinte, para concluir a história:

Resultado: Um ano depois, publicado na OFFENSIVA:

‘Realiza-se hoje o enlace matromonial da nossa companheira Helena X... Chefe do Departamento de Assistência Social do Nucleo de ... com o bravo ‘Camisa Verde’ Dr. Paulo de ... nucleano da bandeira...

---

<sup>44</sup> Galinhas verdes é um termo pejorativo utilizado pelas associações anti-fascistas da época para se referirem aos integralistas. A alcunha surgiu depois de um episódio de confronto ocorrido na praça da Sé, no centro de São Paulo, em 1934. Em marcha organizada pela AIB, militantes anti-fascistas se organizaram para impedir a manifestação, atirando contra os integralistas que, mesmo organizados em milícia e com proteção policial, foram pegos de surpresa. Para se protegerem dos tiros, que eram disparados do topo de prédios, os integralistas arrancaram as “camisas verdes” para que não pudessem ser reconhecidos pela cor. Seis pessoas morreram nesse confronto. O *Jornal do Povo*, do humorista Barão de Itararé, estampou na primeira página a manchete que ficaria famosa: “Um integralista não corre: voa”. E a batalha da praça da Sé entrou para a história como o dia da “revoada dos galinhas-verdes”.

O SIGMA faz cada milhagre!... (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 32, 33).

O terceiro conto integralista publicado vinha, então, assinado por Iveta Ribeiro. Intitulado, *A Espôsa*, também abordou a relação entre a doutrina integralista e o casamento, mas dessa vez como uma possibilidade de restauração do matrimônio perdido. A protagonista, agora Maridulce, estava cansada do comportamento displicente do marido e recebia estímulos para que desistisse:

...e os conselhos se multiplicavam: - Não seja tola, Maridulce! Você não é nenhuma escrava! Nos nossos dias ja não se aturam mais desafôros!...[...] ...Você é moça, bonita, não lhe será difícil arranjar um bom emprego... [...] Já se viu, nos tempos de hoje, uma mulher aguentar tanta loucura do marido?! ... Largue ele, **D. Maridulce**... Home ruim a gente manda “passeá”! (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 26).

A personagem se encontra, portanto, desorientada. Sem saber como mudar o comportamento do marido. Sendo estimulada a dar fim em seu casamento, recebendo investidas de outros homens, sofria com as “levianidades” de um esposo sem responsabilidade com a família. Ela também é descrita como uma personagem jovem e “regularmente bonita”, mas perdida e sem harmonia no lar por conta do marido que, “muito dado a conquistas faceis e a camaradagens perigosas, com rapazes desmoralizados, era, nele, um elemento inconsciente, mau, e ela não tinha ninguém que a ajudasse a chama-lo ao cumprimento de seus deveres”.

Assim, quando as leitoras já haviam sido introduzidas a uma realidade dramática, Maridulce também é descrita como mãe de duas crianças, seu “único conforto e a maior preocupação”, já que o pai era ausente, sem “senso moral”. Quando a protagonista já havia passado por todas as dores de ver perdido o casamento, tomada de “revolta íntima”, assediada, mal aconselhada, resolve pela vingança:

[...] e vendo por todo a parte as uniões ilegais permitidas e aplaudidas pela sociedade e pela religião [...], cada vez mais indignada com o cinismo e o descaso do homem que lhe jurára amor e respeito, Maridulce estava resolvida a vingar-se das infidelidades do marido e a reconquistar a felicidade, fosse lá como fosse (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 26).

Depois de explorar o limite moral do que uma mulher decente pode suportar e desejar, a salvação finalmente se mostra no caminho da “pobre Maridulce” ao cruzar nas ruas por um casal de amigos de sua terra natal, Amazonas. Depois de frequentar, “sozinha e por vingança”, uma sessão de cinema, param para conversar numa confeitaria. Ao confessar suas angústias aos amigos, “fieis aos princípios cristãos da família”, abriu-se o caminho para resolução. O casal, que era integralista, levou Maridulce até a sede da Guanabara e, mais uma

vez, o recurso da desconfiança é utilizado para aproximar as pessoas que não conheciam o valor de sua doutrina: “Maridulce acompanhou-os muito embora fizesse do integralismo aquela ideia errada que dele fazem os que desconhecendo a doutrina do Sigma, o julgam ‘uma bobagem’ quando não coisa pior”. O momento exato de chegada da protagonista na sede integralista coincide com uma “reunião feminina”, pois “ocupava a tribuna, uma doutrinadora vibrante”. As palavras da oradora, que pareciam se dirigir à esposa decepcionada, trataram de comovê-la:

Ela falava sobre a calamidade social dos matrimonios desfeitos, e entrou a descrever qual a situação dolorosa das “esposas separadas”; pintou o quadro triste, das criancinhas que vendo os pais desunidos, sofrem, cedo demais, as amarguras da vida sem paz e sem carinho; passou a falar na força reorganizadora e reformadora da doutrina do Sigma e qual o papel da Mulher orientada por essa doutrina (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 26).

Assim, se revolveram todas as dúvidas sobre como agir. Um horizonte de resolução se abria, os “raciocínios superiores” da oradora demonstravam a força dos argumentos, ao ponto de deixar os olhos de Maridulce “rasos dagua”. A emoção do momento é coroada com o abraço que a conferencista recebe da protagonista da história. O momento de emoção é embalado pelo hino nacional cantado pelos militantes. Símbolos nacionalistas são mobilizados para descrever a conversão da protagonista que entende, agora, qual caminho fazer para resolver seus problemas. Bastou que se organizassem encontros entre a oradora e Maridulce para que a situação mudasse completamente. Um ano depois, em nova visita à cidade, os amigos testemunham a vida da protagonista totalmente modificada. Seu rosto “resplandecente de felicidade interior”. Dessa vez, tinha a companhia do marido, que afirmava, diante da mudança:

- Sim... porque você aprendeu aqui como se consegue fazer de um marido leviano, um **Esposo**... um **Pai**... um **Cidadão**... e eu...

- Não, meu amô! Nós ambos andavamos cegos dentro da vida, e o Integralismo deu-nos a luz para compreendermos nossos mutuos deveres... Foi isso!... (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 26).

O último conto, também de Iveta, intitulado *Foi meu filho*, explora a história de outro lar perdido pelos hábitos “materialistas”. Dessa vez, a mãe desesperada não tem nome, mas sofre intensamente com os hábitos tão diversos do herdeiro. Usando o apelo de ser uma história verídica, o lar honrado e modesto de uma família brasileira é descrito em sua grande crise ao ver o filho mais velho perdido entre más influências. Depois de descrever serem inúteis as brigas, conselhos severos e as lágrimas de mãe, a família se encontra sem forças para recuperar o filho. Mesmo pobre, era um homem sem emprego, estudos ou sequer

demonstrava “submissão amorosa aos paes estremosos que tanto sofriam com aquela infelicidade tamanha!”.

Para o moço só valia a pena viver em constantes <<<farras>> baratas com os <<colegas>> de desmandos, e, dessa forma, se ia degradando, lentamente, amando a vadiagem descuidando-se de si mesmo, desobedecendo as ordens paternas, menospresando a família, e, nem siquer, sentindo a dor imensa de sua Mãe, que encanecia prematuramente e já não tinha, na vida, o socego de espirito que gera a felicidade... (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 25).

Através da história de uma mãe em extremo sofrimento, as leitoras de *Brasil Feminino* são guiadas, mais uma vez, à tábua de salvação que simboliza o projeto político do sigma. O jovem filho, absolutamente perdido, caindo em alcoolismo, põe a vida dos pais em desgraça. Em determinada passagem, seus pais, diante de seu sono embriagado, choram e suplicam a Deus pela sua salvação. É então, num estado de crise que parece irreversível, em que “Promessas, remédios, corretivos, orações e <<<simpatias>>” pareciam inúteis, que a resolução se apresenta. O integralismo vai surgir como salvação num espaço em que “nenhuma das taboas de salvação que o seu amor [de mãe] lhe oferecia” funcionavam. A doutrina do sigma é oferecida como um antídoto mais poderoso que o amor de uma mãe na conversão do comportamento dos filhos. O rapaz com sua “pobre alma transviada”, ao voltar de um passeio pela cidade, fica curioso pelo movimento:

[...] uma multidão de moços, garbosamente perfilados, como militares disciplinados, que abriam alas a passagem de muitos outros homens e mulheres, que, como eles, vestiam uma <<camisa verde>>, adornada com um emblema esquezito, mas que empresionava bem o olhar... (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 29).

Assim a AIB é apresentada no conto. A imagem literária é construída fazendo referência à mesma grandeza e força utilizada nas fotografias impactantes. São as palavras, nessas páginas, que fabricam a dimensão do movimento. O deslumbramento do rapaz diante da movimentação é tamanho que se sobrepõe até à “troça” dos amigos que afirmam aquele ser um ajuntamento dos “galinhas verdes”. Sua conversão ocorre ao escutar as palavras de ninguém menos que o próprio “Chefe Nacional” penetrando em sua alma. A família, preocupada com a imagem do integralismo, considera mais essa novidade uma loucura, mas o resultado no comportamento do filho foi imediato, comprovando a redenção. Empregado por um dos chefes do movimento, que é comerciante, o rapaz é descrito, então, como um “bravo miliciano de exemplar conduta”. A família inteira se converte e o choro da mãe permanece, mas desta vez, de orgulho e alegria pelo filho “sadio e feliz, trabalhando pelo bem do Brasil!” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 29).

Conforme anunciado, esses são quatro contos que exploram perspectivas de mulheres, todas envolvidas com o casamento, com a maternidade ou ambos. A tônica da escrita também é ditada pelo momento de salvação diante de uma crise, com exceção do primeiro conto, pois o integralismo não aparece naquela ficção. Todos demonstram, no entanto, o que se configura por escolhas de futilidade na vida, para que se possa confrontá-la com os efeitos do integralismo depois da conversão. Mesmo Helenita, a personagem que não apresentava desgosto com sua rotina anterior, é recompensada com o casamento ao aderir aos preceitos da doutrina. Interessante como sua frivolidade é superada através da ideia de “sofrer sorrindo”, reforçando que o sofrimento e o sacrifício são requisitos essenciais para uma vida íntegra. O integralismo se constrói, através da autoria dessas mulheres, como uma tábua de salvação para os piores males que uma família poderia enfrentar. Sejam eles o alcoolismo ou ausência do marido. Assim, o partido estaria protegendo o mundo concernente às mulheres, oferecendo a segurança que entendo serem essenciais em sua popularidade.

A escrita doutrinária também faz do ofício dessas mulheres autoras algo importante e necessário, livre de questionamentos. Afinal, elas criam e, portanto, trabalham para um veículo de ampla circulação nacional, se colocando em projeção enquanto defendem que a missão essencial da vida das mulheres deve estar ligada à família e os cuidados do âmbito privado. Auxiliam, assim, na elaboração de uma estética integralista.

### **3.5. O que se pode concluir, então, sobre o exemplo da mulher integralista?**

Uma das passagens mais impressionantes dos textos integralistas é publicada no mês de setembro. Em artigo que propõe divulgar as atividades políticas da Província Fluminense, o trabalho de uma companheira é exaltado na defesa do núcleo a que pertence. Não se trata, no entanto, da elaboração de discursos ou de ações sociais que visavam conversão política, mas da defesa literal do seu núcleo, de arma em punho. Mais uma vez é Irene de Freitas a autora:

Por isso, e em homenagem gloriosa á mulher da Provincia banhada pelo Paraíba, citamos, como comprovante, o nome de uma companheira que pelo seu amôr á Causa, pela sua intransigencia em face de suas convicções (defendeu de arma na mão a séde de seu nucleo contra a invasão de um bando de comunistas), não tememos em afirmar, uma reencarnação de Benta Pereira. É que, o destino, dentro de seus insondaveis caprichos, quis, que até nos nomes, houvesse identidade: Anna Pereira (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 24).

A integralista que atende por Anna Pereira é exaltada como uma heroína que merece ter o nome registrado ao lado de outras mulheres importantes, que são incluídas na história do

país por terem participado de grandes eventos públicos. Mas a exaltação de sua atitude não se esgota na descrição do ato, o texto vai além:

Outras numerosas citações poderíamos fazer, contudo, basta dizer, unicamente, que a mulher integralista, em defesa de suas ideias, dará, por certo, a sua própria vida, como na cidade de Campos a nossa companheira Maria da Conceição, cuja morte heroica ficará gravada na História do Integralismo, assinalando a primeira mártir feminina (BRASIL FEMININO, Ed. 37, p. 24).

A primeira reação, enquanto pesquisadora, ao relacionar a imagem exaustivamente reforçada da mãe e da esposa integralistas, guardiãs da família cristã, com a imagem da ativista política em combate, é de um forte impacto. Por isso o conteúdo do texto é descrito como impressionante. Apresentando uma possibilidade que não é usualmente mencionada para as mulheres integralistas, a militante que porta uma arma, símbolo máximo da masculinidade e da violência, compõe possibilidades até então inesperadas para o imaginário estabelecido dentro das relações de poder reforçadas pelo movimento. Como se não bastasse uma menção ao ocorrido, Irene de Freitas reforça a atitude ao mencionar uma outra companheira, mártir integralista, morta em conflito. Mais do que isso, afirma o quanto a mulher integralista “dará, por certo, a própria vida” pela doutrina. Uma postura que extrapola todos os limites de militância e radicalismo político até então pregados pelos discursos integralistas para as mulheres. Mas que diz muito sobre os limites de violência envolvidos no movimento e sobre as disputas que rondavam a política institucional naquele momento.

A exaltação dos mártires no movimento era um assunto importante e presente na imprensa integralista quando se tratava das atividades dos homens. O luto político era pensado para todos os “camisas verdes”, que deveriam carregar os velórios de símbolos integralistas, assim como faziam com batismos e casamentos. Como a doutrina era dotada de um espiritualismo cristão, pregava que a imortalidade estava garantida aos militantes, que formariam uma “milícia do além”, cujo comandante seria Deus (FAGUNDES, 2012, p. 898). Entre as páginas de jornais e revistas, era comum que fotografias de militantes mortos ou feridos, mesmo explícitas, dividissem espaço com desfiles e sessões solenes. A importância desses acontecimentos era tamanha que os integralistas chegaram a elaborar um panteão com o nome de 20 mártires, todos homens, para render homenagens (FAGUNDES, 2012, p. 899). Para Fagundes, a ausência de nomes de mulheres no panteão reforçava que o papel para elas dentro do movimento era de outra natureza.

“Na luta política, caberia aos militantes a tarefa de enfrentar e derrotar os inimigos nos combates de rua. Já em relação às mulheres, o ‘campo de batalha’ seria nas escolas, postos de

saúde, consultórios e lactários da AIB” (FAGUNDES, 2012, p. 900). Não era incomum que escolas e cursos fossem batizados com os nomes de mártires. No entanto, não foram encontrados, ao longo dessa pesquisa, estudos que explorassem as mulheres enquanto mártires integralistas. Chegando à exaltação do combate físico, da disputa de armas, da abnegação da vida diante de atentados, o integralismo rompia com seus próprios acordos de performance de gênero. A doutrina dava, assim, por certo que a vida das “blusas verdes” estaria, como a dos “camisas verdes”, a serviço dessa causa que era maior e mais nobre do que a existência e integridade de seus militantes. Já que a atuação pelo integralismo não se encerrava nesse plano, o sacrifício exigido pela causa poderia chegar ao limite de exigir a morte .

### **3.6. Integralismo e as questões raciais: racismo e assimilacionismo**

Dentre tantas elaborações sobre o futuro da pátria e sobre a revolução espiritual que as lideranças da AIB produziram, já foi comentado ao longo desse trabalho que a questão racial não foi excluída. Aliás, os projetos de nação de diferentes grupos políticos estavam amplamente ligados à discussão racial. O futuro de uma nação, ou o projeto de modernidade de uma sociedade, era pensado como presumidamente uno, “soava correto imaginar uma nação em termos biológicos, ou estimar uma futura homogeneidade” (SCHWARCZ, 1994, p.2). Para usar termos mais precisos ao contexto, pode-se remeter à discussão em torno da ideia de “problema racial”. No Brasil chega-se mesmo a falar no “problema negro”, já que trata-se uma nação que, diante do olhar eurocêntrico, é constantemente definida como muito miscigenada, muito negra. Assim, a nação imaginada pelos integralistas era elaborada a partir de uma ideia de integralidade que incorporava ideais sobre raça. Pois, nos discursos do movimento, se encontra a defesa de uma sociedade sem conflitos, de um estado forte e homogêneo da perspectiva cultural, social e também racial.

Mas, como em todos os assuntos investigados mais profundamente no integralismo, esses discursos são cheios de contradição. A exemplo dos usos dos escritos de Oliveira Vianna, o sociólogo que mais inspirava o pensamento de Plínio Salgado. O homem, referenciado por Plínio, fazia parte do conjunto de intelectuais autoritários que influenciavam o pensamento na conjuntura política institucional do país. E a visão que elaborou sobre a questão racial era parte importante de suas teorias. No entanto, é curioso notar como, no livro *Raça e assimilação*, Oliveira Vianna conclui que a heterogeneidade da raça não convergiria

para um tipo único. O caminho das conclusões do intelectual<sup>45</sup>, portanto, era o oposto da proposta política integralista. Assim, segundo ele, a mestiçagem multiplicaria os tipos antropológicos, gerando grupos mais complexos, inclusive entre os brancos, que não assimilariam as demais raças (RAMOS, 2003, p. 591). Por outro lado, a teoria integralista apostou na miscigenação, nesse caso, como uma via de salvação da nação brasileira, o caminho possível para a unidade racial. Não porque representaria a diversidade do território, mas porque possibilitava o branqueamento do mesmo (CRUZ, 2004, s/p.). A miscigenação, no entanto, não servia apenas para a revolução espiritual que abarcaria uma só nação, mas auxiliava na construção de um contingente maior de apoiadores. Era um caminho de avanço na popularidade do movimento, pois visava atrair a população não branca.

Outro aspecto importante, salientado pelas análises de Natalia Cruz, está na ideia de que o integralismo transformou a discussão racial numa pauta moral. Para a autora, esse recurso humanizava a discussão. Assim, mesmo que estivessem defendendo princípios que eram racistas e nada inclusivos, podiam negá-los através do apelo moral das ideias: “A negação do racismo foi, inclusive, utilizada como marco divisório entre o integralismo e o nazismo alemão, possibilitando às lideranças integralistas a elaboração de um discurso crítico ao nazismo e ao seu ‘imperialismo racista’” (CRUZ, 2004, s/p.). E, mais do que isso, um discurso organizado para negar o racismo e acolher “todas as raças”, num contexto político que por vezes era pautado por discursos racistas explícitos e mais agressivos, fazia da imagem do partido integralista um espaço diferente dos demais<sup>46</sup>. Foi a aparência acolhedora das políticas integralistas que fez com que, desde muito tempo, o movimento pudesse renegar sua responsabilidade racista.

---

<sup>45</sup> Para conhecer as referências que ancoram sua conclusão sobre a mestiçagem, Oliveira Vianna cita Enriques (*L'eredità nell'uomo*, 1924); Jennings (*Prometheus or biology and the advancement of man*, 1925); e Cuénot (*La genèse des espèces animales*, 1921). In: RAMOS, 2003, p. 591.

<sup>46</sup> Ainda assim, a aliança política que, por vezes, se estabeleceu entre os movimentos não pode ser apagada. Em sua tese sobre nazismo no Brasil, Ana Maria Dietrich conclui que o integralismo fazia questão de salientar suas semelhanças com o nazismo em material de propaganda. Quando era proveitoso, até mesmo algumas sedes em cidades do sul do país foram compartilhadas. É o que mostram as fontes que analisa, pois conclamavam a população que, não sendo alemã, se filiasse ao integralismo, já que não é possível a filiação no Nacional Socialismo. Ou mesmo chamando aqueles que se considerassem Nacional Socialistas para que erguessem a mão e estabelecessem o paralelo político entre os movimentos (DIETRICH, 2009, p. 209).



Figura 18 Colagem feita com imagens das ps. 32 e 48 da Ed. 35 de *Brasil Feminino*. Em ambas as imagens é possível notar a participação de mulheres negras nas fileiras do partido, recurso amplamente divulgado entre as imagens de propaganda de suas atividades.

São as contribuições de Gustavo Barroso sobre o tema que sempre configuram a exceção inegável. Racista mais explícito do movimento, era o intelectual mais abertamente ligado aos discursos eugênicos cientificistas da época e o mais famoso por isso. Em *Brasil Feminino*, só há uma representante que faz jus aos posicionamentos de Barroso, o que ocorre, surpreendentemente, na sessão de cinema brasileiro. A autora em questão faz recorrente alusão à influência da moral judaica. Seu nome é Adele Simi de Castro, apresentada na revista como a primeira mulher cinegrafista que exerce, no Brasil, essa profissão artística. Embora até o momento não tenha sido possível acessar suas obras ou mesmo biografia.

Das quatro publicações elaboradas sobre o cinema brasileiro, três fazem referência à má influência do judaísmo sobre a sétima arte. Para a autora, o cinema deve ser defendido e estimulado, mas de acordo com os preceitos da ideologia integralista. O cinema por ela

definido como “pernicioso, imoral, dissolvente, judaico internacional, comercial desnacionalizante dos ‘gangsters’ das orgias e dos ‘cock-tails’” aparecia em cartaz compondo a oposição política do que acreditava, disseminando a degeneração moral. O cinema, para Adele, em realidade deveria propor, pela sua execução, **“força para nossa Patria”** (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 42). E assim ela continua, em seus escritos subsequentes, comentando assuntos que considera pertinentes para a área. É o caso de comentário sobre a lei que, a partir de 1934, tornava obrigatória a “exibição de um complemento nacional com mais de cem metros, em todas as sessões cinematograficas do territorio de Nossa Patria”. Segundo a cineasta, é a partir desse momento que o cinema nacional avança em seu desenvolvimento. Pois antes, leis que ela chama de “SECRETAS” se impunham sobre o cinema do Brasil. Sua visão sobre o passado, no entanto, é de que essas leis a que se refere eram do tipo que “só os judeus sabem impôr em todos os paizes descuidados” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 42).

Finalizando sua participação na revista, decide escrever sobre a relação entre a moral e o cinema. A autora aponta que o cinema pode ser tão instrutivo como os livros, desde que o façam para “o bem”. Segundo ela, mesmo que livros possam ser “bons e maus”, os leitores sempre poderiam tomar conhecimento, apesar da “falta de escrupulo de certos editores”, e sair instruídos, qualquer que fosse a experiência literária. O mesmo ocorreria com os filmes. Fazendo uma conexão direta entre o “mau”, ou a “falta de escrúpulos”, e a cultura judaica, expõe como entende que essa cultura é responsável pela destruição da moral cristã: “Os filmes elaborados pelas organizações judaicas trazem sempre um enorme material instrutivo. Todo o filme traz, no seu enredo, um tema moral. Os filmes judaicos trazem a moral judaica. Ou melhor, a moral com que os judeus vão destruindo a moral cristã” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 15). Sem fazer uma distinção ou uma elaboração mais profunda sobre o que ela chama de cinema judaico, a autora insiste em seu papel na dissolução da sociedade. Para ela, o filme, compreendido como uma ferramenta de educação que precisa criar lições de moralidade, sendo judaico, sempre cometeria o absurdo de ridicularizar a bondade e valorizar o pensamento prático. Então, o nível de maquiavelismo dessas obras seria tamanho que poderia “iludir com admiravel subtileza os censores cristãos”.

A moral judaica fica, no entanto, subentendida. A autora justifica não dar exemplos para que o texto não se delongue em excesso. O importante, para ela, é demarcar que o antídoto para tais influências estaria na produção de um cinema genuinamente brasileiro. Adele Simi de Castro chama atenção das leitoras para que não se deixem enganar pela “infiltração judaica”, com a escolha dos enredos, porque o cinema possui uma missão:

Esta missão é uma missão sagrada de concorrer para o engrandecimento da Pátria, o culto á família, o respeito e o amor a Deus; divulgando os costumes da moral cristã.

Nós lutamos pelo Cinema Brasileiro, mas condenaremos e apelaremos para a censura do Governo sempre que assistirmos a um filme nacional com temas judaicos em equação em seus enredos (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 15).

A missão dos integralistas, assim, vai além de simplesmente atentar e evitar tais influências maléficas, mas apela para o auxílio na censura dessas películas. Na sequência de suas palavras, a autora estimula que se denuncie ao governo a imoralidade dos filmes. Cria, dessa forma, uma aura de perseguição à produção artística de um grupo étnico que já era, naquele momento, barbaramente culpabilizado pelos discursos fascistas em ascensão no mundo. Assumindo uma postura antissemita, se aproxima ainda mais da intolerância racista de que tanto tentam se eximir os integralistas.

Indo além dos escritos sobre o cinema, avanço na análise de outros artigos de BF. Pois, se examinamos o discurso oficial da AIB, o que fica realmente explícito é que seu ideal de Brasil uno ocorreria através dos valores morais e espiritualistas apregoados pelo movimento, mas sem confrontos. A sociedade seria livre de conflitos e atingiria a harmonia se conseguisse superar o materialismo e o individualismo que tanto ameaçavam o início do século XX. E dessa maneira também era compreendido o passado do país. O discurso sobre o contato entre as diferentes etnias no Brasil era descrito como uma interação harmoniosa: “O integralismo, por rejeitar qualquer forma de luta que pudesse dividir a nação, opunha-se também às divisões étnico-raciais, afirmando, em nome da irmandade cristã, a importância da harmonia entre os brasileiros de todas as raças e classes sociais” (CRUZ, 2004, s/p.).

Um exemplo importante dessa abordagem aparece em texto publicado em BF cujo foco é a bandeira do Brasil. De autoria de Zeny Miranda, seu objetivo é explorar um símbolo muito importante para doutrina integralista. Mancilha define que, nesse texto, “a autora expõe cronologicamente, desde o descobrimento do Brasil, a importância da bandeira como um símbolo de paz, concórdia e fraternidade” (MANCILHA, 2011 s/p.). E, de fato, enquanto objetivo político é para esse fim que se destina a publicação. Mas com um olhar um pouco mais atento à questão da racial, é possível notar que também capturamos uma peça a mais no entendimento da perspectiva integralista. Para essa recapitulação, que começa muito antes do surgimento da bandeira, remetendo ao encontro de colonizadores com o Brasil de 1500, duas raças são definidas:

Naquele dia, um grande alvoroço movimentava as tribos briosas da formosa Pindorama. Entre aquela raça inculta e altiva penetrava o invasor, aquele que vinha

desbravar as suas selvas e trazer áquela gente o engôdo mentiroso da chamada civilização. E os homens primitivos, feridos na sua liberdade e nos seus direitos de senhores, viram, entretanto, erguer-se deante dêles, como um simbolo de paz e de concordia, uma flamula muito branca, onde uma grande cruz abria para êles os seus braços acolhedores e misericordiosos. Foi assim que a bandeira branca das caravelas de Cabral, trouxe aos indios do Brasil a primeira noção de Deus, o primeiro abraço de dous povos (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 5).

A chegada dos colonizadores, embora seja marcada por uma civilização descrita como mentirosa, mostra aos primitivos o símbolo da paz e da concórdia, que marcava sua “primeira noção de Deus”. Esse esforço discursivo propõe, em realidade, um apagamento das tradições religiosas das populações indígenas. Reforçando uma ideia que secularmente deixa as marcas na história do Brasil, em que a religiosidade cristã católica, trazida pelos portugueses, é entendida como única religiosidade possível e descrita como pacífica e misericordiosa.

A história da relação entre colonizadores e populações originárias continua sendo reafirmada, no texto, como uma história de interação serena. As bandeiras utilizadas em solo brasileiro, para demarcar o avanço colonizador, são descritas como marcas de uma harmoniosa relação. Artifício recorrente nos discursos integralistas:

E foi sempre assim. Todas as bandeiras do Brasil-Colônia tiveram sempre esse cunho de fraternidade. E em verdade não houve em a nossa historia, choques profundos entre essas duas raças tão diferentes. Uma, dócil ao comando, era entretanto imperiosa e dominadora. A outra, livre e afeita a essa liberdade, embriagada de luz e de espaço, rebelde, portanto, ao jugo e a escravidão, não teve, porem, mais do que pequenos protestos recalcitrantes como únicas e bem fracas demonstrações de revolta. Não houve, a bem dizer, na colonização brasileira, dificuldades a vencer com os habitantes do paiz, graças á suave habilidade dos missionarios jesuitas, ou talvez tambem um pouquinho á influencia branca dessas bandeiras fraternaes (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 5).

Percebemos usos do passado em que as violências e atos genocidas dos colonizadores para com os colonizados são apagados. A intenção é dar lugar a um discurso em que a dominação portuguesa, carregada de tradições cristãs, em realidade, teria propiciado um efeito benéfico para o desenvolvimento da nação. Os “pequenos protestos recalcitrantes” demonstrando “fracas demonstrações de revolta” em verdade são maneiras de descrever e de disputar uma identidade nativa para o Brasil que se origina sem revolta, passiva diante da investida colonizadora. Mais do que isso, era a rebeldia em que viviam nossas populações originárias que os fazia suscetíveis à escravidão. Percebam, ainda, como Zeny Miranda narra a história do Brasil depois da independência: “Eram novos horizontes que se abriam. Caminhos novos que se surgiam na madrugada brasileira. Era a liberdade, de novo, mais bela, talvez porque consciente e conquistada. Novos rumos, novos sonhos, vida nova...” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 5).

Depois de descrever todas as bandeiras escolhidas como símbolo da pátria até o modelo atual, a autora se utiliza dos significados das palavras em seu centro para criar afinidade entre os objetivos integralistas e o que ela define como “o desejo mais forte de todo o Brasil: PROGRESSO”. O texto segue até sua finalização criando associações entre os desejos políticos do movimento para a nação e a simbologia de grandeza agregada à bandeira. Num resumo significativo do discurso integralista, que reafirma a ideia de uma conquista do poder sem lutas, abnegando a ideia de conflito, em um de seus parágrafos finais, afirma:

Bandeira da minha terra! Orgulho de todos nós!... Á tua sombra caminharemos juntos – meus patrícios, meus irmãos – sem lutas e sem tropeços, sem esmorecimentos e sem desesperança, mas com vontade de vencer, de impôr ao mundo a grandeza do nosso povo, e ao nosso povo a grandeza do Brasil! (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 5)

A trajetória de uma revolução que, porque espiritual, ocorrerá sem lutas e sem tropeços, em realidade oculta um projeto de violências e apagamentos com vias de assimilar as diferenças étnicas e culturais para um fim branco e cristão. A “intolerância para com grupos étnicos que queiram manter a sua cultura e identidade próprias é mascarada pela idéia de união, contrapondo-se a qualquer particularismo étnico e/ou cultural” (CRUZ, 2004, s/p.). A miscigenação, dessa forma, ganha ares romantizados, já que é narrada como um processo harmônico de “mistura” entre as diferentes raças, em que a aculturação não se torna um problema, mas um objetivo. A mistura, no entanto, só é válida se o resultado for o branqueamento e a cristianização do povo. Enquanto a miscigenação era interpretada por algumas vertentes de intelectuais como sinal de degeneração do Brasil (SCHWARCZ, 1994, p. 138), o integralismo reforçava o caminho avesso, em que o branqueamento era positivo, pois resultaria na melhoria das raças (FIORUCCI, 2014, p. 126). Então vemos construída uma imagem para o indígena. Se, no passado, foi dócil ao contato com os colonizadores, naquele presente é frequentemente relatado como uma cultura em desaparecimento, ou em vias de desaparecer. Não apenas aceitando, mas até mesmo desejando o branqueamento, entendido como sinônimo de melhoramento. “O indígena é visto como o representante da “alma” nacional, por ter aceitado se submeter à fusão ‘harmoniosa’ com os brancos, contribuindo para a geração de uma nova raça no futuro” (CRUZ, 2004, s/p.).

Não é apenas a figura indígena que vai ser utilizada para representar a alma, a síntese, dos valores da nação. O mito Tupi vai embasar a defesa do branqueamento, sim, mas outra figura emergirá para constantemente descrever a construção étnica da perspectiva integralista: o caboclo. O caboclo representa a fusão entre as raças, uma vez que o “elemento tupi” teria

desaparecido no processo de miscigenação (CRUZ, 2004, s/p.). De acordo com os sentidos elaborados no país desde o século XIX, cabocla era uma categoria racial que designava a mistura entre brancos e indígenas. Parda, por outro lado, era a categoria para designar a mistura entre brancos e negros. Ainda assim, a associação aos elementos africanos era tão carregada de preconceito que gerava, na população racializada, muita conexão com a identidade cabocla. A indefinição diante dos conceitos acabaria fazendo com fossem substituídos, ambos, pelo termo “mestiço” no sentido seguinte. Tal forma de abordar a questão nos sentidos faz com que a categoria cor seja abandonada desde 1872 até 1940 (GOUVÊA; XAXIER, 2013, p. 106), não constando, portanto, dados referentes ao tema durante a década de 1930.

A miscigenação é, como se pode ver, um processo complexo. Tal processo não pode ser compreendido sem uma igualmente complexa análise social que envolva as categorias. De qualquer forma, será utilizada pelo integralismo na disputa pela construção da harmonia possível entre as raças no país. Nesse mesmo tom, as pessoas negras, para a AIB, são entendidas como outro elemento na construção desse ideal de país “biológico”. Suas contribuições, assim como a das populações indígenas, são descritas e nomeadas no singular, como que tratando de um povo só, de uma cultura apenas. Sua participação na história do Brasil é valorizada pela contribuição no trabalho e evocada enquanto mais um elemento que se mesclará à miscigenação final. No entanto, sua representação na revista é bastante frágil. A escrita de *Brasil Feminino* em nenhum momento salienta a autoria de mulheres negras, assim o chamado a sua participação política fica a cargo das fotografias. Suas histórias, quando contadas na revista, ocorrem através de uma perspectiva que pode-se, no mínimo, chamar de majoritariamente branca. São escritas e publicadas por quem detém os meios de fazê-lo.

Já na edição de reinauguração, por exemplo, BF publica artigos que tratam da questão racial e, mais especificamente, inicia pela abordagem da abolição. O mês de maio se reafirma como um momento tradicional de rememoração dos feitos da Princesa Isabel. Desta vez, no entanto, não aparece evocando o histórico político da trajetória da princesa, mas utilizando-se de recurso literário. A coluna é intitulada *O Sigma como revelador de talentos*, o que indica ser um espaço reservado para militantes que escrevam à *Brasil Feminino* visando publicação. Assinado por Maria Carlota Barbosa Lima<sup>47</sup> e sob o título de *ESCRAVO, impressões de um 13*

---

<sup>47</sup> As autoras do conto explorado nessa página, e também do conto explorado a seguir, são filhas de Raimundo de Oliveira Barbosa Lima, ativo militante da AIB, na época chefe provincial da Guanabara e posteriormente do Distrito Federal. O pai participou dos levantes do ano de 1938 e chegou a ser preso pelas atividades políticas.

*de Maio*, a perspectiva da coluna faz uma tentativa de conectar as leitoras aos sofrimentos infligidos no passado pela escravidão. Mas fornece também o alívio de ver tais agruras superadas pela ação da princesa. E ainda considero que um aspecto adicional merece atenção na leitura do texto. Trata-se da tentativa de aproximar a leitora da realidade vivida por um personagem ficcional, um velho escravizado, o que ocorre através da reprodução de marcas de oralidade que fogem às normas cultas da língua portuguesa. A autora inicia descrevendo a pessoa escravizada que narrará a própria história: “Olho um desenho do teu rosto, escravo, do teu rosto rude, onde o sofrimento tomou forma. Mas, eis que os teus olhos me olham e os teus lábios se movem contando-me a tua historia” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 28).

Então, o texto passa a explorar a narrativa do homem que foi apresentado. Agora sim, reproduzindo as marcas de sua oralidade, abordando sua própria vida e história, sem que seja nomeado. Sua trajetória se transforma no recurso que, pela extensão geracional, demonstra o quanto a escravidão se delongou no Brasil. É ele também que narra o fim, a libertação dessa condição:

— Vim num veleiro lindo, desses veleiros que tão sabiam bem escondê o inferno que andava em seu bojo. Depois de muito mez de fome e de tortura, vi, numa manhã linda, essa terra inundada de sór. E os meus óio, já tão habituado nas treva dos porão. se embriagaram de luz!.

[...] Fui vivendo, fui vivendo, até que um dia murri.

Assim vivi eu, meus fio, meus neto, e quanta gente mais! ... Mas um dia apareceu uma princeza que éra muito boa: ISABER, a REDENTORA por que libertô a gente! ISABER a JUSTA, porque espaiô a justiça! ISABER a que soube compreendê. E veio o 13 de Maio!! (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 28).

Reforço discursivo que, como percebemos, se estende desde a fundação da revista. Também percebe-se, mais uma vez, a mulher branca protagonizando a redenção do período secular em que a escravidão regulou as relações de trabalho no Brasil. Mais do que isso, é reforçada a gratidão com que a pessoa negra vivencia o 13 de maio, parecendo quase impossível à imaginação branca encarar de outra forma o acontecimento. A seguir, a palavra passa para Isabel, a redentora. O discurso personificado na princesa outra vez encarna a solução do problema da nação, o que podemos entender como um traço de continuidade na postura da revista. O integralismo, portanto, não alterou a maneira como BF narrou esse episódio da nossa história. A fala sobre liberdade, agora do ponto de vista da princesa, respeita as normas cultas da língua portuguesa: “Ah! Negro eu sei que tu és pobre, mas tu

agóra és livre! disse ela...” Recurso simples que visa demarcar a diferença, ou as inúmeras diferenças, entre uma pessoa escravizada e uma membra da aristocracia. O texto, enfim, estabelece uma vez mais as marcas da oralidade, retornando para a narradora. Dessa vez adaptando suas palavras para a “linguagem do escravizado”:

E hoje, na favela, quando a lua tá bunita, tu póde sentá na porta da tua choça, e tu póde cantá teu samba... Tu não vê como êle é triste? E' a tristeza que trouxe n'arma o preto veio que veio num veleiro lindo, desses veleiro que sabiam tão bem escondê o inferno que andava no seu bojo (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 28).

Na mesma página, ainda é publicado um pequeno conto intitulado *SORTE*, de Maria Helena Barbosa Lima. Dessa vez, a história narra a sorte de outra personagem negra, também sem nome, que é descrita como “uma mulatinha bonitinha, cheirando a jasmin quando o sol vae embora”. O texto explora a diferença entre os destinos possíveis para a menina desde que a mãe morrera:

Uma família a tinha tomado quando a mãe morrera e agora que ela já era uma mocinha, o pae — o seu Manoel — reclamava a pequena. Fizeram o possível para rete-la porém, afinal pae é pae e lá se foi a mulatinha bonitinha, cheirando a jasmin, para aquele antro infeto que era o restaurante do seu Manoel (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 28).

A resolução do conto “temático” vale-se do desenrolar da vida da “mulatinha” que tinha os sentimentos bons, mas incompatíveis com o ambiente que passou a frequentar trabalhando no restaurante do pai. Sua vida era segura enquanto corria ao lado de uma família encaixada nos moldes entendidos como tradicionais. O pai, no entanto, a reclamara para viver num ambiente “infeto”. O desenrolar dessa história quase pode soar fortuito, tamanha é a rapidez com que é explorado, mas fala muito dos estereótipos de gênero, raça e classe, especialmente se atentarmos para uma perspectiva que dita os discursos sobre o *outro* a partir da branquitude. Nesse caso, o outro é a mulher negra: “A vida dela foi um tropeço sem fim: mas o seu Manoel continuou a dele, tirando prosas fiadas com os freguezes e vendendo coisas que não iam ser fiadas” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 28).

E buscando posicionamentos implícitos, também é possível pensar sobre a sessão *Vultos Femininos do Brasil*. Assinada por Mercedes Silveira Pamplona, um artigo específico narra a história de D. Rosa da Fonseca. Parte de uma família importante para a história da política institucional do país, D. Rosa foi intitulada pelo exército brasileiro como “patrono da família militar”. Sua imagem, no entanto, é historicamente ligada às carreiras dos homens de sua família. Foi esposa do Major do Exército Imperial Manoel Mendes da Fonseca e mãe de dez filhos, oito deles homens, todos com carreira militar. Dentre os filhos destaca-se a trajetória

de Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, responsável pela proclamação da república e primeiro presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Embora todos os homens tenham seguido uma carreira militar e política de destaque. O texto, no entanto, tenta evocar o heroísmo e a participação dessa mulher através de suas contribuições patrióticas e de sua postura frente à família e à nação, com destaque para os conflitos bélicos e os sacrifícios que vivenciara. Veja no trecho a seguir:

Poucos mezes, porém, após seu casamento, viu toldada sua tranquilidade, denotando, mesmo assim, seu arrojo e bravura.

Escravos fugidos haviam formado colonias que se comunicavam com os captivos. Denominavam-se os <<Monte brechas>>. Formaram uma insurreição e cercaram a casa do capitão Fonseca que já estava á frente dos revoltosos. D. Rosa, desperta em meio áquele vozerio, de penteador branco, usando de energia, obrigou as escravas a ajudarem, fazendo cartuchames para a defesa da cidade. No oratorio que se erguia florido ao lado do leito vazio e muito banco, dois cirios ardiam em muda prece...

Ao descrever os cativos que se denominavam Monte Brechas, talvez por erro tipográfico, é provável que a revolta a que esteja se referindo seja a que ficou conhecida em Recife como Pedrosada. Nesse episódio é possível rastrear a participação da Companhia dos Monta Brechas, corpo militar que compôs a insurreição. Liderada por Pedro da Silva Pedroso no ano de 1823, a revolta estava tomada pelas discussões raciais e era composta “quase totalmente por mulatos, negros e mestiços pobres livres e libertos, os quais assenhoriaram-se das ruas da Ilha de Santo Antônio onde buscaram implantar um governo que os representassem, um governo de negros” (SILVA, C. 2017, p.1). Tendo em mãos essa informação, considero emblemático o trecho em que, ao narrar a bravura da mulher branca preparando-se para o conflito, descreve como ordenou “as escravas a ajudarem, fazendo cartuchames para a defesa da cidade”. Essas palavras colocam em cheque os interesses das próprias mulheres escravizadas que, ao obedecerem, são forçadas a combater uma luta que bradava por sua própria liberdade. Mas o texto obviamente não explora essa contradição. A autora segue descrevendo a bravura com que D. Rosa se coloca em combate, exaltando a serenidade com que a “heroína” vê uma de suas tranças ser cortada a bala em meio a um tiroteio. A resposta, no entanto diz muito mais sobre o imaginário que a branquitude criou dos lugares de poder que historicamente ocupa, do que soa realista sobre o acontecimento: “As negras olhavam-n’a com uma especie de temeroso respeito, tremendo lividas”.

O texto segue explorando peripécias políticas e de guerra mais relacionadas ao trabalho do marido que a ela própria. Sua existência é descrita como “agitada, pondo á prova seu legitimo valôr”. Do marido, também é mencionado o papel desempenhado na guerra contra os

cabanos, traçando uma linha muito explícita de como se construíram as carreiras das famílias brancas e ricas do Brasil. Uma verdadeira tradição de conflito e combate com as populações racializadas e pobres. Ao cuidar do marido doente e dos filhos com poucos recursos “Dentre eles, o soldo de inválido do marido e poucos criados”, ainda revelou ser uma “heroína de facto” quando estoura a Guerra do Paraguai: “Os Fonseca arregimentaram-se, guiados e insuflados pelo doce instinto da terna mãe que com suas próprias mãos preparou as fardas. Incitou-os á pratica do dever e fe-los partir sob suas benções”.

Ao receber a notícia de que havia perdido um filho e que talvez ainda perdesse mais, devido a ferimentos, deu seguimento aos festejos em sua casa pela vitória da dramática batalha de Itororó. Segundo a narrativa, quando D. Rosa recebeu o oficial que lhe daria a notícia do luto, teria respondido que só choraria no dia seguinte, pois o patriotismo a colocara em posição de primeiro celebrar a vitória da pátria (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 6). A finalização do texto descreve seu sofrimento, para, então, discorrer sobre o fim da vida de D. Rosa:

Diante das palavras de uma amiga, teria respondido sobre a morte dos filhos: “Não me arrependo. Foi para a Patria que os criei”.

[...] Morreu feliz, com a consciencia serena dos que souberam cumprir o seu dever na perfeita harmonia da sua missão (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 12).

O ideal de vida de D. Rosa foi escolhido para esse trecho da pesquisa porque é bastante simbólico entre as mulheres homenageadas como figuras heroicas. Historicamente, quando se pensa nos “Vultos do Brasil”, as histórias são preenchidas com trajetórias de homens brancos. Portanto, criar essa coluna para narrar a história de mulheres constitui-se, por si, como uma ruptura que pode criar espaços de valorização de suas agências, outro traço de continuidade entre as diferentes fases do editorial. No entanto, no caso desse texto especificamente, além dessa agência só se preencher de sentido em relação aos homens de sua família, também faz com que seu heroísmo seja coroado pela defesa da pátria. A maneira como a história é contada reforça, então, um ideal de heroína branca valioso para a doutrina integralista. Não por acaso que o percurso de sua vida seja permeado de pequenas passagens em que se fazem implícitas as relações raciais que vivenciou. É bastante simbólico e pedagógico para o integralismo que uma mulher entregue ao nacionalismo seja capaz de morrer feliz. Uma causa tão virtuosa que valha o sacrifício dessa família, que pertence primeiro ao público e depois ao privado. Já que os desejos próprios não se sobressaem aos da nação. Assim, vida e morte se reforçam e se preenchem de sentido em serviço da pátria.

Ainda, em página dedicada a contribuições *De Portugal*, uma coluna assinada pela Dra. Fernanda de Bastos Casimiro e intitulada *Por Terras de África*, busca fazer um apanhado de sociedades que ela nomeia matriarcais para explorar a peculiaridade de suas organizações. Nesse artigo, o foco do texto recai sobre territórios que ela identifica como Angola e Congo. Para introduzir o tema, Dra. Fernanda explica como, ao se observar o passado, os homens tem sido superiores às mulheres “em qualquer estado e grau de adiantamento”. Essa introdução provavelmente ganha lugar para que o restante do relato não soe como uma afronta a organização social das pessoas que tiverem acesso ao texto. E as ressalvas sobre a ousadia em abordar um tema como o matriarcado em África continuam: “Sem querermos diminuir essa superioridade, que consideramos, ainda que hoje com significação condicional, vamos apresentar casos, em que embora antropologicamente inferior é, a mulher superior, socialmente”. Apontamentos que tornam a postura da autora explícita, pois entende-se que considera determinadas formas de organização social como superiores a outras, e faz questão de reforçar a liderança dos homens como um sinal de civilização e evolução.

A autora explica que, apesar do desenvolvimento progressivo de povos em África, é possível *ainda* encontrar raras organizações dirigidas por mulheres. Essas lideranças políticas são descritas como “cientes de sua pessoa seu mistér e suas prerrogativas”. Explica sobre “sobados femininos” que existiriam na região de Luanda e também Moxico. Num primeiro momento as sociedades são descritas como “sobados femininos fumaguetas”, mas essa definição precisaria de uma pesquisa mais especializada para que se possa compreender a referência exata que ela menciona. A seguir, conta que as mulheres dessas localidades, sendo chefes, ordenavam o “poder, a conservação dos usos, culto dos deuses e antepassados, julgamento das questões, enfim, todos os assumptos que digam respeito á soberania de seu reino”. Fernanda também descreve sistemas em que as mulheres, poliandras, seriam auxiliadas pelo primeiro marido.

Ao nomear outra das “tribus”, refere-se ao nome de “maiacas”, provavelmente remetendo a um povo conhecido como Yaka ou Jabas, nômades que habitaram entre a região do Congo e Angola. A autora faz uma descrição um tanto desordenada da organização daquela sociedade, descrevendo os regulamentos que permitem à mulher escolher com quem se casariam por mais de uma vez. Conclui como os maridos, enquanto durasse o casamento, “deveriam obedecer a preceitos rigorosos, usar a mais absoluta fidelidade, não lhe sendo permitida a poligamia. A menor falta, ou não observancia das regras é motivo de castigo e até morte”. E vai mais longe ainda no pitoresco do texto explicando como “No alto congo o

primeiro marido é chamado a dar sua opinião na escolha dos outros. Há depois as visitas de cordealidade, troca de presentes e amabilidades á sua moda” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 18).

Sua contribuição é finalizada com as conclusões sobre como se organizam os estilos de vida desses povos:

O que não é permitido é que os outros maridos vivam na mesma aldeia, mas quando se apresentam são muito bem recebidos. Como os filhos pertencem a família materna, vivendo sob a tutela dos tios, a questão de filiação está resolvida por si.

O que fazem os homens nestes reinos onde a mulher impera como soberana absoluta?

Entregam-se á pesca, á caça, vivendo sem preocupações (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 18).

Para essa pesquisa, que se dedica a uma proposta mais ampla, não foi possível investigar mais profundamente a biografia de Dra. Fernanda de Bastos Casimiro. Em buscas pela internet não constam dados biográficos ordenados sobre ela, apesar de ser possível encontrar livros por ela publicados ainda à venda. Seu nome aparece relacionado a autoria de boletins da Sociedade Luso Africana do Rio de Janeiro, em que ela contribui em formatos parecidos ao texto publicado para BF. A revista, quando a apresenta, descreve que é “diplomada pela Universidade de Coimbra, e grande amiga do Brasil, onde, ha anos, exerce sua missão de educadora como membro do Corpo Docente da Escola Brasileira de S. Cristovão” (BRASIL FEMININO, ed. 35, p. 23). Em nota de falecimento, o jornal *A Noite*<sup>48</sup>, de 1941, a descreve como professora, escritora e educadora. Também é mencionada como elemento de destaque do Clube das Vitórias Régias, além de casada com o Sr. Bernardino Casemiro. Penso que até mesmo a fonte de seus relatos mereceria uma investigação mais profunda, mas atendo-me às informações disponíveis sobre o trabalho dessa pesquisadora, concluiria que ela faz parte dessa elite intelectualizada que investiga “a questão racial” no Brasil.

Com o propósito de auxiliar naquilo que se pode chamar de compreensão da questão racial, a autora contribui para que se pense em toda uma complexidade de povos e culturas como enigma menos evoluído a ser decifrado. Assim, se chegaria a uma suposta compreensão, também, dessas influências sobre a sociedade brasileira. Uma contribuição na

---

<sup>48</sup> Informações disponíveis em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=7656&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=7656&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>

busca pela solução do “problema negro” do país. Por certo que não seria possível deduzir toda a sua postura frente à questão racial apenas pela página publicada em BF. Me interessa, no entanto, reconhecer essa como mais uma intelectual interessada na contribuição para um projeto mais uno, mais integral para a nação brasileira e os recursos utilizados para tal objetivo.

Ademais, atento para a descrição de populações negras de forma pouco precisa, chamando pelo exótico em comparação com outras nações ditas mais civilizadas e evoluídas. Essa postura torna-se outro testemunho da longa tradição da branquitude que precisa assinalar marcos civilizacionais entre sociedades para legitimar suas relações de poder e privilégios. A referência civilizacional pretende-se neutra porque não se demarca, mas está inteiramente presente nos modelos de organização que emergem do norte global. Essa longa trajetória de reafirmação do outro como exótico, causador de espanto, é um artifício amplamente popular que precisa urgentemente ter sua história examinada sob filtros de uma branquitude com perspectiva crítica. Ao invés de simplesmente relegar a tarefa de se pensar na construção do racismo enquanto um problema para as populações costumeiramente racializadas. Entender que a branquitude se constitua enquanto raça, mesmo que suas marcas aflorem a partir de privilégios, e os usos políticos dessa posição é um movimento essencial pra história do Brasil. Daí que a investigação das marcas da branquitude, que se mostra a partir de sua relação com o *outro*, podem parecer invisíveis porque dela não se fala explicitamente, mas tem seus usos políticos amplamente explorados ao longo da história, como se pode ver nesse texto.

Mas a questão racial no Brasil, entretanto, extrapolava a discussão sobre miscigenação, conforme vimos no primeiro capítulo dessa dissertação. Os hábitos, estilos de vida e distribuição populacional eram, também, tomados de debates em torno de conceitos como eugenia e higienização social. E esses eram assuntos considerados importantes no planejamento da nação. As mulheres integralistas, como esperado, não se eximiram desse debate. No já mencionado *Breviário da Mulher Integralista*, escrito por Iveta Ribeiro, consta, por exemplo, uma série de instruções sobre como as mulheres deveriam organizar suas vidas a partir dos preceitos da doutrina. Dentre elas, esta o estímulo à sobriedade dos costumes: “XV – Não fumes, não bebas álcool, não jorges nem te desnudes nas praias, lembrando-te de que uma integralista tem que estar muito acima dessas tristes illusões de elegancia” (BRASIL FEMININO, Ed. 38, p. 33). Sob a assinatura das iniciais I.R. (referindo-se à Iveta Ribeiro) também é publicado um texto extenso em que são listados os benefícios de se ingerir café em substituição ao álcool. Não apenas como estímulo de um forte componente da economia do

país, o café é apontado como ferramenta no combate ao alcoolismo e seus benefícios eugênicos. Assim, o papel da mulher é ressaltado nessa campanha:

Uma vez conseguida a organização inteligente dessa propaganda benéfica e patriótica, sob todos os seus aspectos, caberia mais à mulher, do que a qualquer outro agente de reeducação e de adaptação de um costume novo, o trabalho de torna-lo eficiente, visto ser a mulher mais, naturalmente, refratária ao uso de bebidas alcoólicas e a maior vítima das consequências desastrosas do alcoolismo alheio, tão deprimente como destruidor de energias físicas, de sentimentos nobres e de inteligências (BRASIL FEMININO, Ed. 35, 1937, p.14).

Mas os hábitos saudáveis iam além do combate aos vícios. A preocupação com as atividades físicas era uma forma de manutenção da saúde, mas também utilizada para atrair mais adeptas. Por isso Irene de Freitas promovia jogos na própria casa pra reunir “blusas verdes”. A saúde física era pensada para garantir mente e corpo sãos, dando vazão para a preocupação eugênica da época de produção de filhos saudáveis. Renata Bulhões mostra como a revista *Anauê!* divulgava eventos realizados ao ar livre e nos núcleos, mas também nas casas das militantes, estimulando os hábitos considerados saudáveis (BULHÕES, 2007, p. 97).

Ao divulgar o “curso de preparação de instrutoras de educação física feminina”, já em 1937, a AIB salienta, nas páginas da revista, como pretende romper as barreiras de centro de educação moral e cívica para formar, também, “centros de cultura em prol da eugeniização da raça”. E esses ideais são propostos a partir de um currículo vasto, que abrange não só as atividades físicas, mas questões que eles denominam racionais e metódicas, tais como “noções de psicologia, pedagogia e metodologia da educação física, dansas regionais e noções de primeiros socorros”, tudo com vias de preparar as integralistas “para o desempenho da missão que O CHEFE NACIONAL lhe confiou — qual a do preparo das gerações porvindouras” (BRASIL FEMININO, Ed. 36, p. 43). O integralismo, ao propor os cursos de educação física, está abordando o conhecido aspecto eugênico que propõe a otimização das heranças genéticas através de uma educação do corpo.

Visa, dessa forma, reforçar o objetivo que acreditava ser o maior da mulher: a boa saúde para a procriação. A reprodução não servia apenas como o caminho para a formação da “raça una” a que a nação estava destinada e seu melhoramento. Mas também era vista como uma forma de expansão da doutrina, pois a educação integralista pretende-se doutrinadora desde a mais tenra infância para os “plinianos” e deveria se estender por todos os momentos da vida. Pode-se dizer que a proposta do movimento era global, de engajamento total com a causa que visava esse futuro idealizado para a nação, sem conflitos, sem crises ou inimigos. Assim, a

vida pública e privada dos integralistas poderia ser preenchida pelos discursos integralistas que encontravam grande canal de propagação através da intensa publicação na imprensa.

No mais, entendo que o pensamento racista integralista ganha espaço sem maior estranheza ou ruptura na revista porque a ideia de positivação da miscigenação já era popular antes da doutrina se firmar no editorial. Nesse sentido, o contorcionismo discursivo aparece pra que as pessoas negras, indígenas e mestiças sejam bem recebidas num ideal que visa o assimilacionismo. Excluído o recurso discursivo de associar determinadas características étnicas ao malogro de um povo, o integralismo reforça o foco na ideia de que a mistura com os brancos trará o melhoramento necessário. E é disso que falam quando se propõem como um partido que acolhe todas as raças do Brasil. O fato de não renegar as populações negras e indígenas é utilizado enquanto propaganda e uma via de angariar votos. Os intelectuais integralistas fizeram um uso estratégico do argumento sobre a mestiçagem do Brasil, propondo um discurso de acolhimento dessa identidade. “Importava mais aos integralistas o aperfeiçoamento da raça nacional, via educação moral, religiosa e física, do que as teorias que condenavam o país ao fracasso por conta de sua miscelânea racial” (FIORUCCI, 2014, p. 39).

Segundo Natalia Cruz é possível resumir o projeto integralista da seguinte maneira:

[...] o seu objetivo é a construção e formação de uma homogeneidade étnica e cultural; o meio de se alcançar tal objetivo é a miscigenação racial ou caldeamento étnico e cultural; o resultado almejado é o predomínio da raça e cultura brancas. Este projeto é justificado por sua pretensa autenticidade, supondo-se que a miscigenação está ligada às tradições históricas, culturais e religiosas da nação, ou seja, está atrelada à “alma” e à “subjetividade” nacionais, moldadas desde o processo histórico da colonização (CRUZ, 2004, s/p.).

Pautando-se no devir, na solução futura e imaginada para onde desencadeará o projeto integralista, o movimento cria um ideal em que o branqueamento “dissolveria” as raças inferiores e os hábitos indesejados. Logo, sua crítica social não se concentrava apenas na questão espiritual, cultural ou racial de como o país se organizava. Pois os brancos também eram criticados nas escolhas dos seus estilos de vida, pelo materialismo atrelado ao comunismo ou liberalismo, ambos condenados. Conforme reforçado nos textos de *Brasil Feminino*, dentre todas as ideologias, só o integralismo possuía condições de salvar a nação de destinos nefastos. Pela abnegação e sacrifício, “o maior movimento revolucionário já processado sobre a face da terra” estaria preparado, e contava “por certo” com a vida de seus militantes em sua defesa, em nome do futuro. Assim, a doutrinação dos hábitos e do estilo de vida se voltavam para o melhoramento do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos que foram dedicados a essa pesquisa (um total de 3, devido às prorrogações organizadas por conta da pandemia de COVID-19 e toda a sua repercussão), o enfoque dessa dissertação sofreu, como é de se esperar, diversas mudanças. Ao imaginar o desenvolvimento do texto, uma das grandes expectativas que se formou, foi a de escrever uma biografia mais consistente sobre Iveta Ribeiro. Infelizmente, os documentos a que tive acesso, como bem intuíu a professora Joana Pedro em minha banca de qualificação, não se valeram para corresponder à expectativa. Revelando poucos detalhes para além dos já conhecidos sobre sua trajetória.

Da mesma maneira, ao elaborar o projeto dessa pesquisa, eu não imaginava que uma parte tão significativa do texto se dedicaria à questão da branquitude. Afinal, essa não é uma pesquisa que se propõe a explorar especificamente questões raciais. Mas essa foi uma abordagem que cresceu e se fez pertinente na medida em que eu afeiava minhas ferramentas sobre o tema. Estudando junto a colegas de pós-graduação sobre os efeitos desse aspecto na formação identitária da população branca do país, elaborei nessa pesquisa um exercício crítico de historicização que os efeitos da raça impõem às pessoas privilegiadas por esse aspecto de nossa sociedade. Na ordem de acontecimentos que a fonte determina, se tornou elementar, na minha trajetória pessoal, explorar os temas da maneira que o fiz.

Assim, para o primeiro capítulo, avaliando a primeira fase de publicações da revista *Brasil Feminino*, foram analisadas questões que considerei importantes na medida em que emergiam na minha leitura. Iniciei, então, pelas afirmações que essas autoras fizeram acerca do feminismo que defendiam. Ora se afastando de posturas radicais, ora assumindo posições mais ousadas. Essas mulheres que compunham o corpo editorial da revista eram, em esmagadora maioria, brancas e pertencentes a grupos e famílias abastadas da sociedade brasileira. Seu feminismo, que se apresentava como “racional”, fazia parte de um projeto elaborado “de cima”, que buscava ampliar os direitos civis das mulheres. No entanto, o fazia liberando pouco espaço às críticas ao modelo tradicional de família, especialmente porque assim preservavam seus lugares de privilégio.

É possível perceber, pela análise das ideias divulgadas em BF, que suas propostas se empenhavam em guiar “a mulher” pelo caminho daquilo que consideravam mais culto e mais nobre sendo produzido pelas “almas femininas”. Apesar do reiterado projeto de pertencimento à família em seus discursos, não deixavam de ocupar a maior parte de suas páginas

divulgando o trabalho de mulheres nas mais diferentes áreas de atuação. Chegando inclusive a, algumas vezes, publicar palavras em defesa da autonomia de mulheres solteiras, questionando a prioridade do casamento em suas vidas. Ou mesmo a alienação a que eram forçadas diante da administração do próprio patrimônio. Indo além da questão do sufrágio, crítica mais reiterada ao feminismo do período.

Ao estudar seu conteúdo, ficou também evidente, conforme já adiantado, que questões relacionadas à identidade dessas mulheres estavam prementes em suas escritas. Pois uma ironia se acende quando percebo que os artigos são direcionados para “a mulher”, ou do ponto de vista “da mulher”. O conceito, usado no singular, indica dedução de que todas as mulheres podem se identificar com as perspectivas apontadas na revista. Premissa que, no entanto, rapidamente se mostra inconsistente, uma vez que inúmeros distanciamentos vão sendo formulados na medida em que os textos avançam. A universalidade do conceito se desmonta quando analiso o discurso com uma perspectiva crítica.

Em primeiro lugar, isso fica perceptível porque, repetidas vezes, renegam a postura radical de outras feministas, acusadas até mesmo de “roubar” o lugar dos homens, substituí-los ou imitá-los. Depois, quando fazem tentativas de se dirigir à mulher proletária, ou às “mulheres que trabalham”, sem conseguir, no entanto, uma identificação com o grupo. As mulheres assalariadas, naquele momento, dependiam do trabalho e de uma ocupação forçada do espaço público para sua subsistência e de suas famílias. Diferença importante das condições em que escreviam as autoras em BF. Esses raciocínios, que denunciam a desigualdade nos lugares sociais, não aparecem, na minha escrita, para demarcar juízos de valor sobre os tipos de opressão a que as mulheres estavam expostas. Também não se trata de invalidar práticas de certos grupos de mulheres, mas propõe vias de demarcar que essas diferenças existiram, foram importantes. Permanecem repercutindo e precisam ser lembradas.

Da mesma maneira, e principalmente porque as questões de classe são questões raciais, é que o último aspecto da análise do primeiro capítulo se faz necessário. Mais do que isso, se torna um tópico mais extenso que os demais devido a necessidade que eu, como autora, senti de explorar a branquitude da perspectiva dessas mulheres, num exercício crítico. Essa não se mostrou uma tarefa tão simples, uma vez que o objetivo de vasculhar pelos vestígios da branquitude no discurso da pessoa branca é como procurar pelo indizível. Pois essa face da questão racial é entendida como não marcada. Assim, são os textos que tratam da condição da pessoa negra, a *outra*, que permitem, por uma questão relacional, buscar pelo entendimento

dessa diferença. Permite também buscar sobre como a pessoa branca se vê diante do inevitável assunto que fundamentou as bases do país por mais de trezentos anos, a escravização.

Conclui-se, assim, que os marcos identitários dessas mulheres, na primeira fase da revista, permitem que elas elaborem para si lugares de liderança nas lutas pelos direitos civis das mulheres. Mantendo inconscientes, mas presentes em suas autopercepções, valores que são positivos diante da imagem branca e negativos diante das entendidas como *outras*. A neutralidade em que se colocavam propiciava a elaboração de um projeto universal para a categoria mulher, utilizando-a no singular. Mas o distanciamento material e simbólico que possuíam de grupos de mulheres atravessadas por outras intersecções, as afastava. Fazendo da identidade das autoras de BF um lugar que se pensa “de cima” como guia para as demais. Considero esse um tipo de historicização que precisa ser elaborado, exercitado pelas pessoas brancas quando examinam suas fontes.

No segundo capítulo é apresentada, finalmente, a história de Iveta Ribeiro. A partir de uma comparação entre as suas demais biografias, documentos da AFLRS e escritos publicados em BF, são reconstruídos eventos importantes de sua vida. Vida que parece inteiramente dedicada ao trabalho pela divulgação da “cultura feminina”, aqui entendida em sua elaboração formal, agregada aos conhecimentos clássicos, especialmente os ligados às artes.

Ao avaliar sua trajetória, dois são os aspectos principais que chamam atenção durante a pesquisa. Primeiro, a falta de maiores registros sobre sua figura ou sobre as obras por ela sustentadas. Indo muito além de *Brasil Feminino*, Iveta não apenas escreveu para inúmeros periódicos e publicou mais de uma dezena de livros, como estabeleceu uma rede de contatos internacional. Fosse promulgando suas artes e criando pontes com diferentes países, fosse assumindo missões filantrópicas de grande porte.

Há de se suspeitar que um dos motivos que a fez transformar-se em figura quase anônima nas páginas da história brasileira tenha sido por influência de sua militância integralista. Durante o Estado Novo a campanha de perseguição e constrangimento ao integralismo foi tão bem executada, que parecia mais conveniente à vida pública de muitos antigos membros silenciar sobre o acontecido. BF por certo que ficou marcada por essa militância. Não coincidentemente, em 1945, quando Iveta é convidada a participar da ALFRS, os discursos em sua homenagem não mencionam o fato. Uma das fundadoras que, como ela,

foi militante, Aurora Nunes Wagner, também não possui, em suas manifestações, lembrança sobre a militância.

Assim, chego ao segundo fato que considero curioso sobre Iveta. O silêncio que também se operou sobre sua filha adotiva e neta. Por certo que um dos assuntos mais abordados em sua escrita para a revista é a maternidade e o valor do pertencimento à família. No entanto, o fato de quase não ter sido encontrada menção a sua própria filha, soma-se ao reiterado fim da vida, sempre narrado em solidão, retirada em quatro da Pró-matre. Narrativas que fazem com que outras pesquisadoras cheguem a concluir que não foi mãe. Não fosse pela insistente busca de diferentes combinações de nomes e sobrenomes pelos bancos de dados da internet, provavelmente eu jamais teria chegado ao registro do nome e rosto de sua filha, conforme encontrei nas páginas da *Noite Ilustrada*, em 1934.

Essa ausência faz pensar, suscita mais questionamentos do que respostas sobre o que teria levado essa mulher a passar seus últimos anos sozinha. Se é que de fato essa descrição se efetivou da maneira como é narrada desde os anúncios de sua morte, em 1963. Fica a indagação para futuras pesquisas, quiçá mais profundas sobre sua biografia. E o interessante que seria encontrar documentos pessoais dessa mulher, suas impressões sobre a elaboração da revista, relações familiares ou mesmo militância política.

O restante do segundo capítulo se dedicou a apresentar, resumidamente, aspectos importantes da estrutura da AIB no que diz respeito a suas elaborações sobre o papel das mulheres e da imprensa na construção da doutrina. Embora a fonte seja mais profundamente explorada a partir do terceiro capítulo, já aparece nesse momento da escrita, corroborando as conclusões de outras pesquisadoras sobre o tema. Para a AIB, a imprensa tinha um papel importante de propaganda e popularização da doutrina. E as mulheres integralistas, chamadas de “blusas verdes”, executavam um papel de guardiãs da família e da moral no projeto do movimento.

Assim, o capítulo 3 é, então, dedicado à análise mais profunda do conteúdo integralista da revista em sua nova fase, procurando por rupturas e afastamentos. Novamente, algumas questões afloraram mais que outras durante o estudo da fonte. Dentre elas, a militância pelo voto e sua mobilização pelo projeto de poder do movimento integralista. Enquanto os demais direitos civis não eram mencionados ou apareciam em posturas que defendiam a manutenção da desigualdade. O voto aparece como um dos principais assuntos, mobilizando frentes de

ação para alfabetização de simpatizantes, com fins de ampliar o alcance eleitoral do partido, uma das tarefas ordenadas às integralistas.

Depois, a divulgação das ações sociais organizadas pelas “blusas verdes”. Incumbências que apareciam através de uma propaganda que beirava o profissionalismo, entre boletins de desempenho e tabelas com números grandiosos. Essa postura pode nos mostrar uma vistosa oposição em relação à espontaneidade com que se divulgava as iniciativas filantrópicas da revista em sua primeira fase. Agora dotadas de um arsenal de atuação mais vasto, é possível concluir que as “blusas verdes” conseguiam romper com algumas das limitações das missões a elas designadas. Dessa maneira, o espaço público é ocupado com a segurança que o discurso de um movimento conservador e autoritário propicia. Sem levantar suspeitas sobre o lugar das mulheres nos núcleos familiares.

A seguir, foi analisado o conteúdo literário e sua nova roupagem doutrinária. Que direcionava a vocação das escritoras para a missão moral de difusão do movimento. Mais uma vez é possível concluir como as mulheres não se voltavam exclusivamente ao lar, mas através desse reforço discursivo, escreviam. Publicavam. Faziam de seus trabalhos algo palpável, sem que suscitasse maiores polêmicas. De fato, a polêmica maior encontrava-se justamente em participar de um movimento como esse.

No ápice do que se pode definir como radicalismo, a AIB chega mesmo a romper com seus protocolos e celebrar que as “blusas verdes” sacrifiquem a própria vida em defesa da doutrina. Esse é, certamente, o aspecto que considero mais impactante dessa fase das publicações. Não que a morte não estivesse no escopo da expectativa política do movimento, pois estava. O integralismo chegou a elaborar um panteão pelos homens mortos em conflitos. Mas esse panteão não se estendia às mulheres. Ou melhor, esse é um argumento para o qual não encontrei equivalência no campo das pesquisas sobre mulheres integralistas. Da mesma maneira, nem a mártir Maria da Conceição, mencionada em artigo de *Brasil Feminino*, tornou-se a heroína prometida na memória do movimento. As fontes legadas pelo integralismo permaneceram reforçando que as missões das mulheres eram de natureza diferente. Embora, como notamos, nem sempre o fossem.

Tal postura, de preservação das mulheres, soaria coerente com o discurso integralista. Mas, como vimos, na prática, eram operados um sem fim de papéis que rompem com o que é oficialmente determinado pela AIB. O caminho ofertado pelo integralismo era considerado

seguro porque conservador na ocupação do espaço público. No entanto, chega ao limite de estimular riscos de morte às integralistas em nome da manutenção da doutrina.

Então, ao fim do último capítulo, foram explorados os aspectos racistas presentes nos discursos dessas autoras, que agora alinhavam suas perspectivas com os objetivos integralistas. A “questão racial”, para a AIB, seria revolvida através da assimilação. Embora não tenha reprimido expressões antissemitas na revista, BF intentava reforçar o ideal de harmonia entre os povos. Assim, tanto a população negra do Brasil quanto a indígena eram preenchidas de “valores” em suas descrições, com especial ênfase ao valor do processo de miscigenação que se operava sobre elas. O interesse do movimento não estava em celebrar a diversidade do território da pátria, mas em angariar adeptos, arregimentar. O propósito de futuro, de devir operado, estava em unificar esse território, reduzi-lo a um. O discurso que conclamava a população racializada para que se reunisse às fileiras integralistas, o fazia com vias de chegar a uma raça brasileira, assimilada peça cultura que nada mais era do que branca e cristianizada pela doutrina.

Pode-se concluir também que, na maior parte dos casos, o discurso sobre a questão racial se apresenta enquanto uma continuidade da percepção de si em relação ao *outro*, ou à *outra*. O integralismo oferece como elementos novos em sua elaboração racista de nação a ameaça judaica e o mito de fundação pacífica do país. Ao narrar os primórdios da história do Brasil, recorre ao mesmo ambiente sem conflitos que idealiza quando sua revolução espiritual se concretizar. Opera, assim, dentro da revista, usos do passado em que a história serve como mais uma ferramenta doutrinária.

Considero que as contribuições elaboradas por esse estudo não tem caráter definitivo, nem uma principal sentença ou categorização sobre o material da revista. Pelo contrário, se constituem como um testemunho da pluralidade de ideias e disputas em torno de um periódico. Prefiro pensar que essa dissertação serve para um exercício de como podemos narrar a história de mulheres conservadoras, sem que seu conservadorismo encerre tudo que se entende sobre elas. Da mesma maneira, pode ser um exercício de historicização do que, afinal, existe de atrativo nos discursos autoritários, permeados de censura e violência. Ou de quais alternativas se mostram interessantes, e para quem, em configurações como essa. E o quanto de sua proposta política de mundo não estaria, em realidade, carregada de senso comum, de heranças que parecem radicais em seus termos, mas correm banais na esfera pública e na formação política e subjetiva das pessoas.

## FONTES

Pasta referente a cadeira número 34 da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul (ALFRS), localizado na rua Sarmiento Leite, número 933, na Cidade Baixa, em Porto Alegre, RS:

Documentos diversos sobre Iveta Ribeiro, sem catalogação.

Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP):

Brasil Feminino. Rio de Janeiro, ed. 35, 1937.

Brasil Feminino. Rio de Janeiro, ed. 36, 1937.

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional:

Brasil Feminino, N. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08. Ano 1. Fev. – Dez. 1932, Rio de Janeiro. In: sítio da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional: Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160733&PagFis=38&Pesq=>>

Brasil Feminino, N. 09, 10, 11, 12, 21, 22, 15. Ano 2, Jan. - Dez. 1933, Rio de Janeiro. In: sítio da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=160733a&pesq=>>

Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS):

Brasil Feminino, N. 37, Set. 1937, Rio de Janeiro. Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS).

Brasil Feminino, N. 38, Nov. 1937, Rio de Janeiro. Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS).

Manifesto de 7 de Outubro de 1932. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=75>>

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Editora FGV, 2015.

ACADEMIA LITERÁRIA FEMININA DO RIO GRANDE DO SUL. *50 anos de literatura: perfil das patronas.* Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul – Porto Alegre: IEL, 1993.

ANDRADE FERREIRA, Helisangela Maria. ; SILVA, Giselda Brito. A casa é das mulheres e a rua é dos homens: a educação feminina na AIB na cidade do Recife. *III Seminário Nacional: Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença*. João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/28251673-A-casa-e-das-mulheres-e-a-rua-e-dos-homens-a-educacao-feminina-na-aib-na-cidade-do-recife-1.html>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Direitos e deveres das “blusas verdes” na Ação Integralista Brasileira: “A mulher tem deveres do seu sexo e direitos da sua vocação”. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 84 - 105, nov. 2016. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64807>>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BAIROS, Lilian Tavares de. O Integralismo de saia: Militância feminina nas fileiras Integralistas em Santos. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis. P. 1-12. 2013 ISSN2179-510X. In:<[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373305127\\_ARQ\\_UIVO\\_ArtigoSimposio2013.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373305127_ARQ_UIVO_ArtigoSimposio2013.pdf)> Acessado em: 16 de Nov. de 2020.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932 -1937). *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/148/139>> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. “A mulher integral terá: cérebro de homem, físico de mulher e coração de criança: Concepções sobre a militância das blusas verdes pelos intelectuais do Sigma. In: *Dos papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira* / Maria Teresa de Arruda Campos, Renato Alencar Dotta (org.) – Rio Claro: Oca Editora, 2013.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

BULHÕES, Tatiana da Silva. “Evidências esmagadoras dos seus atos”: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2007. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In.: LOURO, Guacira L. (Org.) *O Corpo Educado: Pedagogias Da Sexualidade*. Autêntica Editora, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 de Nov. d e 2020.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Vívian Marcello Ferreira. Gênero, condição feminina e relações de poder nas revistas: Brasil Feminino e Momento Feminino (1930- 1950). *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh* – Rio: História e parcerias. Disponível

em: <[https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529163325\\_ARQUIVO\\_Artigo-ANPUHVIVIAN.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529163325_ARQUIVO_Artigo-ANPUHVIVIAN.pdf)> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

CAMARGO, Kátia Aily Franco de. A Revista como Fonte de Pesquisa. *EDUCAÇÃO: Teoria e Prática* - v. 13, n.24, jan.-jun.-2005; n. 25, jul.-dez.-2005, p. 79-96. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/470>> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

CARVALHO, Katia. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. *Ciência da Informação* - Vol 24, número 1, 1995 – Artigos. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/614>> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

CASTANEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e casamento. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 901-930, Dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CHACON, Vamireh. O 13 de Maio: Além de uma efeméride. *Revista Ciência & Trópico*. Recife (16)1:39-43, jan./jun.,1988. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/418>> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In. CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria S.C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CORRÊA, André Luís da Costa. *O Sigma e o Róseo: A Ação Integralista Brasileira no Correio do Povo (1932 – 1938)*. 2011. (Trabalho de conclusão de curso) Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36995/000818540.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

COSTA, Gisela Nunes da. ; COSTA, Auri Moura. *Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará*. v. 13 (2015). Disponível em: <<http://revistathemis.tjce.jus.br/index.php/THEMIS/issue/view/31/showToc>> Acesso em: 16 de Nov. 2020

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Nov. de 2020

CRUZ, Natalia dos Reis. *O integralismo e a questão racial: A intolerância como princípio*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2004\\_CRUZ\\_Natalia\\_dos\\_Reis-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2004_CRUZ_Natalia_dos_Reis-S.pdf)> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi: 10.11606/T.8.2007.tde-10072007-113709. Acesso em: 16 de Nov. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*. Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 16 de Nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 28, p. 345-374, Junho 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100015&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 16 de Nov. de 2020.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A ofensiva verde: a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)*. Tese (Doutorado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.

\_\_\_\_\_. Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, Dec. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 Nov. 2020.

FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: autoritarismo e Totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o Prisma: Uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1991, v:1.

FEMENIAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 11-25, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000100002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. *Blusas verdes à beira-mar: mulheres integralistas Santos (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21538>> Acesso em 16 de Nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. A imprensa feminina da Ação Integralista Brasileira: algumas funções políticas e sociais das Blusas-Verdes representadas na revista Brasil Feminino. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

FIORUCCI, Rodolfo. *A Trajetória da Revista Anauê! (1935-1937): O Jornalismo Partidário e Ilustrado da Ação Integralista Brasileira - A “Netinha” Que Não Cresceu*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/328298316/A-TRAJETORIA-DA-REVISTA-ANAUE-1935-1937-O-JORNALISMO-PARTIDARIO-E-ILUSTRADO-DA-ACAO-INTEGRALISTA-BRASILEIRA-A-NETINHA-QUE-NAO-CRESCEU>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 114, p. 197-223, Nov. 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 de Nov. 2020.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Dicionário de Mulheres*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade do saber*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

FRANKENBERG, Ruth. A Miragem de Uma Branquidade Não-Marcada. In: WARE, Vron. (org.) *Branquidade. Identidade Branca e Multiculturalismo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, pp.283-306.

FREIRE, Silene de Moraes. Pensamento autoritário e modernidade no Brasil. *Revista em Pauta*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Volume 6 - Número 23. Julho de 2009. p. 203-221. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/455/563>>

GOUVEA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, Mar. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302013000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25. Out, 2020.

KARAWEJCZYK, Monica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. 2013. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. In: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>> Acesso em 16 de Nov. 2020.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ed. Ática, 1984.

LEVINE, Robert. M. *Pai dos pobres?: O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo. Cia. Das Letras, 2001.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 27, n. 70, e003, 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782019000200212&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782019000200212&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 de Nov. 2020.

LOPES, Daniel Henrique. *As experiências femininas na AIB, 1932-1938: Revendo o passado. Gênero e representações*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, 2007. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/lopes\\_dh\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/lopes_dh_me_mar.pdf)> Acesso em 16 de Nov. de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: Mary Del Priory (org.) e PINSKY, Carla B. (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. (Org.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo: 2012.

\_\_\_\_\_. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. 2013. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/1121588/tania-regina-de-luca>> Acesso em: 16. De Nov. de 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. 440p.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948. – Ilha de Santa Catarina*: Ed. Mulheres, 2011. 320p.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENEZES, Maria Paula. (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo - Cortez, 2010.

MANCILHA, Virgínia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação feminina no movimento do Sigma (1932 – 1937). Cap. 7. In: GONÇALVEZ, Leandro Pereira e SIMÕES, Renata Duarte (Org) *Entre tipos e recortes: Histórias da imprensa integralista*. [e-book] Sob Medida ed. 2011. p. 1-25.

MARTINS, Milena Ribeiro. A prosa literária dos anos 1920. Universidade Federal do Paraná. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Número 11 – Dezembro/2016. Disponível em: <<http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/235>> Acesso em 16 de Nov. de 2020.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série perfis parlamentares; n. 73 PDF). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4888>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. *O rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava*. In: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. *Invadindo o mundo público. Movimentos de mulheres (1945-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-09102015-132717. Acesso em: 16 de Nov. 2020.

NAHES, Semiramis. *Revista Fon Fon: A imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2284>> Acesso em 16 de Nov. 2020.

\_\_\_\_\_. A produção literária modernista de Plínio Salgado e suas influências no integralismo. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (1): 323-346, 2015. Disponível em: <

<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5420#:~:text=Uma%20das%20principais%20bases%20do,modernista%2C%20na%20d%C3%A9cada%20de%201920.&text=A%20partir%20de%20stas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20objetiva,esta%20se%20refletiu%20no%20integralismo.>> Acesso em 16 de Nov. 2020

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. As capas integralistas da revista *Brasil Feminino*: uma análise imagética (1937). p. 1-6. Disponível em: <<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2018/arquivos/24.pdf>> Acesso em 16 de Nov. 2020.

PASTI, Renato. Branquidade e racismo no Brasil: o branqueamento assimilacionista na transição da monarquia para a república. Artigo apresentado no ST 04, Abolicionismo, raça e pós-Abolição nas Américas, no *IX Encontro Estadual De História da Anpuh-BA*. p. 1-11. Disponível em: <[http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1537918823\\_ARQUIVO\\_Branquidade,branqueamentoeracismo.pdf](http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1537918823_ARQUIVO_Branquidade,branqueamentoeracismo.pdf)> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

PETRÓ, Camila. *Sempre mais acima, sempre mais além: pensamentos e práticas de gênero na Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul em Porto Alegre ao longo das décadas de 1940 a 1970*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/156366>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, abr. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 de Nov. 2020.

PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma análise de discurso político. *Barbarói*. nº 24 ano 2006/1. p. 78-109, 2005. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821>> Acesso em 16 de Nov. 2020.

POSSAS, Lidia M. Vianna, Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.257-277.

\_\_\_\_\_. As Blusas-Verdes e es Marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. *Revista Nuevas Tendencias en Antropología*, nº 3, 2012, pp. 20-43. Disponível em: <<http://www.revistadeantropologia.es/Textos/N3/As%20blusas%20verdes%20e%20as%20marchadeiras.pdf>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

QUEIROZ, Ana Lúcia Vasconcellos. *Sylvia de Leon Chalreo: A Editora da Esfera*. Dissertação (Mestrado pelo Instituto de Estudos Brasileiros). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-25102019-114356/publico/AnaLuciaQueiroz\\_Corrigido.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-25102019-114356/publico/AnaLuciaQueiroz_Corrigido.pdf)>. Acesso em: 16 de Nov. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e da classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do sul*. – São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_.; WALLESRTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América em el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*. América: 1492-1992: Trayectorias históricas y elementos del desarrollo. Vol. XLIV, n. 4, 1992.

RAMOS, Alessandra da Silva. Por um feminismo bem comportado: educação, maternidade e trabalho nas páginas da revista Brasil Feminino (1932-2934). *Anais do XVI Encontro Estadual de História – ANPUH-SC*, 2016, s.p. In: <[http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464569774\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_ANPUHSC2016.pdf](http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464569774_ARQUIVO_Artigo_ANPUHSC2016.pdf)> Acesso em 16 de Nov. 2020.

RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 573-601, Aug. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000200005&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 25 Out. 2020.

SANTORUM, Andreise Gauterio. FASCISMO À BRASILEIRA: Juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7953>> Acesso em:16 de Nov. 2020.

SARMENTO, Rayza. Quem tem medo de mulher votadeira? Política e a primeira onda do feminismo na imprensa brasileira. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499373700\\_ARQUIVO\\_Sarmento,2017\\_FazendoGenero\\_final.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499373700_ARQUIVO_Sarmento,2017_FazendoGenero_final.pdf)> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, Apr. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Nov. 2020.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Representações do gênero feminino na mídia impressa. *Estudos Linguísticos*. XXXV, p. 386-371, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/710.pdf?/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/710.pdf>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

SILVA, Clécia Maria. Pedro da Silva Pedroso e a Pedrosada de 1823: descontentamento, insubordinação e motim. *XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: história e democracia*. P. 1-17. 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502552869\\_ARQUIVO\\_ANPUH2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502552869_ARQUIVO_ANPUH2017.pdf)> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Henrique Maciel. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932 – 1938)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009. Disponível em: <<http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/tese.pdf>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300504472\\_ARQUIVO\\_ANPUHRenataDuarteSimo.es.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300504472_ARQUIVO_ANPUHRenataDuarteSimo.es.pdf)> Acesso em 16 de Nov. 2020.

\_\_\_\_\_. SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA Ticiano Ribeiro. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2012 Jan-Mar; 21(1): 140-9. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/a16v21n1.pdf>> Acesso em

\_\_\_\_\_. A educação do corpo feminino na Ação Integralista Brasileira. Dos papéis de Plínio: Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a Historiografia Brasileira / Maria Teresa de Arruda Campos, Renato Alencar Dotta (org.) – Rio Claro: Oca Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. O Jornal “A Offensiva” e a Mulher Integralista. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. 2014. ISBN: 978-85-65957-03-8. Disponível em: <[http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/28/1400530746\\_ARQUIVO\\_AnpuhRJtexto.pdf](http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/28/1400530746_ARQUIVO_AnpuhRJtexto.pdf)> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

\_\_\_\_\_. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2013.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. Porto Alegre/São Paulo: Editora UFRGS/Difel, 1974.

VASCONCELLOS, Eliane; FLORES, Hilda A. H. Iveta Ribeiro. In: MUZART, Zahidé L. (Org.) *Escritoras Brasileiras do Século XIX*: Antologia. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. Vol. 3

VIANA, Giovanni Noceti. *Orientar e disciplinar a liberdade: Um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas – 1934/1937*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91385>> Acesso em: 16 de Nov. 2020.

WASSERMAN, Claudia. *Palavra de presidente*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil: (1920-1964)*. São Paulo: Cortez : CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.